

**UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE**  
**PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO**  
**TERRITÓRIO**

Aloídes Souza de Oliveira

**CONSTRUÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES NA RELAÇÃO ENTRE O**  
**ASSENTAMENTO EDMAR FRITZ E A CIDADE DE TEÓFILO OTONI-MG**

Governador Valadares

2016

ALOÍDES SOUZA DE OLIVEIRA

**CONSTRUÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES NA RELAÇÃO ENTRE O  
ASSENTAMENTO EDMAR FRITZ E A CIDADE DE TEÓFILO OTONI-MG**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Mestrado em Gestão Integrada do  
Território da Universidade Vale do Rio  
Doce, como requisito parcial para  
obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Haruf Salmen  
Espíndola

Governador Valadares

2016

O48

OLIVEIRA, Aloídes Souza de

Construção de novas territorialidades na relação entre o assentamento Edmar Fritz e a cidade de Teófilo Otoni-MG/Aloídes Souza de Oliveira. UNIVALE: Mestrado em Gestão Integrada do Território – GIT, 2016.

111 f.: il: color: fotog: 30 cm.

Dissertação (Mestrado em gestão integrada do território – GIT). UNIVALE – Universidade do Vale do Rio Doce, 2016.  
Orientador: Prof. Dr. Haruf Salmen Espíndola

1. Reforma Agrária 2. Assentamento 3. Teófilo Otoni – Minas Gerais  
I. Título. Brasil – MST. Título II. Prof. Dr. Haruf Salmen Espíndola.

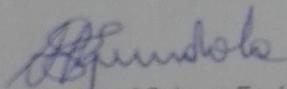
CDD 333.318151

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE  
Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais – NEHT/Univale  
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

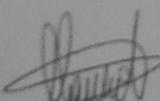
ALOÍDES SOUZA DE OLIVEIRA

“Construção de Novas Territorialidades na relação entre o Assentamento Edmar Fritz e a cidade de Teófilo Otoni, MG”

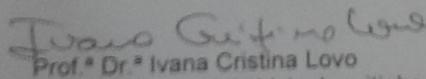
Dissertação aprovada em 29 de fevereiro de 2016, pela banca examinadora com a seguinte composição:



Prof. Dr. Haruf Salmen Espíndola  
Orientador - Universidade Vale do Rio Doce



Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos  
Examinador – Universidade Vale do Rio Doce



Prof.ª Dr.ª Ivana Cristina Lovo  
Examinadora - Universidade Federal do Vale Jequitinhonha e Mucuri

*Dedico este trabalho aos meus  
sobrinhos: Pedro Henrique, Lucas, João  
Gabriel, Ana Beatriz, Alice, e Miguel.  
Meus amores, que este sirva para  
ensiná-los que vale a pena acreditar nos  
sonhos que se têm, que tudo é possível  
ao que crê. E que, para Deus não existe  
impossível.*

## AGRADECIMENTOS

Início agradecendo Aquele que é o Único digno de receber toda honra, glória, majestade e exaltação, ao meu Deus fiel, que me conduziu até aqui. Sustentando-me em todas as necessidades. Senhor a Ti sou grata, cantarei louvores e testemunharei os Teus milagres ao longo desta caminhada. Todas as vezes que pensei que não daria conta, que não conseguiria, a Tua mão estava estendida sobre mim, o Teu braço forte estava ao meu redor. Todas as vezes que me senti sem forças, o Senhor me fez forte. Acalmando meu coração, dizendo-me: Filha, descanse em mim, eu estou com você. E Diante disso minha alma aquietava. Minhas forças e inspiração eram renovadas, e sentia-me pronta para mais um dia de longas horas à frente do computador. Faltam-me palavras para expressar a minha gratidão e surpresa com os Teus grandes feitos. Louvado Seja o Teu Santo nome, Teu é o reino, o Poder e a glória para sempre.

Agradeço a minha família pelo apoio incondicional. À Minha mãe, agradeço pelas orações, mulher sábia, guerreira, quem desde cedo me ensinou a ter fé. Ao meu Pai, homem simples, de pouco estudo, porém com uma sabedoria imensa, me ensinou a perseverar, acreditar nos meus sonhos. Acompanharam-me nas longas madrugadas de estudos e escrita. Com todo amor e paciência, quase sem conversar em casa, mantendo silêncio para não me atrapalhar. Lembro de vocês dizendo: Minha filha não podemos te ajudar, não temos estudo, não sabemos nem o que é isso. Mal sabiam vocês que foram minha melhor ajuda. O amor de vocês era tudo que eu mais precisava naqueles momentos, e isso vocês souberam me dar. Muito obrigada mãezinha e paizinho lindos. Sou grata pelos Teus ensinamentos e correções.

E falando de amor, sou grata aos meus irmãos: Adriana, Marcos, Kika, Alessandra, muito obrigada pela colaboração, incentivo, torcida, orações, todo cuidado comigo ao longo desses anos. Vocês são meus maiores incentivadores. Cada um ao seu modo foi fundamental neste período. Obrigada por serem meus irmãos.

Agradeço também a minha cunhada Ingrith e aos meus cunhados Roberto, Odair, e Xandy, que de igual modo sempre me apoiaram e torceram. Divido com vocês essa gratidão.

Aos meus sobrinhos, filhos amados, peço desculpas pelas vezes em que precisei me ausentar, que faltei ao nascimento, ao aniversário, às brincadeiras, às idas ao trezinho, aos almoços de domingo, às viagens, etc... E também pela vezes em que eu até estive presente porém em função do cansaço, ou do acúmulo de tarefas, não pude doar-me como de costume, não brincamos como sempre fazíamos. Tenho certeza que quando crescerem saberão que foi por um motivo justo. Saibam que a titia os ama muito e sou grata pela vida de vocês. Obrigada pelo sorriso e pelas manifestações de amor. Como diz a princesa Alice: “Amo vocês, do tanto das águas do mar”. Príncipe Lucas quando você diz: “que sou a melhor titia do mundo”, saiba que vocês é que são os melhores sobrinhos do mundo.

Familiares amados tenham certeza vocês me ajudaram da melhor forma que puderam, na verdade vocês são meu porto seguro, minha distração nas horas de nervosismo total, e sempre quando me viam estressada, nervosa, vinham com palavras, acalmando-me, manifestando todo amor e poio. Amo todos, tenham certeza, nada disso teria sentido sem vocês ao meu lado. Saibam que é um orgulho fazer parte desta família. Dou a vocês o melhor de mim. Todo o meu amor!

Ao meu orientador Prof. Dr. Haruf Salmen Espíndola, que com muita maestria conduziu-me na construção deste trabalho, soube explorar todo o meu potencial, mostrando-me que podia ir além, desafiando-me a melhorar sempre, em busca da excelência. Agradeço o incentivo, dedicação, confiança, e amizade. Foi um tempo muito rico e de grande aprendizado. Em que aprendi a admirá-lo. Hoje além de professor, orientador, torna-se um grande amigo.

Aos colegas do Mestrado, em especial aqueles que me acompanharam mais de perto: Hélio, Theófilo, Jeanine, Camila, Braga, Ranam, Thati. Amizades que levarei por toda vida.

Às amigas: Aline, Suellem, e Daiane. Agradeço pela amizade, parceria, orações, o apoio de vocês nessa reta final foi essencial.

Às amigas: Pollyana, Mara, Dandara, Pamela, Marlene, Natália, Beatriz, agradeço a atenção, amor, amizade, carinho, incentivo, e peço desculpas pelas vezes em que me ausentei, ou que recusei um convite, porque precisava me dedicar a este trabalho.

À minha grande amiga Edivânia, agradeço as orações e carinho de sempre.

À você que mesmo longe se fez perto. Obrigada!

Ao amigo Daniel Sucupira que me apresentou e facilitou o meu contato com os envolvidos nesta pesquisa.

E por último, não menos importantes, mas fundamentalmente especiais, aos atores participantes desta pesquisa, que não mediram esforços na contribuição com este trabalho. Além de abrir as portas de suas casas, abriram também seus corações e me acolheram, dividindo comigo uma parte de suas histórias.

## RESUMO

Essa dissertação teve como objeto o assentamento de reforma agrária Edmar Fritz, próximo da cidade de Teófilo Otoni, MG. Buscou-se compreender as inter-relações que se estabelecem entre os assentados e a cidade de Teófilo Otoni, sendo considerados todos os envolvidos no processo. O estudo trata da origem do assentamento, desde os fatos que levaram à ocupação, a formação do acampamento e a organização no assentamento, discutindo como as relações entre assentados e cidadãos se alteraram no decurso do tempo. Na análise da relação entre assentados e cidadãos se utilizou os conceitos de estabelecidos e *outsiders* propostos por Elias & Scotson (2000). Os resultados obtidos apontaram que, apesar da particularidade do Assentamento Edmar Fritz, esse não se diferencia nos aspectos gerais dos outros assentamentos originados de ocupação promovida pelo MST. O resultado aponta para as mudanças ocorridas com a progressiva territorialização e construção de uma territorialidade de assentados. Isso aparece nitidamente nas falas que manifestam satisfação com as relações estabelecidas e jogam para o passado a fase em que havia problema e preconceito. Entretanto, é importante ressaltar que, apesar de minimizarem os preconceitos, esses não desapareceram, pois o olhar analítico faz emergir das trajetórias biográficas dos assentados e das falas dos cidadãos as formas estigmatizadas que persistem.

**Palavras-chave:** Luta pela terra. Ocupação de Terra. Assentamento Edmar Fritz. Teófilo Otoni. Minas Gerais.

## **ABSTRACT**

This dissertation had as its object the agrarian reform settlement Edmar Fritz, near the city of Teófilo Otoni, MG. He sought to understand the inter-relationships that are established between the settlers and the city of Teófilo Otoni, being considered all involved. The study deals with the origin of the settlement from the facts that led to the occupation, training camp and the organization in the settlement, discussing how the relationship between settlers and townspeople have changed over time. In analyzing the relationship between settlers and townspeople was used to established concepts and outsiders proposed by Elias & Scotson (2000). The results showed that despite the particularity of the settlement Edmar Fritz, this is no different in the general aspects of other settlements arising from occupation promoted by the MST. The result points to the changes that occurred with the progressive territorial and construction of a territorial settlers. This appears clearly in the statements that express satisfaction with the established relationships and play to the last stage in which was no problem and prejudice. However, it is important to note that despite minimize bias, these have not disappeared, because the analytical look brings out the biographical trajectories of the settlers and the speeches of city stigmatized forms that persist.

Keywords: Fight for Earth. Occupation of Earth. Edmar settlement Fritz. Teófilo Otoni. Minas Gerais.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista Parcial da Cidade de Teófilo Otoni, MG.....	14
Figura 2: Fases da construção da pesquisa – Assentamento Edmar Fritz .....	19
Figura 3: Parte dos moradores do Edmar Fritz.....	19
Figura 4: Relato jornalístico sobre a condenação e impunidade do José Lúcio .....	54
Figura 5: Relato jornalístico sobre a ocupação da Fazenda São Pedro .....	58
Figura 6: Sílvio Fritz e Parte das Famílias que ocuparam a fazenda.....	60
Figura 7: Notícia sobre o adiamento da Reintegração de Posse.....	64
Figura 8: Manifestantes em frente ao Fórum apoiando aos acampados do Fritz .....	65
Figura 9: Grupo dos excluídos na manifestação de apoio ao acampados do Fritz.....	65
Figura 10: Manifestantes em frente a Praça da Imigrantes (Acesso à Avenida Marajoara) .....	66
Figura 11: Demonstrativo de um dos lotes do assentamento .....	71
Figura 12: Quadro Perfil dos Entrevistados .....	76

## LISTA DE SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base  
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho  
CNA - Confederação Nacional da Agricultura  
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
ET - Estatuto do Trabalhador  
ETR - Estatuto do Trabalhador Rural  
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais  
FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural  
GEBEM - Grupo Executivo do Baixo Amazonas  
GETAT - Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil  
IFNMG - Instituto Federal do Norte de Minas  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
JAC - Juventude Agrária Católica  
LT - Lei das Terras  
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem-Terra  
MEAF - Ministério para Assuntos Fundiários  
MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PPL - Pastoral Popular Luterana  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar  
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PRORURAL - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

PSF - Posto de Saúde da Família

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SRB - Sociedade Rural Brasileira

STRs - Sindicatos de Trabalhadores Rurais

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TDA - Títulos da Dívida Agrária

UDR - União Democrática Ruralista

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território - GIT

**ATA DA BANCA EXAMINADORA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE  
ALOÍDES SOUZA DE OLIVEIRA**

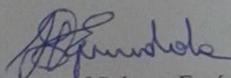
**Matrícula Nº 70.207**

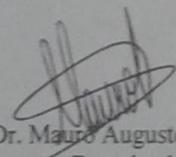
Aos vinte nove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis (29/02/2016), às 10:00 (dez horas), na sala 13 do Bloco PVA da Universidade Vale do Rio Doce, reuniu-se a Comissão Examinadora da Dissertação de Mestrado intitulada "Construção de Novas Territorialidades na relação entre o Assentamento Edmar Fritz e a cidade de Teófilo Otoni, MG", Linha de Pesquisa: Território, Migrações e Cultura, elaborada pela aluna **Aloídes Souza de Oliveira**. A comissão julgadora foi composta pelos professores Doutores, Haruf Salmen Espíndola (orientador) – UNIVALE, Mauro Augusto dos Santos – UNIVALE e a professora Doutora Ivana Cristina Lovo – UFVJM. Abrindo a sessão, o presidente da Comissão, Prof. Dr. Haruf Salmen Espíndola após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulares do Trabalho Final, passou a palavra a mestranda Aloídes Souza de Oliveira para apresentação de sua Dissertação. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora consideraram por unanimidade a Dissertação APROVADA, fazendo as seguintes observações:

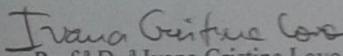
providenciar a reunião após a entrega da versão final.

Em seguida o resultado foi comunicado publicamente a candidata pelo presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou-se a presente Ata que será assinada por todos os membros da comissão Examinadora.

Governador Valadares, 29 de fevereiro de 2016.

  
Prof. Dr. Haruf Salmen Espíndola  
Orientador

  
Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos  
Examinador

  
Prof.ª Dr.ª Ivana Cristina Lovo  
Examinadora

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>145</b>
<b>2</b>	<b>A LUTA PELA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL .....</b>	<b>201</b>
2.1	HISTÓRIAS DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL.....	20
2.2	REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	345
<b>3</b>	<b>A LUTA PELA TERRA EM TEÓFILO OTONI E O ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA EDMAR FRITZ .....</b>	<b>434</b>
3.1	A LUTA PELA TERRA EM TEÓFILO OTONI - MG.....	434
3.2	A LUTA PELA TERRA DOS IRMÃOS FRITZ .....	50
3.3	A OCUPAÇÃO DA FAZENDA SÃO PEDRO.....	56
3.4	DO CONFLITO À LEGÍTIMA CONQUISTA DO TERRITÓRIO – O ASSENTAMENTO .....	62
<b>4</b>	<b>INTER-RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE O ASSENTAMENTO EDMAR FRITZ E A CIDADE DE TEÓFILO OTONI – MG .....</b>	<b>71</b>
4.1	A VIDA NO ASSENTAMENTO .....	71
4.2	A RELAÇÃO DOS ASSENTADOS COM A CIDADE E SEU CONTATO COM A POPULAÇÃO URBANA .....	85
<b>4.2.1</b>	<b>A percepção dos cidadãos para com os assentados .....</b>	<b>93</b>
4.3	ESTABELECIDOS E <i>OUTSIDERS</i> – ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE ASSENTADOS DO EDMAR FRITZ E A POPULAÇÃO URBANA DE TEÓFILO OTONI.....	97
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>105</b>
	<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>107</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O município de Teófilo Otoni se constitui como um dos principais da Mesorregião do Vale do Mucuri, que se encontra situada no nordeste do Estado de Minas Gerais. Segundo dados do Censo Demográfico 2010<sup>1</sup>, o município de Teófilo Otoni possuía 134.745 habitantes (zona urbana: 110.076; zona rural: 24.669 habitantes), sendo que a população estimada para o ano de 2015 é de 140.567 habitantes. Dispondo de um comércio diversificado e movimentado, se destaca no setor de serviços, sendo propagada como a capital mundial das pedras preciosas.

O município oferta serviços na área da saúde, com a existência de hospitais, postos de saúde, Unidade de Pronto Atendimento. Na área da Educação existem escolas nas redes Estadual, Municipal e Particular, além de diversas instituições de ensino superior, incluindo o Instituto Federal do Norte de Minas (IFNMG) e a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Também conta com uma rede na área da Assistência Social, ofertando serviços que têm por finalidade implantar e gerenciar as políticas e benefícios previstos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).



Figura 1: Vista Parcial da Cidade de Teófilo Otoni, MG.

Fonte: <http://www.teofilootoni.mg.gov.br/site>

Próximo à cidade de Teófilo Otoni localiza-se o assentamento de reforma agrária Edmar Fritz, que será objeto de estudo dessa dissertação. O assentamento formado por cerca

---

<sup>1</sup>Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

de 140 moradores ocupa a área da antiga fazenda São Pedro no córrego Santo Antônio, comunidade de Barra da Limeira, zona rural periférica da cidade de Teófilo Otoni. A pouca distância da cidade (13 quilômetros) permite às 29 famílias do assentamento um acesso regular ao centro urbano.

A história brasileira é composta por vários registros de luta e resistência protagonizados por diversos movimentos sociais. Em se tratando da luta no campo, vários foram os acontecimentos que sustentaram as mais variadas reivindicações, dentre estas se destacam as mobilizações favoráveis ao acesso a terra e contra o latifúndio. Em espaços e tempos diferentes, o protagonismo dos camponeses na luta pela terra deixou a marca de que a conquista de direitos dependeu historicamente da organização e mobilização dos homens e mulheres de setores marginalizados da sociedade brasileira.

Nos anos de 1980, a sociedade brasileira viveu o processo de redemocratização do país. Nesse contexto, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que se tornou um principal protagonista da luta pela reforma agrária no Brasil e, ao mesmo tempo, disseminou sua organização por todo território nacional. O MST além de lutar pela reforma agrária se destacou pela contestação do sistema agrário do país, se posicionando contra o latifúndio e todos os meios de exclusão dos trabalhadores rurais. O MST colocou na ordem do dia a necessidade de se repensar a questão agrária, bem como a situação de exclusão social em que se encontravam e se encontram as camponesas e os camponeses do Brasil.

As formas de acesso a terra por parte de famílias de agricultores e agricultoras sem terra são diversas, podendo ser acompanhada ou não de motivação política mais ampla, como no caso do MST, ou por meio da compra por financiamento do Banco da Terra<sup>2</sup>. Independente da forma de acesso à propriedade da terra por famílias rurais de sem terra, esse acesso constitui uma forma de inclusão social dos assentados. No caso do assentamento Edmar Fritz, o acesso ocorreu de modo bem peculiar, como veremos ao longo da dissertação. Nessa dissertação se optou pela análise das relações entre cidade e assentamento, particularmente a relação que os assentados estabelecem e como cada um dos lados da relação percebe o outro.

Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo geral compreender as inter-relações que se estabelecem entre o assentamento de reforma agrária Edmar Fritz e a cidade de Teófilo Otoni- MG, considerando todos os envolvidos no processo, para tal, a pesquisa analisou tanto as formas de organização no assentamento, quanto a relação dos assentados com a população

---

<sup>2</sup> Lei Complementar n. 93, de 4 de fevereiro de 1999, que Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, permitindo que o acesso a propriedade da terra possa ocorrer por financiamento público.

urbana, particularmente aquela ligada aos lugares e equipamentos procurados pelos assentados, tendo como norte os seguintes objetivos específicos:

**1)** Contextualizar a luta pela terra no Brasil e, particularmente, nos vales dos rios Doce e Mucuri, que forma o quadro no qual se insere o município de Teófilo Otoni, onde se situa o Assentamento Edmar Fritz; **2)** Conhecer e analisar a organização e atividades existentes no assentamento, incluindo os modos de funcionamento, valores, opiniões e projetos que definem as práticas dos assentados; a caracterização da vida no campo e na cidade pelos próprios assentados; **3)** Examinar as trocas estabelecidas pelos assentados com o espaço urbano, identificando com quais locais e atores urbanos os assentados estabelecem contatos, para quais finalidades; bem como os tipos de interação que se processam e como os assentados percebem a cidade, a partir de suas vivências e utilizações da mesma; **4)** Investigar a visão que os assentados têm da cidade e como a cidade vê os assentados, por meio das percepções dos autores relacionados, referenciando-se nos termos de estabelecidos e *outsiders*.

Foi-se a campo partindo das seguintes hipóteses: **1)** O fato dos assentados serem originários de grupos sociais citadinos em situação de vulnerabilidade social, em sua maioria desempregados, tem reflexos na relação que os assentados mantêm com a cidade; **2)** A relação dos assentados com a cidade está centrada na busca dos serviços públicos; frequência aos estabelecimentos de comércio, particularmente ao Mercado Municipal; presença nos espaços públicos, onde se dão as manifestações; e visitas a Prefeitura e Câmara Municipal para levarem suas reivindicações; **3)** Os assentados têm uma imagem positiva da cidade, por considerar que nela existem oportunidades de crescimento e melhoria na qualidade de vida, porém sentem-se estigmatizados pelos juízos de valor emitidos pelos citadinos sobre eles, fazendo que se sintam vítimas do preconceito por parte dos moradores da cidade; **4)** Os assentados aparecem para os citadinos como *outsiders*, ou seja, como se não pertencessem ao lugar; para outros citadinos os assentados são cidadãos iguais a qualquer outro, avaliando positivamente o fato de fornecerem produtos ao comércio local; **5)** Considera-se que os conceitos de estabelecidos e *outsiders* definem as relações estabelecidas entre o assentamento Edmar Fritz e a cidade de Teófilo Otoni.

Este estudo busca contribuir com novas discussões a respeito do assunto, ao estudar um assentamento que não surgiu da ação do MST nem da CPT, possuindo uma

particularidade, que se não é única<sup>3</sup>, oferece oportunidade para se ampliar o conhecimento sobre a complexa questão agrária brasileira. Existem publicadas dissertações, teses e artigos que tratam da luta pela terra no vale do Mucuri (ZANGELMI, 2006; 2007; 2009 a; 2009 b; 2009 c; 2013; 2014; RODRIGUES, 2013; ELIAS, 2013). Existem também estudos (dissertação) que versam sobre a relação entre assentamento e cidades, inclusive utilizando os conceitos de estabelecidos e *outsiders* (MOURA, 2010; SOUZA, 2010). Essa dissertação pretende contribuir com essa linha de investigação, tendo como contribuição dar voz aos assentados e aos cidadãos, na busca do entendimento das relações que se estabelecem, a partir da ideia de territorialização indenitária por parte dos assentados. São poucos os estudos que se dedicam a esse tipo de abordagem, pois a maioria da produção acadêmica se volta para questões mais gerais relacionada a luta pela terra e a questão agrária no Brasil.

A partir disso, a exposição dos resultados desta pesquisa constituiu-se em três capítulos. O primeiro procura resgatar a história da luta pela terra no Brasil, até o surgimento e protagonismo do MST, e da política de reforma agrária. Partiu-se de uma periodização da história das populações camponesas, retratando os principais conflitos travados, os avanços conseguidos, as conquistas, os limites e as mudanças que ocorreram no decurso do tempo, particularmente no século XX. No segundo tópico desse capítulo se procurou refletir sobre a questão agrária, particularmente sobre as ações dos governos na tentativa de implantar e executar uma política de reforma agrária no Brasil.

Já o segundo capítulo traz uma abordagem da luta pela terra nos vales dos rios Doce e Mucuri, relatando os processos pelos quais os trabalhadores sem terra do município passaram para ter acesso a terra. Ver-se-á que, apesar de suas particularidades, guarda pontos comuns com os demais processos ocorridos no país. A abordagem é feita desde o início da luta até os fatos da história que resultaram na formação do Assentamento Edmar Fritz, objeto principal dessa dissertação.

---

<sup>3</sup> Existe no município de Governador Valadares, no vale do Rio Doce, outro assentamento que tem origem semelhante: Assentamento Joaquim Nicolau. “O assentamento se originou de uma fazenda de 609 ha, denominada “Padre José de Anchieta”, cujo proprietário tentou por diversas vezes implantar uma comunidade de cristãos, que produzissem e vivessem na terra de forma coletiva. No dia 16 de abril de 1996, doze famílias de trabalhadores procedentes de Dores de Guanhães, e outras quatro famílias de outros municípios, organizadas pela FETAEMG e com a concordância do proprietário, ocupam a fazenda.” Fonte: Relatório do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) do Assentamento Joaquim Nicolau, parte do Relatório Geral do Plano de Desenvolvimento Rural de Governador Valadares: Diagnóstico Sócio Econômico e Zoneamento Ambiental. Governador Valadares: UNIVALE/UFV/Centro Agroecológico Tamanduá CAT)/Prefeitura Municipal de Governador Valadares, apoio financeiro CNPq/Prefeitura Municipal /UNIVALE, Julho de 2001/2002 (Projeto de Pesquisa).

E, para finalizar, o terceiro capítulo, apresenta os resultados da pesquisa de campo: a organização do Assentamento Edmar Fritz; os modos de vida dos assentados, considerando os aspectos econômicos, social e de infraestrutura; e como se dá a relação destes com a população urbana do município de Teófilo Otoni – MG, evidenciando os desdobramentos e implicações dessas na vida dos assentados. Isso inclui o modo como eles percebem a cidade e como os cidadãos os vêem. O capítulo é finalizado com análise dos aspectos dessa relação, utilizando-se dos conceitos de estabelecidos e *outsiders* de Elias & Scotson (2000).

Por fim, traz algumas considerações acerca do estudo realizado, sugerindo novos estudos sobre o tema. O trabalho de campo iniciou-se com as visitas ao Assentamento Edmar Fritz, que começaram em Abril e terminaram em Julho de 2015. Dividiu-se em quatro etapas, a primeira foi um questionário estruturado, aplicado individualmente aos chefes dos 29 domicílios do assentamento. A segunda etapa foi a pesquisa documental, particularmente com documentos da CPT (região Vale do Mucuri) e Casa dos Movimentos Populares de Teófilo Otoni, que foram as instituições indicadas pelos assentados como sendo responsáveis pelos arquivos documentais da história do assentamento, lócus desta pesquisa. Para complemento das informações, buscaram-se materiais de origens distintas (jornais, revistas, entrevistas escritas e faladas) que tratavam da luta pela terra na região do Vale do Mucuri, especialmente em Teófilo Otoni.

A terceira etapa consistiu-se nas entrevistas semiestruturadas, do número de chefes de domicílios. Foi retirada, através de sorteio simples, uma amostra de 15 participantes, que foram entrevistados. Todas as entrevistas ocorreram no assentamento, respeitando as condições de bem estar dos envolvidos. Além disso, aconteceram várias reuniões, nas quais se ouviu os assentados.

A quarta e última etapa consistiu na abordagem dos representantes da população urbana, respeitando a indicação dos assentados nos questionários, quando apontaram os locais que frequentavam na cidade. A escolha destes foi feita de forma aleatória e uma amostra de 10 representantes foram selecionados para a entrevista, sendo que destes os que mais se repetiram no questionário foram: Casa dos Movimentos Populares, Sede da CPT, Câmara de Vereadores, Mercado Municipal, estabelecimentos comerciais (setor de farmacêutico, vestuários, calçados e alimentos).

A fase da análise documental teve o intuito de conhecer os arquivos que documentam os fatos acerca de como surgiu o assentamento, levando em consideração que o Edmar Fritz se diferencia dos demais assentamentos existentes em Teófilo Otoni e todo Vale do Mucuri, como se verá no capítulo II. Com a aplicação dos questionários e a realização das entrevistas,

foi possível conhecer a história do assentamento, contada pelos próprios moradores, bem como as formas de organização, os modos de vida, e a relação dos assentados com a cidade e seus moradores. A abordagem com os cidadãos teve o objetivo de conhecer as representações que esses fazem dos assentados.

Realizou-se também, durante todo o período do trabalho, pesquisas bibliográficas sobre Assentamentos Rurais, Reforma Agrária, Luta pela Terra, MST, Experiências de vida em Assentamentos, Construção de Identidade nos Assentamentos, entre outros temas. A figura abaixo retrata alguns dos momentos da pesquisa de campo:



Figura 2: Fases da construção da pesquisa – Assentamento Edmar Fritz

Fonte: Dados da Pesquisa 2015



Figura 3: Parte dos moradores do Edmar Fritz

Fonte: Dados da Pesquisa 2015

## 2 A LUTA PELA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

### 2.1 HISTÓRIAS DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL

*“Marchar é mais do que andar. É mostrar com os pés o que dizem os sentimentos. Transformar a quietude em rebeldia. E traçar com os passos o roteiro que nos leva à dignidade sem lamentos”*

*Ademar Bogo*

A luta pela terra foi travada desde os primeiros momentos da formação histórica do território brasileiro, quando os índios tiveram que lutar contra a ação dos colonizadores interessados em implantar a grande lavoura de exportação e para tal os expulsavam das terras onde moravam. Desde os primórdios, o processo de territorialização foi marcado pela disputa pela posse das terras.

O sistema agrícola que se implantou no Brasil e acarreta exclusão social, inicialmente se fundamentou na escravidão e monopolização da terra pelos senhores de escravos. A estrutura fundiária que surgiu desse sistema fundamentou-se em relações acentuadamente dissimétricas, cujo resultado foi a produção sistemática da pobreza e dependência do homem do campo ao poder oligárquico dos grandes proprietários de terra. Contrário a esse sistema, sempre existiu movimentos de resistência e luta por parte dos agricultores e agricultoras. Para fazer frente explorações sofridas, tal resistência se materializava através da formação de quilombos, por parte dos trabalhadores escravizados e de comunidades de posseiros, por parte das populações marginalizadas e pobres, que ficavam fora do sistema agrário dominante e não tinham acesso as doações de sesmaria. O recurso para essa população marginalizada e para os fugidos da escravidão era e embrenhar pelas regiões de matas, afastadas dos núcleos dominantes, na tentativa de ter acesso à terra ou fugir da dominação e escravidão. Com o fim do sistema escravagista, ocorre uma mudança social significativa, pois as relações de poder e o lugar social dos indivíduos na sociedade deixam de ser a escravidão e passa a ser a propriedade da terra. A tendência foi intensificar o processo de exclusão do acesso a terra para as populações pobres e consolidar uma classe oligárquica cuja base do poder passa a ser a terra. (Martins, 1981).

Cabe dizer que a questão agrária no Brasil tem suas origens no modo como os colonizadores distribuíam as terras, a partir do regime de sesmarias: “as terras eram doadas pela Coroa Portuguesa aos membros dos setores dominantes” (Silva, 1999, p. 30). A política de terras fundamentada no sistema de sesmaria consistia na doação de grandes áreas de terras para aqueles que comprovassem a propriedade de trabalhadores escravos e, portanto, condições de explorarem com lavouras de exportação, destinadas ao mercado externo. Assim, o sistema agrário se baseou na produção de mercadorias que pudessem ser comercializadas na Europa, “o critério para conseguir a doação de terras era a disponibilidade de capital e o compromisso de produzir mercadoria a serem exportadas para o mercado europeu” (STEDILE, J.P.; FERNANDES, B.M, p. 20).

Com o fim da política de sesmaria, um ano antes da abolição do tráfico de escravos africanos para o Brasil, criou-se a Lei das Terras (LT) (Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850), que estabelecia a propriedade privada sobre a terra, sendo assim, o direito de ter a posse da terra era através do título de propriedade, o acesso a terra passou a ser por meio da compra. Silva (1999), afirma que:

A partir da Lei das Terras, o governo continua possuindo o direito público sobre as terras devolutas e, por conseguinte, cabe-lhe o monopólio sobre elas, alienando-as por meio da venda, como e quando lhe aprouver. Isto significa que a propriedade da terra, que antes atrelada às relações dos favorecidos com a coroa, agora vai depender do poder de compra dos futuros proprietários. (SILVA, 1999, p. 31)

Sendo assim, pode-se dizer que a LT foi um mecanismo utilizado para regular a apropriação das terras devolutas<sup>4</sup>, negando o livre acesso por simples apossamento. Isso não impediu que o processo de apossamento de terras devolutas continuasse a prosperar no interior do Brasil, porém ficava negado o direito de propriedade aos que trabalhavam na terra, exceto se viessem a comprar as terras que possuíam ou legalizarem a posse, em caso de possuírem 25 hectares ou menos. A propriedade da terra ficou restrita apenas aos que detinham o poder de compra. Uma estratégia para negar aos que trabalhavam na terra a propriedade sobre ela, reservando-as aos poucos membros da classe dominante e restringindo o acesso aos índios “domesticados”, mestiços pobres e escravos alforriados. Segundo Stédile

---

<sup>4</sup>A definição de terras devolutas no art 3º os seguintes itens: 1) as que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forme havidas por sesmarias ou outras concessões do governo geral ou provincial, não incursas em comisso, por falta de cumprimento das condições de medição confirmação e cultura; 2) as que não acharem dadas por sesmarias ou outras concessões do governo que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas pela lei; 3) as que não se acharem ocupadas por posses que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas pela lei; 4) as que não se encontrarem aplicadas em algum uso público nacional, provincial ou municipal. (Silva apud Lima, 1999)

(2005, p. 22-23), acontecia “a transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço”. O direito de posse sobre a terra teria que dar lugar ao título de propriedade e, ao mesmo tempo, o acesso à terra teria que ser por meio da compra.

No ano de 1888 chega ao fim a escravidão no Brasil, abria-se caminho para o trabalho livre assalariado, base fundamental pelo desenvolvimento do sistema capitalista e a transformação das relações sociais. As bases para o desenvolvimento das relações capitalistas estavam dadas: o proprietário é o dono dos meios de produção e o trabalhador o vendedor da força de trabalho, em função da separação entre trabalhador e os meios de produção (Martins, 1986). No lugar do escravo, que era uma mercadoria comercializada, passa-se a comerciar a força de trabalho, agora pertencente a uma trabalhador juridicamente livre.

A mediação do escravismo disfarçara anteriormente esse confronto, fizera do mestiço livre um aliado da escravidão, um excluído da escravidão, um liberto. O fim do trabalho escravo, a revelação de um novo instrumento de dominação, revelou também a contradição que separava os exploradores dos explorados. Sendo a terra a mediação desse antagonismo, em torno dela passa a girar o confronto e o conflito de fazendeiros e camponeses (MARTINS, 1989, p. 10).

Com a Lei de Terra e, principalmente, com o fim da escravidão, operaram-se as mudanças estruturais que fizeram do domínio da terra (propriedade privada) o objeto central dos conflitos rurais, e aos poucos surgiam situações de disputas armadas envolvendo camponeses e latifundiários. Como foi o caso do conflito conhecido como Revolta de Vassouras<sup>5</sup>, ocorrida em São Paulo no ano de 1858, protagonizada por camponeses imigrantes, que se rebelaram contra a LT. Entretanto, os embates mais expressivos ocorreram depois do fim da escravidão, sendo mais conhecida a Guerra de Canudos (1896-1897), porém o mais longo foi a Guerra do Contestado (1912-1916)<sup>6</sup>. Outra expressão das contradições e tensões sociais no campo foi os movimentos de cangaçeiros<sup>7</sup>, surgidos no contexto que nasceu

---

<sup>5</sup>A Revolta de Vassouras em São Paulo, no ano de 1858, na qual, agregados dos grandes proprietários rurais se revoltaram por supor que a "Lei de Terras" de 1850, lhes permitiria a legitimação de suas áreas enquanto posseiros, como isto não correspondia à realidade, os camponeses se rebelaram e houve dura repressão policial a pedido dos fazendeiros. (DANTAS, 2010)

<sup>6</sup>A Guerra do Contestado ocorreu nos limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, onde camponeses lutaram por terras contra o exército brasileiro. Considerada uma guerra camponesa e a maior guerra popular da história contemporânea do Brasil. “A guerra final aconteceu em dezembro de 1914, quando 7 mil homens do exército, mil policiais e trezentos jagunços iniciaram um conjunto de ataques. Aviões foram utilizados para levantamento das localizações dos redutos camponeses. Foram encurralados e sem suprimentos começava o fim da resistência.” (FERNANDES, 2000. p. 31)

<sup>7</sup>O “Cangaço” que tinha a raiz dos grupos armados para vingar dos coronéis maltrato e explorações dos camponeses, que deles dependiam e que através de seus jagunços levantou-se um grande movimento pelo direito

das mudanças das relações sociais provocadas pelo fim da escravidão, num meio marcado pela concentração de terra na mão de poucos proprietários, que formavam uma oligarquia rural politicamente dominante (MARTINS, 1981). O líder cangaceiro mais conhecidos foram Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião e Antônio Silvino. Numa conjuntura política marcada pelo Estado oligárquico, uma característica comum a esses movimentos foi a luta armada, visto que não existiam canais democráticos para a expressão de interesses, formação de movimentos sociais e atendimento das reivindicações por parte do Estado.

Com a Revolução de 1930, que levou ao poder Getúlio Vargas, ocorreram mudanças significativas no Brasil, particularmente o fim do regime oligárquico dominado pelos cafeicultores e o início do processo de industrialização. Os trabalhadores assalariados urbanos passaram a ter seus direitos legalmente reconhecidos, especialmente depois da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Na Era Vargas, o Estado passou a ser o responsável principal pela economia e o promotor da modernização e industrialização brasileira. As transformações ocorridas na sociedade brasileira ficaram restritas aos setores urbano-industriais, mantendo excluídos das mudanças os setores agrários, principalmente os trabalhadores rurais e os milhões de agricultores e agricultoras espalhados pelos interiores do Brasil. (ESPINDOLA, 1988, p. 151).

No que diz respeito à extensão da legislação social e trabalhista, inclusive da sindicalização, houve apenas referência de que no futuro era preciso pensar na extensão dos benefícios ao homem do campo, sempre advertindo da necessidade de se ter muita cautela, devido às características próprias.

Em 1945 com o fim da Segunda Guerra Mundial, a questão agrária entrou em pauta, sendo considerada como um entrave no processo desenvolvimentista do país, portanto apresentaram-se vários projetos de reforma agrária ao Congresso Nacional, porém, não foram aprovados. O projeto de desenvolvimento do país acirrou ainda mais a situação dos conflitos por terra, os empreendimentos para abertura de ferrovias e rodovias resultava na expulsão dos trabalhadores rurais e estes se viam obrigados a abandonar suas terras.

As terras da região leste de Minas Gerais (formada pelas áreas hoje correspondentes aos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri<sup>8</sup> e do Rio Doce e parte da Zona da Mata mineira), também experimentava o projeto desenvolvimentista e foram marcados por conflitos entre camponeses e latifundiários.

---

à terra. Embora não houvesse uma representação de organização dos camponeses em geral, para enfrentar seus problemas, na verdade, sua existência representava um questionamento, uma ameaça ao poder dos coronéis. (FONSECA, 2014, p. 33)

<sup>8</sup>Será melhor referenciado no segundo capítulo deste, que abordará “A luta pela terra em Teófilo Otoni”.

A região de Governador Valadares foi palco de grandes conflitos envolvendo a disputa pela terra, especialmente depois de 1955, como relata Carlos Olavo (1998) em seu livro “Nas terras do Rio Sem Dono”<sup>9</sup>. Os conflitos que aconteceram na região do Rio Doce e do Mucuri tiveram a posse da terra como objeto da disputa, colocando em campos opostos fazendeiros e camponeses, em grande parte formada por posseiros<sup>10</sup>. Foram diversas as formas de apropriação das terras possuídas pelos camponeses por parte de grileiros<sup>11</sup>, desde a manipulação de mecanismos legais até o uso da violência aberta. Para Borges (2004) o período foi marcado pela polarização de interesses e pela violência aberta, cujo centro polarizador foi a cidade de Governador Valadares. Entretanto, esses conflitos atingiram toda a área formada pelos vales do Rio Doce, São Mateus e Mucuri, tanto de Minas Gerais como do Espírito Santo.<sup>12</sup>

A formação da propriedade privada promove uma dissolução das comunidades e do sistema de vizinhança (troca de trabalho, mutirão, compadrio, solidariedade nas dificuldades e cooperação nos eventos especiais, como nascimento e casamento). Isso inviabiliza a permanência no local e empurra as famílias para terras afastadas, que ainda permaneciam devolutas e longe dos interesses mercantis. No contexto da frente pioneira, no entanto, essa solução é passageira, pois dura até que uma estrada coloque a nova localidade em contato com as rodovias ou ferrovia. Sem excedente, os lavradores entram num processo de empobrecimento contínuo, que os leva a abandonar a terra ou se empregar como trabalhadores assalariados ou temporários. (ESPINDOLA *et. ali.* 2010, p. 32)

Uma parcela expressiva da população rural, sem condição de permanecer no campo, termina por migrar para a cidade ou para outras regiões do país.

A fronteira havia se fechado e, conseqüentemente, não absorvia os “sertanejos” que vinham do norte. O processo havia se invertido, o êxodo rural crescia na proporção direta da expansão da pecuária bovina e da grande propriedade. Os posseiros expulsos da terra se dirigiam para os centros urbanos ou para outras áreas de fronteira agrícola. (ESPINDOLA, 2008, p. 186).

---

<sup>9</sup>Nas *Terras do Rio Sem Dono* (1980) é uma obra de memória, na qual o jornalista Carlos Olavo, proprietário e diretor do Jornal “O Combate”, relata os conflitos de terra e a posição comprometida do seu jornal com os camponeses da região. O jornal foi o principal órgão de imprensa de Governador Valadares e região, tendo uma importância significativa no desenrolar dos processos históricos ocorridos entre 1955 e 1964, quando o jornalista Carlos Olavo foi obrigado a fugir e o seu jornal foi destruído. (ESPINDOLA, 2011).

<sup>10</sup>Aquele agricultor que trabalha com sua família numa determinada área, como se fosse sua, mas não possui título de propriedade da terra. Na maioria das vezes a terra é do Estado ou, também, sem que ele saiba, de um proprietário qualquer. (MORISSAWA, 2001, p. 250)

<sup>11</sup>Aquele que realiza grilagem, apropriação ilegal de terras, tornando “legais” as propriedades por meio de documentos falsos. Nesse processo, expulsam da terra posseiros, índios, e até mesmo proprietários legais. (MORISSAWA, 2001, p. 249)

<sup>12</sup>Na região noroeste do Espírito Santo, entre os vales dos rios Mucuri e Doce, está localizado o município de Ecoporanga, que foi palco de intensos conflitos entre camponeses e fazendeiros, Morissawa (2001).

Se na região Sudeste, nas décadas de 1940 e 1950, a rodovia Rio Bahia impactou diretamente os vales do Rio Doce, São Mateus e Mucuri, no Centro Oeste brasileiro a construção da rodovia Transbrasiliana, pelos anos de 1948 a 1952, mais tarde conhecida como Belém-Brasília, provocou fenômeno semelhante. As terras do município de Uruaçu, em Goiás, se valorizaram, atraindo levas de migrantes do Maranhão e Piauí que viviam no norte de Goiás, em Pedro Afonso. Esses migrantes vieram em grupos, liderados por José Porfírio, se estabelecendo como posseiros nas regiões de Formoso e Trombas, que já eram locais permeados por conflitos pela posse da terra. Nessas duas regiões grileiros tomavam terra por meios escusos e, com a organização dos posseiros, formou-se o movimento camponês conhecido como Revolta Camponesa de Formoso e Trombas<sup>13</sup>. Neste mesmo período, surgia no Paraná um conflito por terras, que mais tarde se transformaria na Guerrilha de Porecatu<sup>14</sup>.

Como na região Sudeste, a presença do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos conflitos agrários, nas décadas de 1940 e 1950, foi decisiva em outras regiões do Brasil. No final dos anos de 1940, no município paranaense de Porecatu, vale do rio Paranapanema, os posseiros se armaram, tendo à frente a liderança José Billar do PCB. Em 1951 o governo conseguiu desarmar os camponeses e colocar fim ao conflito. Em 1954, seguindo diretriz partidária, os militantes do PCB começaram a atuar na região de Formoso e Trombas, auxiliando na organização dos posseiros. Esses foram organizados em conselhos de córregos e formaram grandes grupos para plantar suas lavouras e se armarem contra os fazendeiros. Em 1957 é fundada a Associação dos Lavradores do Formoso e Trombas<sup>15</sup>. O conflito se encerrou com a criação de um novo município pelo governo estadual e, como resultado da mobilização, “os posseiros conseguiram uma extensão de 600 mil hectares de terras” (Fonseca, 2014, p. 36).

Na história dos conflitos pela terra no Brasil há registros de várias manifestações envolvendo posseiros em luta para preservar a posse da terra e impedir a ação de grileiros. Essas situações foram comuns às regiões de fronteira agrícola no Brasil, quando as frentes

---

<sup>13</sup>Como as terras haviam sido griladas por um grupo de fazendeiros, incluindo o juiz e o dono do cartório local, os grileiros tentaram transformar os posseiros em seus parceiros. E aí começaram as perseguições contra os posseiros. José Porfírio e sua família sofreram bárbaras violências, resultando na morte de sua esposa. (Fonseca, 2014, p. 36)

<sup>14</sup>Durante dois meses consecutivos, aconteceu a famosa guerrilha de Porecatu, ao fim da qual, tendo o próprio PCB percebido que a resistência não levaria a nada, pediu aos posseiros que terminasse a luta. No entanto, em 15 de março de 1951, o governo declara estas terras de utilidade pública para a desapropriação por interesse social (fato que ocorria pela primeira vez no país). (FONSECA, 2014, p. 36)

<sup>15</sup>Com a formação da associação dos lavradores, o governo estadual mandou tropas da polícia para impedir as ações dos camponeses. Os militantes do PCB intervieram junto ao governador para que as tropas fossem retiradas e, em contrapartida, apoiariam a candidatura do filho do governador nas eleições.

pioneiras penetram as áreas de floresta tropical, ao longo do século XX. A década de 1950 foi marcada, de forma especial, pela organização dos camponeses e pela capacidade de se contraporem às investidas de grileiros e fazerem valer seus direitos de posse. No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, com a transição para o sistema capitalista, se alterou o valor da terra, a economia agrária e a sociedade rural, resultando em mudanças nas relações entre os trabalhadores rurais e grandes proprietários. Os valores tradicionais que sustentavam os laços sociais e estruturavam os lugares sociais ocupados por trabalhadores e grandes proprietários se romperam, com o avanço da mercantilização da terra e da exploração do trabalho assalariado. A disputa pela terra culminou no surgimento de organizações camponesas e na emergência de várias lutas pelas regiões do Brasil.

“No período de 1954 a 1964, surgiram três grandes organizações camponesas que lutavam pela reforma agrária: o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra) <sup>16</sup>, a ULTAB (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) <sup>17</sup>, e as Ligas Camponesas” <sup>18</sup> (Morissawa, 2001, p. 92). Na mesma época o PCB atuava numa linha sindical, organizando associações de camponeses, já que não havia legalidade para a formação de sindicatos de trabalhadores rurais, pois a sindicalização era restrita aos trabalhadores urbanos. No estado do Rio Grande do Sul o MASTER tinha como meta a ocupação de terras passíveis de serem desapropriadas. Em Sarandi, na região norte do estado, em 1961, aconteceu a primeira ocupação, dessa experiência surgiram em outros municípios vários acampamentos, mantendo uma forte pressão sobre o governo, que nos dizeres de Medeiros (1989, p. 68) “era a ofensiva dos trabalhadores já expropriados ou semi-expropriados demandando terras ainda não cultivadas, através da pressão direta sobre o Estado”. Entretanto, com a saída de Leonel Brizola do governo o MASTER foi desmantelado,

---

<sup>16</sup>Movimento fundado no Rio Grande do Sul, em 1958, sob influência de líderes políticos do PTB, como Leonel Brizola, Paulo Schilling, Jair Calixto e João Sem-Terra. O movimento pressionava o governo estadual a realizar assentamentos. Funcionou de 1958 a 1964, quando foi colocado na ilegalidade e perseguido. (MORISSAWA, 2001, p. 94)

<sup>17</sup>As ULTABs funcionaram basicamente entre 1954 e 1962. Com o direito à sindicalização, todas elas se transformaram depois em sindicatos. Tiveram alguma amplitude nos estados do Sudeste, onde o PCB tinha muita influência política e deslocava militantes da cidade para organizá-las. Depois que se somaram à estrutura sindical oficial, elegeram Lindolfo Silva o primeiro presidente da Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura). Nestor Veras, outro de seus mais importantes líderes, foi preso pela ditadura militar em 1964 e provavelmente assassinado, considerado desaparecido até hoje (MORISSAWA, 2001, p. 94)

<sup>18</sup>Movimento camponês que teve seu início nos idos de 1954, fundado no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Teve entre seus fundadores José dos Prazeres e, durante sua trajetória, projetou líderes como Francisco Julião, Clodomir de Moraes, João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira. As Ligas Camponesas existiram até 1964, quando foram colocadas na ilegalidade e perseguidas. Funcionaram basicamente nos estados do Nordeste, com maior força em Pernambuco, Paraíba e Alagoas. (MORISSAWA, 2011, p. 93)

em 1962; com a ditadura militar, após abril de 1964, foi considerado ilegal e perseguido pelo regime militar.

A ULTAB era uma associação de classe, criada em 1954 pelo PCB, formada por camponeses e trabalhadores assalariados do campo. O objetivo do PCB era criar organizações sindicais, mesmo que fossem a princípio ilegais. Essas entidades eram lideradas, em sua maioria, por camponeses, porém a orientação do partido era a aliança com os assalariados do campo, bem como politicamente a diretriz era a aliança com os operários urbanos. Essa política de organização se expandiu por todos os estados brasileiros, exceto o Rio Grande do Sul, onde existia o Master; e Pernambuco onde havia as Ligas Camponesas. Essa se tornou a principal organização de luta pela reforma agrária do final da década de 1950 até o golpe militar de 1964. “As Ligas foram organizando, no Nordeste brasileiro, a luta dos foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata, contra o latifúndio” (Oliveira, 1999. p 25). De Pernambuco espalhou-se pelo Nordeste e pelo resto do Brasil, sendo a “organização e luta do primeiro movimento camponês com expressão nacional no território brasileiro” (Jesus, 2010, p. 6).

As Ligas Camponesas se tornaram um grande movimento de luta, com visibilidade mundial, tendo congregado cerca de 80 mil filiados. “Não se pode negar o importante papel que as Ligas desempenharam entre 1955 a 1964 na consciência nacional em favor da reforma agrária” Morais (1997). Em 1962, num contexto marcado pela crescente hegemonia das Ligas Camponesas, o Presidente João Goulart sancionou o sindicalismo de trabalhadores rurais<sup>19</sup>. As associações/sindicatos já existentes tornaram-se legalmente reconhecidos e, rapidamente, aumentou o número de sindicatos criados no Brasil. determinação legal de que era permitido apenas um sindicato por município, e a partir destes, era permitido fundar uma Federação Estadual, organizando-se assim: quem fundasse o primeiro sindicato o registrava no Ministério do Trabalho e quando atingissem um número de sete sindicatos fundados é que se tinha o direito de fundar uma Federação. E os anos de 1962 a 1964 foram de disputas entre as organizações que apoiavam os camponeses, na tentativa de fundar cada vez mais sindicatos agiam até de forma compulsória, para que os trabalhadores se filiassem independente de sua vontade.

---

<sup>19</sup>Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). A partir de 1962, os trabalhadores rurais brasileiros conquistaram o direito de se organizar em sindicatos com base municipal, o que só era permitido aos assalariados urbanos. Independentemente de categoria (assalariados, posseiros, pequenos proprietários ou sem-terra) todos poderiam estar filiados ao sindicato de trabalhadores rurais. E a partir do sindicato municipal se constituiu toda estrutura sindical verticalista de federações estaduais e a Contag, em nível nacional. (MORISSAWA, 2011, p. 94)

Com a legalização dos sindicatos de trabalhadores rurais, setes sindicatos ligados à Igreja Católica se reuniram, em julho de 1963, na cidade de Natal (RN) para criar a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), porém o registro foi negado pelo presidente João Goulart. Diante dessa negativa, em dezembro do mesmo ano outro encontro nacional foi realizado, mas dessa vez com todas as forças se encontravam presente. Em 1963 foi criado a Contag, a partir de um acordo entre as forças sindicais vinculadas ao PCB e à Igreja Católica, mantendo-se de fora do acordo as Ligas Camponesas. Na verdade, havia se constituído duas tendências políticas conflitantes: de um lado os partidários da organização sindical e da luta por direitos; do outro as Ligas Camponesas, partidária da luta pela reforma agrária e mudanças na estrutura rural do Brasil. As Ligas continuaram a ocupar e lutar pela terra. Na região de Governador Valadares, o PCB cedeu lugar à hegemonia das Ligas Camponesas, a partir de 1962 (ESPINDOLA, 2011); em Teófilo Otoni a presença da Igreja Católica foi dominante.

Programado para acontecer no mês de junho de 1964, o Primeiro Congresso das Ligas Camponesas do Brasil foi atropelado pelo golpe militar, sendo que vários líderes das Ligas foram presos, torturados, mortos ou exilados. Nas palavras de STÉDILE (2009, p. 14): “Depois de dez anos de muitas lutas, mobilizações, sacrifícios e conquistas, as Ligas Camponesas derrotadas e dizimadas por forças infinitamente superiores, deixaram de existir como organização social”. Na contraofensiva, os da ditadura se apropriaram da questão agrária, criando o Estatuto da Terra, pela Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964; e o PRORURAL/FUNRURAL, pela Lei Complementar Nº 11, de 25 de maio de 1971.

O regime militar deu impulso ao projeto de modernização da agricultura, com ênfase na tecnologia e uso de insumos, provocando transformações estruturais no campo, denominada por Graziano (1982)<sup>20</sup> como “modernização dolorosa”. Nas palavras de Stédile & Fernandes (2001 p. 15):

A mecanização da lavoura e a introdução, digamos de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de uma maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais naquela década. Eram famílias que viviam como arrendatárias, parceiras ou filhos de agricultores que recebiam um lote desmembrado da já pequena propriedade agrícola de seus pais. Foi um período em que a natureza principal da agricultura era o uso intensivo de mão de obra. Não sei se é justo dizer que era uma agricultura atrasada – penso que aqui não cabem comparações –, que utilizava muita mão de obra e pouca mecanização. Com a entrada da mecanização, se liberou um enorme contingente de pessoas. Num primeiro momento, essa massa

---

<sup>20</sup>Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e autor do livro *A modernização dolorosa* (Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1982). Trata-se da análise do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira nos anos 70, que modernizou as tecnologias, mas manteve a concentração da propriedade e a exclusão social.

populacional migrou para as regiões de colonização, especialmente Rondônia, Pará e Mato Grosso.

Para a população rural a modernização resultou na substituição da mão de obra dos trabalhadores, aumento do desemprego, agravamento da pobreza rural, migração para os centros urbanos. Nos dizeres de Silva (1999), inaugurou-se um tempo de migração forçada. O processo de expropriação da terra em larga escala produziu uma massa de errantes em busca de trabalho para a sobrevivência. Concomitante ao novo contexto havia o aparelho repressivo do regime militar, capaz de empregar diversos recursos para conter e reprimir os movimentos de trabalhadores rurais.

Isso não foi suficiente para evitar o crescimento dos conflitos pela terra em todo país. No contexto da repressão do regime militar, a Igreja Católica e a Luterana<sup>21</sup> se sensibilizaram e se voltaram para a situação enfrentada pelos trabalhadores rurais. No âmbito da Igreja Católica é criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 22 de junho de 1975.<sup>22</sup> A CPT passa a desenvolver ações de apoio à reorganização dos trabalhadores rurais e aos movimentos sociais do campo. Além da CPT, foram criadas as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), no espírito do Concílio do Vaticano II (1962-1965), e da opção pelos pobres da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em Medellín, na Colômbia, no período de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968. Segundo Martins (1999, p. 140):

A CPT se propôs a ser um canal suplente de expressão e apoio para que os trabalhadores se organizassem especialmente nos sindicatos, e exigissem respeito por seus direitos reconhecidos em lei e, até mesmo, avançassem na direção do reconhecimento legal de seus costumes relativos à concepção dos direitos de propriedade. A ação pastoral da CPT somou-se à do sindicato, no sentido de transformar numa disputa legal, a violência que os proprietários de terras impunham aos camponeses.

A ação combinada da CPT e CEB atuou no sentido de politizar os trabalhadores e trabalhadoras rurais, formando lideranças, em suas maiorias jovens rurais. Nos espaços

---

<sup>21</sup>Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Possui trabalho pastoral entre os camponeses do Sul e do Centro-Oeste, especialmente entre os de ascendência alemã, por meio da Pastoral Popular Luterana (PPL). (STÉDILE & FERNENADES, 2001)

<sup>22</sup>Organismo pastoral da Igreja Católica, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT foi organizada em 1975, em Goiânia (GO), durante um encontro de bispos e agentes de pastoral, a partir de reflexões sobre a crescente onda de conflitos de terra que ocorriam nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. A CPT teve como referência doutrinária a Teologia da Libertação. Procurava aplicar na prática as orientações do Concílio Vaticano II. Embora iniciada no Norte e no Centro-Oeste, estendeu suas atividades para quase todos os estados do Brasil. Atua em todas as dioceses em que há problemas de terra. (STÉDILE & FERNENADES, 2001)

complexos de relações que se estabeleciam no campo é que se organizou a luta pela terra, aos poucos se materializando através de ocupações, manifestações e mobilizações. Como defende Martins (1999, p. 153):

Essas mobilizações denunciam as restrições que sofrem os trabalhadores do campo, ao mesmo tempo em que, aos grandes proprietários é dada a possibilidade de acesso à propriedade da terra e a receber subsídios de forma gratuita de lucro e renda que tributam e penalizam a sociedade inteira em benefício daqueles que têm a oferecer unicamente o seu título de propriedade.

O trabalho da CPT foi essencial na organização e no fortalecimento da luta, fomentando o surgimento de Movimentos Sociais Rural em todo Brasil. As ações da CPT contribuíram para o reaparecimento dos movimentos de luta pela terra, ganhando expressão renovada no bojo da crescente participação política e mobilização popular, com o surgimento do novo sindicalismo e dos novos movimentos sociais, nos anos de 1980. No Brasil, nessa década, os movimentos sociais ganharam dimensão de movimento de massa, com força para interagir e interferir no momento político que se encontrava o Brasil. Esse crescimento foi potencializado pela perspectiva do fim da ditadura militar. Neste mesmo período gestaram-se os principais representantes da esquerda brasileira, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Entusiasmados pelas mudanças que se processavam no Brasil, os agentes religiosos católicos (CPT, CEB e demais postarias) e de determinadas denominações protestantes intensificaram os trabalhos no processo de conscientização e organização dos trabalhadores rurais.

No Brasil, os conflitos ligados à luta pela terra também expressavam os anseios dos camponeses pelo direito a um lugar do bem viver. Isso marcaria profundamente a forma e a organização da luta camponesa, potencializada pela presença marcante do elemento religioso. Ao reconhecer a potencialidade dessas manifestações, não se pode deixar de considerar o valor que a terra possui lugar existencial para os camponeses.

A prevalência de uma estrutura agrária desigual e fundamentada no latifúndio e no agronegócio de exportação, está na raiz das determinantes dos conflitos pela terra no Brasil. A presença dos movimentos sociais do campo denunciam a estrutura desigual, confirmando a importância dos movimentos de luta pela terra. Entre esses, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), como um dos mais relevantes e significativos para a difusão da luta pela terra no Brasil, conforme será apresentado abaixo.

A presença do MST na região de Teófilo Otoni, a partir da ocupação e formação do Assentamento de Aruega, município de Novo Cruzeiro, foi decisiva para a emergência dos movimentos sociais no campo, depois do longo período do regime militar. Assim, considera-

se importante tratar nessa seção do surgimento e atuação do MST no Brasil. A luta pela terra esta ligada diretamente à situação ao processo de produção de terras crescentes de trabalhadores sem terra, a partir do processo de modernização. O Rio Grande do Sul foi um dos centros desse processo de modernização nas duas primeiras décadas do regime militar. Em 1984, como resposta a perda da terra grupos organizados de trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul criaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. Segundo Fernandes (1999. p. 65), a gênese do MST foi o resultado de diversos acontecimentos, cujo início reporta a 1979:

O Movimento começou a ser formado no Centro-Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das ações que resultaram na gestação do MST. Muitas outras ações dos trabalhadores sem-terra que aconteceram nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do Movimento. Assim a sua origem não pode ser compreendida por um momento ou uma ação, mas por um conjunto de ações que duraram um período de pelo menos quatro anos.

Seguidores do trabalho realizado pelas ligas camponesas e motivados pelos trabalhos da CPT, líderes camponeses de diversas regiões do Brasil se uniram para fundar o MST. O movimento se inicia na cidade de Cascavel no Paraná, em meados de janeiro de 1984, alimentados pelo ideário de construir uma massa que fosse organizada a nível nacional, direcionando os camponeses na luta pela conquista da terra e pela justiça social.

O MST nasceu no Sul em função de um conjunto de fatores, que tem suas raízes nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura. Mesmo assim nós do MST nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas. (STÉDILE & FERNENADES p. 18. 2001).

Em 1985 o MST realizou seu primeiro Congresso Nacional, onde estiveram presentes representantes de 23 estados brasileiros. Esse encontro contou com expressiva participação de militantes sociais vinculados à Igreja Católica, todos animados pela palavra de ordem: “terra não se ganha, se conquista”. Com uma estratégia de territorialização, o MST iniciou um processo de organização no âmbito nacional por meio de ocupações de terras, iniciadas no Rio Grande do Sul e, gradativamente, se difundindo por outros estados do Brasil. O Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, divisa com o Paraná, se tornou o espaço de maior visibilidade nacional do MST, desde a primeira ocupação ocorrida em 1990. Em dez anos de atuação no Pontal do Paranapanema, em 2000 o MST totalizava 336 ocupações, envolvendo 17.940 famílias (FERNANDES; RAMALHO, 2001, p. 241).

As palavras de ordem dos congressos do MST expressam sua estratégia de atuação, como se vê nos exemplos que seguem: “ocupação é a única solução” (1985); “ocupar, resistir, produzir” (1989); “reforma agrária: uma luta de todos” (1995); “reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio” (2000). Alicerçou-se inicialmente no estado do Rio Grande do Sul (RS), onde o MST conseguiu se estruturar e organizar os trabalhadores sem terra, colocando em prática a estratégia de realizar grandes ocupações simultaneamente.

A organização do MST no estado de Santa Catarina foi concomitante a do RS. Nos demais estados o processo se deu pelo impulso criado pelo Primeiro Congresso do MST, em 1985. No estado do Paraná, os diversos movimentos de sem terra, que se organizaram regionalmente (Litoral, Oeste, Centro Oeste etc.), vão se juntar no MST, com apoio da CPT/Igrejas Católica, Igreja Luterana, CUT e sindicatos de trabalhadores rurais (STR). Em São Paulo (SP), o MST iniciou suas ações nas regiões do Sumaré e Campinas, apoiado pela CPT, CUT e PT; porém, como foi mencionado acima, o grande impulso foi quando se territorializou na região do Pontal do Paranapanema, ocorrendo uma mudança da centralidade do RS para o estado de SP. A entrada do MST no Espírito Santo se deu através da primeira ocupação realizada no município de São Mateus e pelas seguintes nos municípios de Ecoporanga, Kennedy, Córrego do Ouro, Aracruz, Conceição da Barra, Vila Velha, Bom Jesus do Norte, Pinheiro e Águia Branca.

No Mato Grosso do Sul, o MST se estruturou a partir da Fazenda Santa Idalina, que tinha sido ocupada em 1984 pelo movimento organizado pela CPT, onde hoje é o município de Novo Horizonte do Sul; as ocupações se estenderam, posteriormente, aos municípios de Aquidauana, Anastácio, Sete Quedas, Jateí, Bataiporã, Bonito e Nioaque. Em Goiás, as atividades do movimento ocorreram através da articulação entre a CPT, os STR e a CUT, além de militantes paranaenses do MST. No Mato Grosso, o MST iniciou os trabalhos no ano de 1995, quando cerca de 1.00 famílias ocuparam a Fazenda Aliança em Pedra Preta.

Diferentes processos marcam a constituição e territorialização do MST nos diversos estados brasileiros. Na Bahia, o MST foi formado pela ação de lideranças provenientes do estado de Santa Catarina; no Sergipe, foram lideranças vinculada à CPT que articularam os movimentos para se organizarem no MST. Em Alagoas, foi o STR de Inhapi que articulou os trabalhadores para se organizarem no MST; no estado de Pernambuco, berço das Ligas Camponesas, o MST se estruturou a partir dos trabalhadores que ocuparam a Fazenda Caldeirão, município de Pedra; No Estado da Paraíba, foi a delegação que retornou do primeiro congresso que se dispôs a fundar o MST, conseguido realizar a primeira ocupação em 1988; no Rio Grande do Norte, foram lideranças vindas de outros estados que organizaram

o MST, a partir de 1989; no Ceará, foram diversos movimentos sociais de base municipal que atuaram na organização de famílias de sem terra, ocorrendo em Quixeramobim, em maio de 1989, a primeira ocupação (Fazenda Reunidas São Joaquim), dando impulso à formação do MST; no Piauí, as articulações foram feitas pelas CEB e pela CUT; no Maranhão, o MST também se originou da ocupação ocorrida em 1985, no município de Santa Luzia, feita por 573 famílias.

A estratégia do MST é fundamentada em mecanismos de territorialização, no qual a ocupação e a formação de acampamentos desempenham papéis decisivos para o enraizamento espacial da organização. No lustro de cinco anos, a partir do primeiro congresso, o MST já tinha alcançado quase todos os estados brasileiros. Na década seguinte, depois do Segundo Congresso (1989), se estende aos demais estados, inclusive ao Rio de Janeiro, onde as tentativas ocorridas entre os anos de 1985 e 1987 fracassaram. Nesse estado, o MST se organizou em 1993, a partir de trabalhadores urbanos desempregados, sendo que a primeira ocupação das famílias se deu em 1994, no município de Silva Jardim. Nesse período, a expansão pelos estados do Norte foi particularmente conflituosa, tendo marcado fortemente o MST e a opinião pública no Brasil os episódios sangrentos conhecidos como o massacre de Eldorado de Carajás, em abril de 1996. “Por sua práxis na luta pela terra (o MST) tornou-se mais que um movimento social, é hoje um movimento socioterritorial na conquista por frações do território” (Fonseca, 2014, p. 71). Para Fernandes (2005, p.31) “a organização social e o território são partes indissociáveis da luta pela terra, daí, a denominação de movimento socioterritorial<sup>23</sup>”.

Pode-se afirmar que o MST estabeleceu uma estratégia de sucesso, influenciando outros movimentos que buscam a obtenção de terra para famílias rurais ou urbanas que se organizam como “sem-terra”. O MST segue alimentado pela ideia de obtenção da terra, construindo acampamentos<sup>24</sup> e assentamentos<sup>25</sup> por todos os estados brasileiros, criando espaços próprios e identitários, que servem de trunfo nas relações de poder que estabelecem

---

23 Movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade”. (FERNANDES, 2005, p.31).

<sup>24</sup> Fonseca 2014 define acampamento como: Ato ou efeito de acampar, de permanecer por um tempo em algum lugar: Acampamento é uma das estratégias usadas pelos trabalhadores rurais sem-terra enquanto reivindicam, aguardam e negociam um possível assentamento pela reforma agrária ou a solução de uma questão na justiça. (FONSECA, 2014, p. 102).

<sup>25</sup> A mesma autora acima entende assentamento como: Ato ou efeito de assentar, instalar, adaptar, sentir seguro. O assentamento é um local onde se combina produção e vida social, se articula e se organiza as suas diversas atividades e desenvolvimento como: moradia, escola, produção (cooperativa), religião, política, saúde, lazer, festas, economia, reivindicações, preservação do meio ambiente. (Idem).

com o Estado, a sociedade e fazendeiros. Nesse movimento de territorialização<sup>26</sup> o MST se fortaleceu nacionalmente (MORISSAWA, 2001, p. 153). O sucesso do MST por todo o Brasil é diretamente proporcional ao tamanho da desigualdade na distribuição de terras e responde a um processo histórico de formação do território brasileiro, no qual o próprio território esteve em disputa. Portanto, o surgimento do MST não foi algo novo na história do Brasil nem se deu de forma isolada, mas constitui uma herança de movimentos de luta pela terra que existiram desde os primeiros tempos da colonização.

## 2.2 REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

A prevalência do latifúndio é uma das características centrais na formação histórica brasileira, porém o debate em torno da Reforma Agrária é recente. Para Stédile (2005 p. 102):

A primeira manifestação real a concluir que o Brasil tinha um problema agrário foi realizada pela bancada do PCB na constituição de 1946. Com base no recenseamento de 1946 o PCB apresentou os dados da concentração de terra existente e denunciou o caráter semicolonial da economia brasileira. Já nesse momento o PCB mostrava que a concentração da propriedade no Brasil era maior do que em qualquer outro país do mundo. Além disso, outras propostas de Reforma Agrária foram apresentadas. A Igreja Católica que preocupada com o crescimento da influência do PCB, apresenta, em 1950, uma proposta de reforma agrária.

A proposta do PCB trouxe à tona a discussão acerca do problema agrário brasileiro, cuja intenção era a criação de um programa de reforma agrária para resolver a problemática existente no campo. A nova Constituição (1946) passou a considerar a questão agrária, porém não se aprovou projeto algum para efetivação da reforma agrária. No final da década de 1950, as discussões sobre esse assunto se acirraram, num contexto de crescimento dos movimentos de reivindicações por mudanças na estrutura agrária brasileira. Com a crise da economia industrial e urbana, os críticos culpam o sistema de concentração agrária pelo atraso brasileiro.

O grande latifúndio não teria sido suficientemente dinâmico para fazer com que o setor agrícola cumprisse o papel que lhe coube no processo de desenvolvimento. Especialmente no que diz respeito à produção de alimentos baratos, de modo a reduzir o custo de reprodução da força de trabalho urbano-industrial. A reforma

---

<sup>26</sup>De acordo com Fernandes (1996, p. 136) compreende-se que: "É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST". (FERNANDES, 1996, p. 136)

agrária era vista como pré-condição indispensável para a expansão da agricultura capitalista moderna. (DINIZ apud ROMEIRO, 2010, p. 30).

Com a combinação de diversos fatores (esgotamento do modelo desenvolvimentista no final do governo do presidente de Juscelino Kubitschek; crise econômica que se agrava nos primeiros anos da década de 1960; radicalização política e crescente mobilização popular nos grandes centros urbanos; expansão do movimento pela reforma agrária, liderado pelas Ligas Camponesas, entre outros) fez com que o presidente de João Goulart buscasse estender a aliança populista<sup>27</sup> para as massas rurais. A aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964<sup>28</sup>, representou a busca de “uma saída legal para a enorme pressão exercida pelos movimentos camponeses” (Stédile, 2012, p 147). Com essa lei se estendeu a legislação trabalhista ao trabalhador do campo, com direitos que até então eram apenas para os trabalhadores urbanos, além de acrescentar “elementos importantes: concessão de indenização por demissão sem justa causa, estabilidade no trabalho, regulamentação do trabalho da mulher e da criança e também regulamentou os sindicatos rurais” Silva (1999, p.63).

O ETR expressava interesses diferentes e divergentes, uma vez que procurava atender, ao mesmo tempo, os setores modernizantes que crescia com o aumento do número de empresas capitalistas no setor rural, também instituíra uma política de reforma agrária. As propriedades foram classificadas pelo critério de tamanho, utilização e capacidade de produção, conforme aponta Stédile (2012, p. 148):

Por esses critérios seriam considerados minifúndios aquelas propriedades que por sua condição (de tamanho ou produção) não era suficiente para atender às necessidades de progresso das famílias; empresas rurais seriam aquelas propriedades

---

<sup>27</sup>O populismo é um conjunto de práticas políticas que determinam uma forma de governar com base no apoio de massas urbanas. O populismo está ligado à expansão da sociedade urbana-industrial e crescente ampliação do número de eleitores, na medida em que o voto se tornou universal para todos alfabetizados, homens e mulheres maiores de 18 anos, e crescia a escolarização da classe trabalhadora urbana. Estabelece um Estado de compromisso, no qual se estabelece uma troca, pois o apoio eleitoral das massas é correspondido por leis e políticas de cunho social. Isso foi chamado de Pacto Populista, pois dependia da capacidade de atendimento de determinadas demandas populares. O governante populista fazia uso de diversos recursos para obter e manter o apoio popular, incluindo uso de linguagem simples, discurso inflamado, propaganda pessoal, personalização da função pública, buscando estabelecer relação direta com as massas. O sucesso do populismo depende bastante da capacidade do político ser um líder carismático, capaz de se fazer representante e voz do “povo”, que de categoria abstrata concretiza-se nas massas trabalhadoras urbanas, congregadas nas grandes manifestações políticas. As massas se tornam agentes que passam a ocupar o centro da ação política. No Governo João Goulart o populismo se radicalizou, ao buscar a inclusão das massas rurais no jogo institucional e eleitoral, que até então contava apenas com as massas urbanas. A crise política do período de 1963-1964 é identificada, entre outros fatores, como marcada pela incapacidade de manter o Estado de compromisso e pelo esgotamento do Pacto Populista.

<sup>28</sup> “Tanto a implantação do ET quanto do ETR deve ser interpretada no bojo dos conflitos sociais e do processo de modernização da agricultura brasileira sob chancela do Estado, da modernização trágica”. (SILVA, 1999, p. 62)

consideradas ideais, cuja produção gerava lucro e proporcionava o progresso de seus proprietários; latifúndio seriam todas as propriedades mal utilizadas, atrasadas. E dentro do latifúndio subdividiu em latifúndio por exploração, medido por sua produção e produtividade; e latifúndio por extensão, que designava todas as propriedades a partir de determinado tamanho, independente do grau de aproveitamento das terras.

Os critérios estabelecidos apontavam para uma visão da reforma agrária que resultasse em empresas rurais que atendessem o projeto de modernização econômica e fortalecimento do capitalismo brasileiro. O ETR se apresentava como uma estratégia para melhor distribuir a terra, por meio da modificação da política de uso e posse, e, ao mesmo tempo, fazer valer a justiça social e avançar a produtividade econômica das propriedades rurais brasileiras. As propriedades rurais foram diferenciadas em duas categorias: terras desapropriáveis e terras não desapropriáveis. A política de reforma agrária instituída pelo regime militar, pós 1964, tinha como propósito desmobilizar as massas camponesas, cujo movimento era crescente, desde meados da década anterior.

O Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe. (MARTINS, 1990, p. 96)

Na tentativa de diminuir os conflitos, e as manifestações do campesinato, o governo implantou várias ações voltadas para a gestão do “problema da terra”, entre os quais se destaca o incentivo à colonização por particulares, favorecendo as cooperativas agropecuárias, principalmente de famílias do Sul que migraram para outras regiões do Brasil. Também criou vários órgãos para tratar de assuntos referentes à questão agrária, tais como: o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), o Grupo Executivo do Baixo Amazonas – (GEBEM); e o Ministério para Assuntos Fundiários – (MEAF). Todos estrategicamente pensados para tornar a questão agrária um assunto da esfera federal, tirando-a do âmbito estatal. Para Martins (1984, p.25), tratou-se de um processo de federalização e militarização da questão fundiária:

(...) a federalização da questão agrária e a sua militarização, torna mais fácil a neutralização de um foco de tensões sociais e políticas incômodo para o regime militar e sua política econômica. Fundamentalmente, centraliza nas mãos do novo ministro as decisões sobre o problema da terra, eliminando uma variedade de grupos sociais com interesses comuns, mas, na verdade, com interesses conflitantes (...) para concretizar no campo a política agropecuária do governo e das multinacionais e financeiras de cujo apoio dependem ambiciosos projetos governamentais.

A política do regime militar foi suficiente para contar os movimentos de trabalhadores rurais por determinado tempo, porém a década de 1980 se inicia com o ressurgir dos

movimentos sociais do campo. Como já foi mencionado, anteriormente, o MST apareceu na cena política e social como expressão de um novo movimento social rural, com grande capacidade de organização em todo território nacional. A ação do MST combinada com a retomada do movimento sindical de trabalhadores rurais e com a atuação de entidades ligadas à Igreja Católica (CEB e CPT) coloca a reforma agrária no centro da cena política brasileira, cerca de duas décadas depois do desmantelamento e repressão das Ligas Camponesas. Nesse contexto, em 1982, foi criado no âmbito do Governo Federal o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), regulamentado pelo Decreto nº 87.457/82, para implementar o Plano Nacional de Política Fundiária e assegurar o cumprimento das metas de regularização fundiária e do Estatuto da Terra.

Em 1985 foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), regulamentado pelo Decreto nº 91.214/85, para cumprir as funções: reforma agrária, discriminação e arrecadação de terras públicas, regularização fundiária, legitimação de posses, colonização em terras públicas e disciplinamento da colonização privada, lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e da Contribuição de Melhoria referente a imóveis rurais e aquisição de imóveis rurais estrangeiros.<sup>29</sup> Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, que incorporou o INCRA na sua estrutura, teve como primeira iniciativa a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Em Maio de 1985 o MIRAD apresenta à Presidência da República a proposta do PNRA, com a meta ambiciosa de assentar cerca de mais de um milhão de família em uma área de 130 milhões de hectares.

Assentamento de 100 mil famílias até agosto de 1986 e 7,1 milhões até o ano 2000; utilização de 409,5 milhões de hectares privados e de 71,1 milhões da União; revisão das concessões de terras públicas a grupos econômicos; levantamento dos latifúndios em torno de açudes no ‘polígono das secas’; providências para desativar milícias privadas nas áreas de latifúndio. (LISBOA, 1988, p. 58)

O PNRA é uma resposta governamental a retomada e rápida expansão dos movimentos sociais do campo que lutavam pela reforma agrária, particularmente os movimentos que reuniam trabalhadores sem terra. A proposta, no entanto, provocou reação contrária de entidades de fazendeiros, tais como Sociedade Rural Brasileira (SRB), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Essas entidades não se diziam contrários à reforma agrária, mas afirmavam que o

---

<sup>29</sup>Fonte: página do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/hist%C3%B3rico>. Acessado em 11 de janeiro de 2016.

projeto do MIRAD violava o direito de propriedade e comprometeria a produção agrícola, motivo pelo qual se diziam contra a implementação do mesmo. Diante da reação dos latifundiários, o projeto ficou sem sustentação política, sendo alterado e desfigurado, no sentido de atender as proposições dos grandes proprietários rurais. No final das contas, apenas 6% do PNRA foi cumprido, totalizando 84.852 famílias assentadas. Nesse jogo de força, os setores contrários à reforma agrária atuaram junto ao Congresso Nacional e ao Governo, conseguindo bloquear as iniciativas dos movimentos sociais do campo.

Nesse momento, constitui-se a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, liderada por uma série de organizações da sociedade civil, envolvendo organizações não governamentais, organismo de representação de trabalhadores, entidades vinculadas à Igreja, etc. Apesar da forte pressão popular pela introdução de medidas que viabilizassem uma ampla reforma agrária (a emenda popular que conseguiu reunir cerca de 1,5 milhões de assinaturas), os interesses ligados à propriedade da terra cerraram fileiras, ampliaram sua influência no Congresso Nacional e conseguiram criar bloqueios a essa possibilidade. (DINIZ apud MEDEIROS, 2012, p. 33).

Como exposto acima, apesar do esforço empreendido pelos movimentos reivindicatórios pela reforma agrária, a bancada ruralista (grandes proprietário de terras) fez valer sua força política no interior da Assembléia Nacional Constituinte brasileira (1987-1988). Se por um lado se conservou o princípio da função social da propriedade (Art. 5º, inciso 23); garantiu os direitos dos povos indígenas às suas terras (Art. 231); reconheceu as terras ocupadas por quilombolas como propriedade desses (Art. 66); estabeleceu a competência da União para desapropriar terras por interesse sociais, para fins de reforma agrária (Art. 184); por outro lado, o Capítulo III da Constituição de 1988 (Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária), combinada com outros dispositivos estabeleceu limitações que atuam para que no Brasil se conserve a estrutura agrária tradicionalmente concentradora de terra nas mãos de poucos grandes proprietários. Ficaram instituídos mecanismos que inviabilizavam na prática uma política de reforma agrária em grande escala. Como indica Diniz, citando Medeiros (2012, p. 33), “a nova legislação tornou insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária as propriedades improdutivas”.

No período entre 1995 a 2010 ocorreu um expressivo crescimento do número de famílias assentadas e da quantidade de propriedades e hectares de terras desapropriados para fins de reforma agrária. O período anterior e posterior aos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula são inexpressivos, quanto comparados os números referentes à reforma agrária. Esse período também marcou o crescimento da intensidade da luta dos movimentos de sem terra, particularmente utilizando as ocupações de terra como principal estratégia para forçar a atuação do Governo Federal.

Diante do crescimento de ocupações por todo país, na segunda metade da década de 1990 “o Estado passou a manifestar grande preocupação com a questão agrária e veio atuar de forma mais incisiva através de desapropriação de áreas improdutivas e implementação de assentamentos rurais” (Diniz 2003 apud Bergamasco, 2012, p. 35). O aumento da pressão dos movimentos de trabalhadores rurais sem terra, que resistiam em suas ocupações, fazendo da “forma acampamento” um trunfo nas relações de poder com o Estado e os particulares. O Governo FHC editou uma série de medidas para conter o avanço das ocupações (leis, medidas provisórias, decretos, portarias etc.).

A criação da Medida Provisória 2183-56/2001, criada pelo Governo Fernando Henrique, proibindo a vistoria de imóveis rurais ocupados pelos Sem-Terra, inviabilizando sua desapropriação. Outro programa de destaque foi o “Novo Mundo Rural” política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. Com o lema “levar qualidade aos assentamentos”, a meta era tratar o assentado como agricultor familiar. (...) a proposta de substituir a reforma agrária pelo mecanismo de mercado de terras, que se consolidou com a implementação do programa de Reforma Agrária de Mercado, por meio de financiamentos do Banco Mundial, os chamados programas de desenvolvimento rural, pautados na visão neoliberal, e equivocada do Banco Mundial, onde a reforma agrária é tratada como uma mera questão mercadológica. (DINIZ, 2012, p. 36)

A proposta do Banco Mundial se baseava na compra de terras e não na desapropriação, por meio do financiamento do Banco da Terra, criado em 1998, para garantir acesso a terra e infraestrutura básica para trabalhadores rurais sem-terra, jovens rurais, minifundiários, arrendatários, meeiros e posseiros. A iniciativa foi muito criticada pelos movimentos sociais rurais. No início do Governo Lula, em 2003, foi suspenso o Banco da Terra, para dar lugar ao Crédito Fundiário, que ofereceu condições mais favoráveis de empréstimo. (CAMARGO; MUSSOI; CAZELLA, 2005) O MST defendia a reforma agrária como sendo “um amplo programa de desapropriações de terra, de forma rápida e regionalizada”. A chamada reforma agrária de mercado, conforme foi denominada pelos movimentos sociais do campo, via o sem terra como um empreendedor que deveria se ajustar ao mundo dos negócios e nele se mostrar competitivo, numa concepção meramente produtivista da reforma agrária.

A chegada do PT assume ao Governo Federal, através da eleição do Presidente Lula, foi vista como uma grande esperança de, finalmente, ver a reforma agrária efetivada como desejava os movimentos sociais do campo. Conforme Fernandes (2008), os movimentos camponeses realizaram o maior número de ocupações de terras e de família da história da luta pela terra no Brasil, durante o primeiro mandato do Presidente Lula. Para colocar em prática o compromisso assumido, durante a campanha eleitoral com os movimentos de sem terra, Lula

apresentou o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)<sup>30</sup>, em novembro de 2003, durante a Conferência da Terra, em Brasília. O plano foi construído a partir de um amplo diálogo social com os movimentos sociais, além de ter buscado apoio junto a pesquisadores das Universidades brasileiras. Entretanto, o Governo Lula buscou conciliar a política de reforma agrária com a expansão do agronegócio e das exportações agropecuária, que historicamente caracterizam a economia brasileira.

Lula tentou conciliar dois modelos agrícolas: de um lado, criando uma política de assentamentos e incentivo à agricultura familiar com produção de alimentos para o programa de combate à pobreza; e de outro, injetando investimentos econômicos no agronegócio, para produção em grande escala e exportação. As duas políticas acabaram reforçando a predominância econômica do grande latifúndio, sob a égide do agronegócio ou grande capital deste setor (nacional e, sobretudo, estrangeiro), mantendo intacta a estrutura agrária brasileira pelo menos desde a década de 1960. (ENGELMANN, 2012, p. 8)

A implantação do II PNRA foi baseada na criação de diversos programas a serem executados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário: PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária; ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural; PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar. Esses programas foram combinados com outros vinculados ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS): Programa Fome Zero, voltado para a segurança alimentar; e Bolsa Família, que se tornou carro-chefe do governo. Por outro lado, Lula também atendeu aos interesses do capital, favorecendo os grandes investimentos na modernização e expansão do agronegócio.<sup>31</sup> Contando com amplo financiamento e isenções fiscais o agronegócio deu um salto crescente de valor exportado, favorecendo as atividades das grandes empresas nacionais e internacionais de fertilizantes, defensivos, sementes e implementos agrícolas. O início favorável que parecia confirmar a esperança dos movimentos sociais do campo se tornou frustração, motivando o acirramento das manifestações por todo Brasil, com ocupações de terras, órgãos do governo e de agências do Banco do Brasil.

O descenso da política de reforma agrária nos dois últimos anos do Governo Lula se aprofundou com a Presidenta Dilma, cujos números de desapropriação e assentamentos são

---

<sup>30</sup> O I PNRA é de outubro de 1985, quando foi aprovado por decreto da Presidência da República, depois de um amplo debate nacional com a sociedade civil organizada. Iniciava o Governo Sarney e o Brasil vivia o início da redemocratização, com intensa participação popular.

<sup>31</sup> “O governo Lula financiou o agronegócio a um ritmo de 100 bilhões de reais anuais em financiamento - contra 16 para a agricultura familiar - e que foi omissivo: não mexeu na legislação de 1997 que concedeu desconto de cerca de 60% no ICMS dos agrotóxicos.” Carta Capital, publicado 23/02/2011 09h11, última modificação 23/02/2011 09h22. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/raquel-rigotto-a-heranca-maldita-do-agronegocio>. Acesso em 22 de janeiro de 2016.

irrisórios quando comparados com FHC e Lula. Na prática houve um abandono da questão agrária e sua retirada da pauta do Governo Dilma. Na área social foram priorizadas as políticas compensatórias de combate a pobreza, mas no campo econômico se concentrou os investimentos no setor do agronegócio, que cresceu significativamente durante o Governo Dilma, quando comparado aos dois governos anteriores. Os movimentos sociais no campo mantiveram a estratégia de denunciar a situação em que se encontravam e, ao mesmo tempo, criticavam a inoperância do Governo Federal e o retrocesso no campo da reforma agrária. Eles acusam o que chama de movimento de contrarreforma agrária, pois a política do governo nada altera do sistema agrário, mas ao contrário, fortalece as estruturas agrárias tradicionais do Brasil. A CPT (2015) publicou na sua página na Internet um documento denominado “Balanço da Reforma Agrária 2014 e do primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff”, em 07 de janeiro de 2015, onde avalia a política de reforma agrária e o pouco que se caminhou:

De acordo com os dados de institutos oficiais de pesquisa, durante os anos de 2011 a 2014 foram “assentadas” 103.746 mil famílias. No entanto, é preciso fazer um alerta: 73% correspondem a famílias ligadas a processos anteriores ao mandato da presidenta Dilma. Se levamos em consideração as ações originárias em seu próprio governo, esse número cai para 28.313 mil famílias. Para piorar ainda mais o quadro, todas essas famílias não estão ligadas necessariamente à criação de novos assentamentos, mas também a casos de regularização junto ao INCRA. Como apontam os dados, 43,1% da área total obtida nesses quatro anos referem-se a reconhecimentos de áreas antigas, já ocupadas por essas famílias, em vários estados do país. No ano de 2014, último de seu mandato, a presidenta Dilma assentou/regularizou apenas 6.289 mil famílias. O número é obscuro se comparado ao volume de mais de 200 mil famílias sem-terra que se encontram atualmente mobilizadas pela Reforma Agrária no País, segundo os movimentos de luta pela terra no Brasil.

Conforme documento da CPT, o primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff foi marcado por grande retrocesso na política de reforma agrária, sendo o período em que menos ocorreram desapropriações e assentamentos, bem como foi o período no qual menos se investiu na agricultura familiar camponesa. Por outro lado, foi o governo que mais investiu no agronegócio, comparado aos governos brasileiros que a precederam.

No último ano do primeiro mandato, Dilma Rousseff deixa sua marca na questão agrária: foi a presidenta que menos desapropriou terras e assentou famílias para a Reforma Agrária; menos demarcou os territórios Indígenas, Quilombolas e de diversas populações tradicionais; menos criou Reservas Extrativistas. Em contrapartida, foi a que mais apoiou o agronegócio e os grandes empreendimentos capitalistas. Ao que parece, os sinais do tempo indicam que a mudança não vem do Planalto, vem das Planícies. (CPT, 2015)

Os números continuam os mesmos no segundo mandato iniciado em Janeiro de 2015, até o presente, sendo que as promessas para a reforma agrária nem sequer saíram do papel. Os

órgãos vinculados à reforma agrária (MDA e INCRA) sofreram um contínuo esvaziamento, desde o início do primeiro mandato da Presidente Dilma, sendo que a situação se agravou ainda mais no primeiro ano do novo mandato. Os movimentos sociais do campo acusam o Governo Dilma pelo pouco dialogado existente, tornando mais distante a política de reforma agrária. Diante do que foi colocado, confirma-se o que afirma Diniz (2012, p. 37): “reforma agrária no Brasil tem sido tratada como medida para resolver conflitos agrários e não uma política de mudança nessa estrutura fundiária”. Portanto, no contexto de crise política e econômica, com perda de governabilidade por parte da Presidente Dilma, associado ao desgaste imposto ao PT no cenário político nacional, reduziu a capacidade de mobilização e pressão dos movimentos sociais do campo. Isso tende a reforçar o processo de concentração da terra e a conservação da estrutura agrária brasileira. Nesse quadro, os movimentos camponeses procuram manter sua estratégia de ocupar terras, repartições públicas e agências bancárias.

Em 8 de março de 2015 o jornal *O Globo* trazia a manchete: “Com queda de 25% no número de acampados, MST reduz invasões”<sup>32</sup>. Segundo a matéria:

A perda de poder do MST, segundo o cientista político paraguaio Miguel Carter, ex-professor da American University e que há mais de 20 anos estuda o movimento, é consequência do tratamento que o governo deu à reforma agrária nos últimos quatro anos. No primeiro mandato de Dilma, foram assentadas apenas 103.746 famílias. Já o governo Fernando Henrique Cardoso assentou 287.994 famílias no primeiro mandato e 253.710 no segundo. Com Lula, foram 381.419 no primeiro governo e 232.669 no segundo.

Portanto, a luta pela terra, a partir da formação e expansão do MST é um importante elemento para se ter compreensão da questão agrária brasileira e do movimento de ocupação, que cresceu independente da própria ação do MST, como se verá no caso do Assentamento Edmar Fritz, que é objeto dessa dissertação. Antes, serão discutidos alguns elementos que fazem parte da história da luta pela terra nos vales do Rio Doce e Mucuri, que formam o contexto geral no qual se insere o município de Teófilo Otoni – MG.

---

<sup>32</sup> Fonte: “O Globo”, matéria publicada em 8 de março de 2015. Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/com-queda-de-25-no-numero-de-acampados-mst-reduz-invasoes-15535312#ixzz400iViNva>. Acesso em 21 de janeiro de 2016.

### 3 A LUTA PELA TERRA EM TEÓFILO OTONI E O ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA EDMAR FRITZ

*Mas, existem os posseiros que resistem. Não concordam com a espoliação. Bradam, lutam, mobilizam céus e terra, lançam mão de todos os recursos de que dispõem.*

*Carlos Olavo C. Pereira.<sup>33</sup>*

#### 3.1 A LUTA PELA TERRA EM TEÓFILO OTONI - MG

A luta pela terra em Teófilo Otoni e em todo Vale do Mucuri seguiu o processo vivenciado em todas as regiões do Estado de Minas Gerais, bem como do Brasil, fruto do modelo agrícola e econômico implementado, baseado na concentração da terra, tendo como eixo central a prevalência do latifúndio.

Enquanto durou a concessão de sesmarias na região muitas foram as lutas entre os novos donos da terra, os sesmeiros, e os que lá já se achavam instalados e não detinham título de propriedade. (...) as terras e águas dos Vales do Doce e do Mucuri abrigaram outros sonhos e outros projetos. Já em 1857 achava-se concluída a estrada que ligava Diamantina a Filadélfia (atual cidade de Teófilo Otoni). Sua construção fora motivada por dois projetos a cargo do deputado geral do Império, Teófilo Otoni. O primeiro destinava-se a catequizar os indígenas da região e o segundo, a construir uma nova província que, a partir de uma rede de estradas, haveria de permitir o escoamento dos produtos mineiros para outras regiões do país, através do porto de Vitória, no Espírito Santo. É nessa conjuntura que se funda a Companhia de Navegação do Mucuri. Ainda que esse projeto não tenha se concretizado, a construção da estrada viabilizou a instalação de uma colônia de imigrantes alemães na década de 1850. (BORGES, 2004)

O processo efetivo de ocupação e povoamento da região de Teófilo Otoni se iniciou com a criação da Companhia de Navegação do Mucuri, principal responsável pela introdução de imigrantes, em sua maioria de origem alemã<sup>34</sup>, que vieram trabalhar e colonizar o Vale do Mucuri<sup>35</sup>, segundo Gazinelli (2012)

---

<sup>33</sup> Pereira (1988, p. 24)

<sup>34</sup> Com a posse da terra e construção de suas moradias, os imigrantes muito pouco retornavam ao país de origem, optando assim, por morar em Teófilo Otoni. É muito comum encontrar famílias de descendência alemã no município, a cultura germânica se faz presente em muitos aspectos dos costumes dos moradores locais.

<sup>35</sup> Sobre a Colonização Alemã no Vale do Mucuri, ver: A Imigração Alemã No Vale Do Mucuri: Territorialidade e Identidade. Cibele M. Diniz Figueiredo Gazzinelli. Disponível em: [www.fenord.edu.br/revistaagua2012](http://www.fenord.edu.br/revistaagua2012) Acesso em 15/11/2015

Os imigrantes trazidos por iniciativa da companhia foram instalados em duas áreas: a urbana, em que se concentravam vários tipos de especialistas, como engenheiros, marceneiros, ferreiros, carpinteiros, oleiros, professores, enfermeiros, comerciantes e etc; e a área rural, onde se formaram as colônias agrícolas. A estes, coube a dura tarefa de desbravar e cultivar a terra, o que talvez possa justificar a organização do trabalho, uma vez que cada imigrante contava com a ajuda de outros imigrantes ou familiares para abrir clareira nas florestas, desmatar e cultivar o terreno, para depois construir um primeiro abrigo (GAZINELLI apud Fundação João Pinheiro, 2012, p. 73).

Essa mesma autora complementa:

Mal chegados esses primeiros imigrantes, a Companhia lhes confiou um empreendimento comum: trabalhar na estrada que ligaria Filadélfia com Santa Clara”. Só depois de cumprida essa fase-1958-, cada qual poderia tomar posse de suas cotas de terras, que apresentavam a dimensão de 220m de frente por 3.300 mts de fundos, o que corresponde a 15 alqueires (GAZINELLI apud Rothe, 2012, p. 74).

Diante do processo de intensificação das relações capitalistas no Brasil, com a demanda crescente por abastecimento alimentar dos centros urbanos industriais, as terras que foram integradas a esses mercados pela rodovia Rio-Bahia, nos anos de 1940, passaram a ser objeto de expropriação por fazendeiros desejosos de engordar o gado bovino para os mercados do Rio de Janeiro (ESPINDOLA et. ali., 2014). Esse processo foi comum ao Brasil a partir da década de 1950, repetindo-se uma história marcada pela expropriação da terra dos trabalhadores rurais, enquanto crescia o número de trabalhadores assalariados no campo. Como em outras partes do Brasil, emergiram em meados do século XX, em Minas Gerais, várias formas de luta pela terra, desenvolvidas por uma variedade de atores, muitas vezes com sentidos distintos (ZANGELMI apud MARTINS, 2013, p. 306).

O que Morissawa (2001, p. 88) observou em relação à valorização das terras da região de Governador Valadares, em função da construção da rodovia Rio-Bahia (BR 116) também se aplica à região de Teófilo Otoni, nos anos de 1940, tendo se ampliado mais, com a perspectiva do asfaltamento na segunda metade da década de 1950. Essas terras já eram ocupadas por muitos posseiros, em grande parte vinda do Nordeste. Com a expansão da pecuária, a agricultura se restringe ao necessário para subsistência, feita por agregado às fazendas de gado bovino. Isso era diferente do posseiro, cuja base econômica era a agricultura, que tinha como objetivo alimentar sua família. As empresas interessadas na exploração dos recursos naturais e os fazendeiros na criação de gado bovino de corte promoveram ações de expulsão dos posseiros das terras, numa prática que nessa época se tornara comum no Vale do Rio Doce e no Mucuri (ESPINDOLA, 2011).

A partir das décadas de 1940 e 1950 acentuam-se os conflitos de posseiros, meeiros e arrendatários contra grandes proprietários que buscavam expulsá-los, primeiro eles eram

convertidos em parceiros e, em seguida, expulsos pelos fazendeiros grileiros, que apareciam apresentando a documentação de posse da propriedade.

Registra-se entre os anos de 1945 a 1948 o que ficou conhecida como a “luta dos posseiros de Teófilo Otoni”, (Morissawa, 2001.p.100) tendo como um dos motivadores a abertura da Rodovia Rio-Bahia. Ocorreu uma valorização das terras da região, despertando o interesse dos fazendeiros e desencadeando processos de grilagem, algumas de forma brutal. Com a resistência de posseiros e pequenos proprietários, se desencadeou um processo de intenso conflito. Muitos posseiros expulsos de suas terras ficaram sem muitas alternativas, a não ser mudar para outros lugares ou ir para as cidades ou permanecerem como agregados nas fazendas de gado. Situações como essas foram responsáveis por desencadear grandes conflitos e confrontos entre posseiros e fazendeiros da região.

Impossibilitados de fazer do diálogo com o “outro”— com os grandes proprietários rurais e seus aliados — um recurso legítimo para sua independência no campo, restavam-lhes apenas três saídas. A primeira seria continuar no campo como assalariado e ser leal a seu patrão, já que a tradição autoritária dos setores latifundiários não permitiria o uso da voz para melhorar a situação do trabalhador dentro da propriedade alheia. A segunda opção seria deixar suas terras para novamente buscar outra área de fronteira agrícola e nela reiniciar a luta pela manutenção do modo camponês de viver. E, a terceira, seria deixar suas terras, recusar-se a se transformar em empregado rural e ir engrossar as filas do êxodo rural em busca de uma outra vida nas áreas urbanas. Na realidade, tanto na opção de ficar, quanto na de sair em direção aos centros urbanos, o posseiro estava fadado a perder sua identidade camponesa. (BORGES, 2004, p 47)

Como demonstrado pela autora, os camponeses não tinham muitas escolhas, e independente do que escolhesse, perderiam a identidade camponesa, situações como as apontadas acima, resultaram na expulsão de muitos que viviam no campo, que se viam com poucas alternativas, dentre elas migrar para a cidade em busca da sobrevivência, existiram aqueles, que tentavam resistir às imposições dos grileiros, como foi o caso do ocorrido no município de Itambacuri, vizinho a Teófilo Otoni, onde um camponês ameaçado seguidamente de expulsão de sua terra, não suportando mais tal situação, assassinou um dos maiores grileiros da região. Os conflitos por terra espalharam-se em toda região do Vale do Mucuri, expressando a reação dos camponeses no sentido de não perderem suas posses. As tensões foram se agravando, cada vez mais, na medida em que não existia autoridade pública nas localidades, fato que contribuía para os excessos cometidos pelos grileiros. A região se tornou um “barril de pólvora” e os camponeses não tinham a quem recorrer, uma vez que, as tentativas de resistências eram tratadas como casos de polícias, conforme aponta Borges (2004):

Após denúncias sobre os excessos cometidos por grileiros na região, o Diário de Minas enviou um de seus repórteres para os vales do Doce e do Mucuri. As matérias

do jornalista Mauro de Santayana puseram a nu a situação de impunidade desfrutada pelos grileiros vinculados ou não às companhias siderúrgicas e madeireiras, as quais contavam com o respaldo de Juízes de Paz, deputados, jagunços e policiais. As imagens de cemitérios cravados no meio das matas, de famílias inteiras sendo assassinadas, de tenentes e coronéis de polícia transformando-se em grandes proprietários rurais da noite para o dia e de Juízes de Paz que jamais eram localizados pelos reclamantes, eram uma demonstração do casamento entre latifúndio e siderurgia, modelo que ainda hoje vigora na região. As resistências que porventura ocorriam eram tratadas como caso de polícia. (BORGES, 2004, p. 309)

Em meio a um contexto de impunidade e injustiça social, crescia a insatisfação e um profundo sentimento de perda de valores e hábitos próprios dos camponeses (Borges 2004). Esse quadro fez emergir as organizações dos trabalhadores rurais, a partir da capacidade dos camponeses e dos posseiros atuarem contra os despejos e grilagem de terras (ESPINDOLA, 2011). Na segunda metade da década de 1950 e início da década seguinte, em Teófilo Otoni, essas mobilizações, receberam forte apoio da Igreja Católica. A presença católica no campo tinha o claro intuito de evitar a presença e o avanço do Partido Comunista e das Ligas Camponesas, buscando ocupar o espaço sobre o qual essas duas organizações avançavam (RODRIGUES, 2013). No Vale do Mucuri a presença da Igreja Católica<sup>36</sup> foi fundamental para o processo de amadurecimento e organização dos trabalhadores do campo. O trabalho de politização e formação da Igreja Católica resultou na criação, em 1962, de um dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais (STR) de Minas Gerais, conforme aponta Rodrigues (2013, p.119):

Apesar do papel central – e já justificado por nós – do Partido Comunista para o sindicalismo nacional, este não terá influência na organização dos trabalhadores do campo, quer seja no Vale do Mucuri, quer seja no Vale do Jequitinhonha. Virá mesmo da Igreja Católica o impulso inicial para a fundação de um dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais reconhecidos de Minas Gerais, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Poté, cidade localizada no nordeste de Minas, Vale do Mucuri.

A partir do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Poté<sup>37</sup> é que mais tarde surge o STR de Teófilo Otoni. Nos anos de 1950, chegou à cidade de Poté um grupo de jovens da Igreja Católica, chamado “Juventude Agrária Católica” (JAC), provenientes do estado de São Paulo. Conforme Rodrigues (2013) o grupo com uma postura nitidamente progressista iniciou o trabalho pela organização da JAC, que se concentrou no debate das questões relativas ao

---

<sup>36</sup> O local mais próximo, em que não se registrou a atuação da Igreja, foi Governador Valadares, leste de Minas Gerais. Ali a influência foram as Ligas Camponesas. (RODRIGUES, 2013)

<sup>37</sup> Para traçar o quadro a partir do qual emerge o sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni, é crucial fazermos referência ao Sindicato de Poté, município vizinho. (RODRIGUES, 2013)

campo. Com o apoio da Igreja desenvolveu um trabalho junto à população rural, majoritariamente de pequenos agricultores, resultando na organização do STR de Poté.

Na década de 1960, o grupo vinculado à Igreja expandiu os trabalhos de incentivo para os diversos municípios da região. Primeiro com apoio do bispo da diocese de Araçuaí, Dom José Maria Pires, depois estendendo o trabalho para a diocese de Teófilo Otoni, desmembrada de Araçuaí em 1960. No vale do Mucuri, abrangida pela diocese de Teófilo Otoni, o bispo Dom Quirino manteve a mesma linha de apoio iniciada pelo bispo de Araçuaí, se tornando presença marcante na organização dos trabalhadores rurais do município, na década de 1970.

A situação de pobreza foi gradativamente sendo enfatizada nos encontros promovidos pelos padres da paróquia de Teófilo Otoni ocorridos nas diversas comunidades do município. A partir da exposição dos problemas vividos pela maioria da população rural, os párocos salientavam a importância da organização coletiva dos trabalhadores. (RODRIGUES, 2013, p. 132)

Foi expressivo o movimento da Igreja Católica, através das CEB e CPT, no incentivo à criação de uma instância sindical local dos trabalhadores rurais. Na expectativa por terem um órgão que os defendessem, os trabalhadores do campo se organizam e nesse processo é que surge o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni, fundado precisamente em 09 de março de 1975 e reconhecido oficialmente em 15 de agosto do mesmo ano (RODRIGUES, 2013, p. 132). Na década de 1970, o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL)<sup>38</sup> impulsionou a filiação de trabalhadores ao sindicato.

Grupos como CEB, CPT e o STR foram expressivos na luta dos camponeses em Teófilo Otoni, particularmente para que fossem cumpridas as leis trabalhistas e a regularização das relações de parceria entre fazendeiros e trabalhadores rurais, introduzindo os contratos de parceria. Isso foi importante para estabelecer garantia aos trabalhadores rurais, inclusive para meeiros, parceiros, entre outros. As ações das entidades de apoio aos trabalhadores rurais também contribuiu na regularização das terras para os posseiros, com o intuito de impedir a expulsão. Para isso, buscavam a legitimação das terras, com a medição e marcação das terras, documentando esses direitos, evitando que os fazendeiros “empurrassem com a barriga do boi” os posseiros para fora de suas terras (ZANGELMI, 2013, p. 318). A

---

<sup>38</sup> Instituído pela Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971. Tal assistência se direcionava exclusivamente aos trabalhadores rurais e pequenos proprietários que não possuíssem empregados, bem como aos dependentes do trabalhador rural (a esposa, no caso de invalidez do marido; o pai inválido e a mãe etc). Em resumo tais benefícios se tratavam de: aposentadoria por velhice, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço de saúde e Serviço Social. A gestão do PRO-RURAL era feita pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL. (RODRIGUES, 2013, p 35.)

CPT, criada em 1975, seguindo a tradição de atuação de setores progressista da Igreja Católica, foi importante “instrumento na promoção de justiça social e direitos humanos no campo” (ZANGELMI, apud, POLETTO 2013, p. 319)

Em 1984 foi realizado em Contagem o I Encontro dos Trabalhadores Sem-Terra de Minas Gerais, com forte influência das mobilizações que ocorriam no Sul, marcando uma maior identificação com suas demandas. (...) as articulações entre integrantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de Minas Gerais, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) do Sul e Rio de Janeiro no Encontro, que também apontou as principais regiões nas quais as mobilizações deveriam ocorrer: Nordeste e Norte de Minas Gerais, regiões de maior exploração e conflitos pela terra. (ZANGELMI, 2013, p. 319)

No ano de 1984, no intuito de fortalecer a luta dos trabalhadores do campo, enviou dois delegados ao Iº Congresso do MST, realizado em Minas Gerais. Esse evento culminou na formação do MST na região do Mucuri, quando os delegados enviados ao referido congresso, retornaram com a proposta de iniciar o movimento partindo das regiões dos vales do Mucuri e Jequitinhonha, por meio de ocupações de terras e formação de lideranças (MORISSAWA, 2001, p. 134-135). A cidade de Poté se tornou o centro das articulações iniciais do MST, em seguida Teófilo Otoni também entra na discussão pelas ocupações em Minas Gerais, sobre esse momento de efervescência política:

No início do primeiro semestre de 1987, foi realizada uma assembleia municipal do MST, em Poté, com a participação de aproximadamente trezentos trabalhadores. Em abril, organizaram um encontro regional em Teófilo Otoni, onde deliberaram pela ocupação de terra para fazerem avançar a luta. (FERNANDES, 2000, p. 136)

Para tanto, iniciaram os trabalhos de base nas comunidades, e em 12 de fevereiro do ano de 1998 foi realizada a primeira ocupação do MST na região do vale do Mucuri, no município de Novo Cruzeiro, cerca de 400 famílias ocuparam a Fazenda Aruega<sup>39</sup> (ZANGELMI, 2013, p. 319).

No que concerne à luta pela terra no Município de Teófilo Otoni, os órgãos que contribuíam para a organização desta foram a CPT, STR, FETAEMG e, mais tarde, o MST. Esse, embora não tenha se firmado como principal organizador da luta, lugar que era ocupado pela CPT, “impulsionou uma série de movimentações que transformaram o cenário de luta pela terra na região, tendo a forma acampamento<sup>40</sup>, como um de seus principais eixos de

---

<sup>39</sup> Sobre a Ocupação da Fazenda Aruega, ver: História Identidade e Memória no Assentamento Aruega-MG. Minas Gerais. Arnaldo José Zangelmi. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br>. Acesso em 13/11/2015

<sup>40</sup> Para a questão da “forma acampamento” como instrumento de luta veja SIGAUD, Lygia Maria. Forma Acampamento: Notas a Partir da Versão Pernambucana. Novos Estudos Cebrap, [S.l.], v. n. 58. p.73-92, nov., 2000.

mobilização e interlocução com o poder público” (ZANGELMI, 2013, p. 327). Cabe dizer que o trabalho da CPT merece destaque como o de maior expressividade e atuação, permanecendo atuante e efetiva, “organizando trabalhadores rurais para o enfrentamento dos conflitos pela terra e sindicalização” (ZANGELMI, 2013, p. 324).

Seguiu-se à ocupação bem sucedida da fazenda Aruega, em 1988, diversas ações apoiadas pelas organizações mencionadas acima, resultando em outras ocupações de terras, formação de acampamentos e situações de conflitos pela posse da terra. Em Teófilo Otoni, atualmente, existem dois acampamentos que caminham para a condição de assentamentos, em função do processo de legalização que tramita no INCRA: “Mãe Esperança”, localizado na Fazenda Itamunheque<sup>41</sup>; e “Edmar Fritz”, na fazenda São Pedro (Colorado). Esse último é o lócus da pesquisa que se propôs nessa dissertação.

### 3.2 A LUTA PELA TERRA DOS IRMÃOS FRITZ

Antônio Mendes<sup>42</sup>, representante da CPT no vale do Mucuri e um dos principais mediadores da luta pela terra nessa região, muito contribuiu para conhecermos o processo envolvendo os irmãos Fritz; a ocupação da Fazenda São Pedro e, mais tarde, a formação do Assentamento Edmar Fritz. Sua narrativa tece um quadro de conflito marcado pela grilagem, despejo, ameaças de morte, morte, forte mobilização social, conflitos direto com a polícia, entre outros fatos que compõem a história dos irmãos Fritz, bem como da formação do acampamento e, mais tarde, do assentamento.

Segundo Antônio, os irmãos Edmar, Sílvio e Lauro Fritz<sup>43</sup> eram proprietários da Fazenda São Pedro, que receberam de herança<sup>44</sup>. A propriedade tinha uma área de 33,5

---

<sup>41</sup> Em 2004 ocorreu a ocupação da fazenda Itamunheque, situada a 10 km da cidade. A área de 40 hectares foi ocupada por aproximadamente 80 famílias, sendo que essas foram vítimas de vários atos de violência, tentativa de expulsão. A intensidade do conflito fez o INCRA desapropriar a fazenda e, atualmente, está em processo de legalização a distribuição dos lotes para as famílias que lá residem.

<sup>42</sup> Antônio Mendes é representante da CPT na região do Vale do Mucuri. Sua presença neste trabalho se mostrou fundamental, como principal informante da história que levou à formação do assentamento, bem como principal articulador do contato com os assentados do Edmar Fritz. Ressalto que, todos os nomes dos entrevistados, em comum acordo com os mesmos, foram substituídos por pseudônimos, visando protegê-los de possíveis constrangimentos.

<sup>43</sup> Há documentos que atestam que além dos três irmãos citados, existia uma irmã, porém não se encontrou maiores informações a esse respeito; não consta nome, participação, envolvimento, etc... Quando perguntando sobre a possível existência desta irmã, Antônio, afirmou: “Tinha sim, mas ela morava na rua (cidade), na fazenda eram só os três, eles é que se envolvero no caso”. Os irmãos tinham ascendência alemã, originada das famílias

alqueires (172 hectares), localizada no córrego São Pedro (comunidade de São Jerônimo) que dista a nove quilômetros da cidade de Teófilo Otoni. Eles residiam e plantavam para consumo, além de possuírem cerca de 30 cabeças de gado. A fazenda era considerada como uma das melhores daquele lugar, além da localização as terras eram excelentes, tanto para a criação do gado bovino quanto para o plantio, fato que despertou o interesse de um “grileiro”<sup>45</sup> de nome José Lúcio Costa. Inicialmente ele demonstrou intenção de comprar, porém a propriedade não estava a venda nem havia interesse em vendê-la, por parte dos irmãos Fritz. Aos poucos José Lúcio conquistou a confiança e tornou-se amigo dos irmãos e, por causa dessa amizade, se reuniam em encontros informais regados com bebidas alcoólicas<sup>46</sup>.

Em um desses encontros José Lúcio convenceu os Fritz a vender uma parte de suas terras, chegando-se a um acordo no qual os irmãos venderiam 3,5 alqueires e um bezerro. Entretanto, interessado em toda propriedade, em um novo encontro regado a muita bebida alcoólica, simulando que assinavam um contrato de compra e venda, conseguiu que os irmãos assinassem uma procuração dando-lhe plenos poderes. José Lúcio se aproveitou da embriaguez<sup>47</sup> dos irmãos e conseguiu amplos poderes para tratar dos interesses desses. Com a referida procuração guiou todo o gado dos Fritz para o nome de Manoel Santos Martins; depois disso foi ao Cartório de Registro de Imóveis e transferiu toda a propriedade dos Fritz para o nome de sua irmã, Maria Nilza Machado Costa. Assim, juridicamente ficou como se esta tivesse comprado toda a terra de propriedade da família Fritz. Além disso, os Fritz não receberam nenhum valor referente à venda.

Tinha um grileiro chamado Zé Lúcio, que queria as terras dos Fritz, os irmão gostavam duma pinguinha, sempre ia pros buteco bebê, es ficaro amigo, um dia desse, José Lúcio convidou Edmar para tomar uma pinguinha, nessa conversa convenceu es a vender uma parte da terra, 3 alqueire e um bezerro, e aproveitando da ingenuidade des, que achou que tava assinando a venda, assinaro foi uma procuração, e José Lúcio malandro que era de má fé, foi no cartório e passou tudo pro nome da irmã dele, e mandou os boi para outro lugar, um tal de Manoel Martins, quando es foi vê, já tava era tudo no nome de Zé Lucio, ah minina, e ainda tem mais, Ele abriu um conta junto com os irmãos, e fez que depositou o dinheiro depois foi lá e sacou tudo, enganou de novo os Fritz que nada recebero pela venda, nem de 3 alqueire, quanto mais de 33. (Antônio Mendes, entrevista concedida em 04/04/2015)

---

germânicas que migraram para o vale do Mucuri, pela iniciativa de Teófilo Otoni, fundador da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, na década de 1850.

<sup>44</sup>A fazenda era herança dos antepassados que vieram para a região de Teófilo Otoni na época em que o município foi colonizado. (Fonte: Jornal O Estado de Minas, edição de 16 de Novembro de 1999).

<sup>45</sup>Tanto o Antônio, quanto os demais envolvidos nesta história se referenciam a José Lúcio como sendo grileiro.

<sup>46</sup>Consta nos arquivos que os irmão Fritz eram considerados alcólatras: (Fonte: Jornal O Estado de Minas, edição de 16 de Novembro de 1999).

<sup>47</sup>No dia do fechamento do negócio, o fazendeiro José Lúcio levou os irmãos Fritz para tomar cachaça antes de irem para o Cartório. (Fonte: Jornal O Estado de Minas, edição de 16 de Novembro de 1999).

Conforme confirmado por Antônio, José Lúcio agiu de má-fé e se apossou das terras que eram dos irmãos Fritz por meios escusos. Cabe aqui, fazer uma consideração em relação ao termo ao qual se referenciam a José Lúcio como “grileiro”, motivo pelo qual o termo está entre aspas, pois, merece o seguinte questionamento: trata-se de um caso de grilagem ou de estelionato? Pois bem, diante do exposto no depoimento acima, percebe-se que a atitude de José Lúcio não foi de grilagem e sim de estelionato, uma vez que grilagem designa quem falsifica documentos com o intuito de tomar posse ilegalmente de terras devolutas ou de terceiros. Estelionatário, por sua vez, designa pessoa que age de má fé, engana e burla a confiança do outro, com finalidade de usufruir por meios fraudulentos, em prejuízo material e danos morais ao outro. E conforme relatado por Antônio, José Lúcio não apresentou ao cartório com documentos falsificados, mas sim com uma procuração assinada pelos proprietários. Nesse contexto, os irmãos perderam legalmente o título de propriedade de suas terras e, a partir de então, se inicia a luta dos Fritz pela terra que lhes pertencia e foi usurpada de modo escuso.

Ao perceberem que tinham sido vítimas da má-fé do José Lúcio, razão pela qual perderam o título de propriedade da fazenda, os irmãos recorreram aos meios legais na tentativa de desfazer o feito, conforme depoimento de Antônio:

Quando Edmar, percebeu que es tinha sido enganado, aí tento de todo jeito desfazer, foi na polícia, na delegacia, no cartório, e nada adiantou. Depois ele entro na justiça, es investigaro as coisas, fizeram um exame e deu que a assinatura era de uma pessoa embriagada, que os Fritz assinaro porque tavam bebos. Ai só depois disso, ainda demoro muito, mas a justiça condeno Zé Lúcio. (Antônio Mendes, entrevista concedida em 04/04/2015)

De acordo com Antônio, a ação dos Fritz contra o José Lúcio não foi um processo fácil e de respostas rápidas. Após muita investigação, se constatou o delito e a justiça o condenou criminalmente por estelionato<sup>48</sup>, seu advogado recorreu desta decisão e o mesmo respondeu em liberdade.

Na iminência de sair uma liminar favorável aos irmãos, José Lúcio não aceitando tal fato decidiu se vingar dos Fritz. Para tanto, contratou um adolescente pela quantia de R\$ 300,00 para matar os três irmãos, sendo R\$ 100,00 por morte. Próximo passo foi observar e estudar a rotina dos Fritz.

---

<sup>48</sup> José Lúcio foi condenado criminalmente pela 2ª Vara Criminal, sentença confirmada pelo tribunal de alçada com trânsito em julgado em 9 de setembro de 1998. Fonte: (Acervo documental da CPT, arquivados na Casa dos Movimentos Populares em Teófilo Otoni)

Na busca pelos Fritz, o contratado para matar analisou a rotina dos irmãos e percebeu que diariamente eles frequentavam um boteco onde por longas horas se divertiam e faziam uso de bebidas alcoólicas. Na tocaia armada, esperou-os em uma das curvas do caminho e o primeiro que o adolescente encontrou foi o Edmar, vindo de uma dessas noites de diversão e bebedeiras, não dando chances de escapar, assassinou-o brutalmente a pauladas, no dia 09 de dezembro de 1995. Conforme relato abaixo:

Teve uma conversa que uma liminar sairia a favor dos irmãos, Zé Lúcio foi ni Teófilo Otoni e contratou um minino, para matar os irmãos, pagou trezens reais, cem por cada um. E o primeiro que o minino acho na reta foi Edmar, que vinha de noite do buteco, já bebo, e o menino deu um tanto de paulada nele, pelas costas, ele nem teve chance de defender, até ele morrê, foi encontrado com a cabeça toda rachada. Isso assustô a comunidade toda. (Antônio Mendes, entrevista concedida em 04/04/2015)

A forma brutal como ocorreu o assassinato chocou a opinião pública e vários gestos de solidariedade aconteceram durante o velório, sepultamento e na celebração da missa de 7º dia, por parte de amigos, sindicalistas, CPT e trabalhadores rurais de Teófilo Otoni e região. Os manifestantes exigiram a rápida apuração e punição dos responsáveis pelo crime<sup>49</sup>.

Nós num deixamo enterrar ele no mesmo dia não, fizemo uma grande carreata em luto (todos com bandeiras pretas), e o caixão de Edmar dentro do carro, buzinando para chamar atenção de todo mundo, sabe! Distribuimo documento na delegacia, polícia, prefeitura, passamo perto do fórum, foi um movimento mesmo, chamando as pessoa da cidade para lutar com nós, e pedindo pra polícia achar o culpado. (Antônio Mendes, entrevista concedida em 04/04/2015)

De acordo com Zangelmi apud McAdam (2013), em sua teoria sobre movimentos sociais, a organização anterior é fundamental para o surgimento de movimentos sociais. Como tratado aqui, já era prática da CPT e do STR organizar discussões a respeito das injustiças na região, estas se pautavam na concentração de terras, modernização do sistema agrícola, êxodo rural, violência e organização dos trabalhadores rurais. Tanto a CPT-TO quanto o STR-TO eram referências e se apresentavam com apoio, sendo às organizações a quem os trabalhadores sempre recorriam para denunciar as mazelas às quais estavam expostos no campo. Foi isso que fez Sílvio Fritz, buscando auxílio diante da situação na qual se encontrava, tendo seu irmão sido assassinado de forma brutal.

Segundo Antônio, considerando que a CPT-TO e o STR-TO, até então, eram os únicos sensibilizados com a situação dos Fritz, surgiu a ideia de envolver as demais entidades sociais

---

<sup>49</sup> Dados extraídos tanto do depoimento do Antônio, quanto do acervo documental da CPT, arquivados na Casa dos Movimentos Populares em Teófilo Otoni. Toda documentação foi colocada a disposição dessa pesquisa.

do município. Estabeleceram contato e receberam os seguintes apoios: Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Teófilo Otoni; Comitê Popular; Pastoral da Juventude; PT; CUT; FETAEMG; e MST. Juntos organizaram um movimento com manifestação em prol de justiça pelos irmãos Fritz.

A partir de então, toda a população teófilo-otonense tomou conhecimento do caso dos Fritz, sendo que as rádios e jornais locais e alguns da capital noticiaram o ocorrido. A luta dos irmãos tomou maiores proporções, sensibilizando as instituições do município, que aos poucos aderiram ao apelo por justiça. Formou-se uma grande comissão em apoio ao Sílvio Fritz, que dos irmãos foi quem restou, em função do Lauro Fritz ter sido acometido de uma enfermidade que o levou a óbito. Segundo Antônio “Lauro num aguentô ver o que aconteceu com Edmar, sofreu demais e morreu foi de desgosto”<sup>50</sup>.

Foram elaboradas diversas cartas como forma das instituições e movimentos sociais pressionarem o judiciário na agilidade do processo de investigação do assassinato e punição dos responsáveis. Conforme Antônio, o apoio das entidades e movimentos sociais foi fundamental para que o caso permanecesse em pauta no judiciário. Ele enfatiza que a força do trabalhador está na união, no apoio e organização, que tinha sido assim desde a época de Lampião:

(...) as entidade que iam abraçando a causa, fortalecia nós, todo dia aparecia um querendo apoiar, e distribuía cartas, ia na delegacia, prefeitura, fórum, nos fazia reunião para decidir as coisa. E foi isso que deu força para continuar investigano” . Nós sabia, que era com luta que nos ia conseguir, foi assim, desde o irmão Lampião, nos sabia a força que o povo tem e Sílvio sozinho não ia guentá. (Antônio Mendes, entrevista concedida em 04/04/2015)

Diante das intensas mobilizações e pedido por justiça, o assassinato foi investigado e o menor acabou confessando o crime e as razões pelas quais o cometeu, bem como, quem era o mandante. Quatro anos depois da morte, em março de 1999, José Lúcio foi a julgamento no fórum da comarca de Teófilo Otoni, recebendo a pena de 17 anos de reclusão pelo assassinato de Edmar Fritz<sup>51</sup>, seu advogado recorreu da decisão, e foi concedido o direito de cumprir em liberdade. O adolescente foi encaminhado para cumprir medida de internação. Abaixo segue

---

<sup>50</sup> Em relação à morte de Lauro não se afirma tal fato, pois nenhum documento foi encontrado atestando esse ponto de vista do entrevistado. Em relação à enfermidade o único dado encontrado sobre a causa da morte foi numa edição do Jornal O Estado de Minas, de 16 de Novembro de 1999, onde consta que teria sido câncer, porém não informa detalhes nem esclarece o quadro.

<sup>51</sup> Em 11 de março de 1999 José Lúcio foi condenado a 17 anos de reclusão pelo assassinato de Edmar Fritz, no entanto recorreu na justiça, e até o momento encontra-se em liberdade. Fonte: (Acervo documental da CPT, arquivados na Casa dos Movimentos Populares em Teófilo Otoni. Toda documentação foi colocada a disposição dessa pesquisa.

matéria do jornal *O Estado de Minas*, relatando a situação, e trazendo um depoimento do advogado do STR-TO que representava os Fritz.

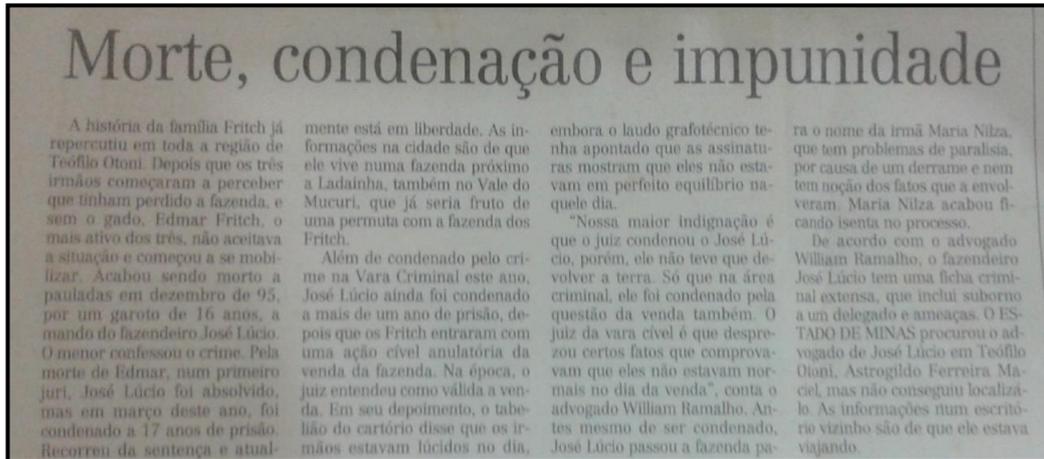


Figura 4: Relato jornalístico sobre a condenação e impunidade do José Lúcio

Fonte: Jornal O Estado de Minas – 16 de Novembro de 1999

*O Estado de Minas* fez uma cobertura completa da situação dos Fritz, desde a venda da propriedade até a morte do Edmar, bem como da condenação e impunidade do José Lúcio. Pela matéria, percebe-se que houve uma divergência entre as varas Cível e Criminal quanto à venda da fazenda, embora José Lúcio tendo sido condenado por estelionato não foi obrigado a devolver a propriedade e ou desfazer a venda. Quanto ao assassinato, mesmo tendo sido condenado, permaneceu em liberdade, “quem pagou mesmo foi só o minino, porque Zé Lúcio está livre até hoje, não foi preso e nunca vai ser” (Antônio). Falas como essa expressam a insatisfação por parte dos que se mobilizaram por justiça, exigindo a punição do Zé Lúcio, demonstram certo descontentamento com a decisão do poder judiciário.

Mesmo com as condenações já citadas, José Lúcio seguiu como proprietário legal das terras que não mais eram dos Fritz. De acordo com o exposto e conforme os relatórios da CPT TO<sup>52</sup>-, em outubro do ano de 1999, para se livrar dos conflitos que o envolvia, José Lúcio “vendeu”<sup>53</sup> a propriedade para Moretzshon Jacinto Coelho, cujo primeira iniciativa, como novo dono das terras, foi alterar o nome da fazenda São Pedro para fazenda Colorado. Como proprietário legal tomou posse de suas terras e exigiu que Silvio se retirasse delas, pois esse durante todo processo continuou a resitar na fazenda. Conforme Antônio:

<sup>52</sup> Os relatórios fazem parte do acervo documental da CPT, arquivados na Casa dos Movimentos Populares em Teófilo Otoni. Toda documentação foi colocada a disposição dessa pesquisa.

<sup>53</sup> Apesar de na matéria do jornal *O Estado de Minas* afirmar que foi por meio de permuta, os relatórios da CPT, bem como a fala do Antônio, confirmam que a propriedade foi vendida.

Zé Lucio, para fugir da briga, foi lá e vendeu a fazenda para um tal de Moretzshon, que ninguém conhecia, depois ficamos sabendo que era de Ladainha. Num sei se ele sabia do caso, mas sei que ele comprou, tirou até o nome, e chamou de fazenda Colorado. Depois disso, num quis nem sabê, mandou Silvio sair das terras. Mas Silvio num quis sair, não aceitava aquilo. (Antônio Mendes, entrevista concedida em 04/04/2015)

Inconformado com toda essa situação Sílvio Fritz que de dono passou a ser considerado posseiro de terras<sup>54</sup>, recusou a se retirar. E o conflito “dos Fritz” deixa de ser com José Lúcio e passa a ser direto com este novo dono (Moretzshon), que diante da recusa do Sílvio, ajuizou várias ações de despejos contra o Silvio Fritz.

Foi quando, na iminência de ser despejado, juntamente com as entidades que o apoiava, Silvio teve a iniciativa de convidar famílias para em um ato de solidariedade ocupar as terras da fazenda. Essa foi uma estratégia encontrada para pressionar o judiciário a indeferir a ação de despejo, evitando assim, que fosse desalojado de “suas próprias terras”<sup>55</sup>.

Neste contexto é que surge o acampamento da fazenda São Pedro, onde cerca de 70 famílias residem, depois de ocuparem e levantarem acampamento nas terras da referida fazenda. Nota-se que o nome da fazenda continua ser São Pedro, apesar da mudança legal para Colorado. A formação do acampamento expressa a continuidade da luta dos Fritz, que não mais era apenas do Silvio Fritz e dos mediadores, mas passou a ser também das famílias acampadas.

### 3.3 A OCUPAÇÃO DA FAZENDA SÃO PEDRO

De acordo com Antônio, quando Silvio Fritz estava prestes a ser despejado das terras da fazenda São Pedro, como estratégia para evitar que isso ocorresse se teve a ideia de promover a ocupação da fazenda por famílias de sem terra. Acreditava-se que com famílias morando na propriedade, talvez se tivesse força para pressionar e evitar que Moretzshon tomasse posse da mesma.

Quando nós sabemos que Silvio podia ser despejado, é claro que nós num queria que isso acontecesse, então nós pensamos assim: ...que se agente convidasse as famílias

---

<sup>54</sup> Como já informado os irmãos Fritz perderam a titularidade de proprietário da fazenda, uma vez que o juiz considerou como legal a venda desta. Portanto, legalmente falando, Sílvio Fritz passou a ser considerado posseiro.

<sup>55</sup> Tanto Silvio quanto as entidades apoiadoras, o considerava dono das terras. Mesmo com a legalidade da propriedade da fazenda estar em nome do Moretzshon,

para acampar lá, ele ia ter uma força a mais pra resistir e num saí. Era como se fosse uma forma de pressão, porque aí o juiz ia ver que num era uma pessoa só, e sim um tanto de gente. Ao mesmo tempo que ês ajudava Silvo a fica ni sua terra, Silvo também ajudava ês que precisava. A ideia foi dele, de ajudar essas pessoa. (Antônio Mendes, entrevista concedida em 04/04/2015)

Movidos por tal ideia, iniciaram o trabalho de convidar as famílias. Para divulgar, identificar as famílias e mobilizá-las, foram utilizados os espaços nas missas e reuniões comunitárias. Também se realizou uma ampla divulgação através dos meios de comunicação e de carros de som, que passavam pelos bairros informando a situação na qual se encontrava o Fritz e convidando as famílias a se solidarizarem com a causa. A proposta era formar um acampamento nas terras da fazenda São Pedro, conforme depoimento abaixo:

Tenho certeza que ele tinha saído daquela terra porque não guentava a pressão do Moretzshon. A gente sabe que na cidade tem muita gente com sede de voltar para roça, então Silvo pensou duas coisas, uma coisa é ter força pra continuar, outra coisa era também a condição de pobreza das família, e ele podia ajudar, pois era o verdadeiro dono da terra que a gente entende assim. Quando nós decidimo que ia ser feito assim, nós começamo o trabalho para chamar as família, foi uma grande manifestação. Falava nas missa, nas reunião, colocamo carro de som nus bairro, as radio divulgava, tudo chamando o povo para ser solidário com o Silvo. Rapidamente as família atendero o chamamento do companheiro. E foi assim que aconteceu, das famílias acampar lá, na missa do dia de finado. (Antônio Mendes, entrevista concedida em 04/04/2015)

Nota-se que não há relatos de que os mediadores tiveram dificuldades em encontrar as famílias interessadas em acampar nas terras da fazenda e de explicar os possíveis contratempos que encontrariam com a ocupação. A proposta de solidarizarem com o Silvio Fritz se tornou uma força importante, que cresceu com a proposta de conquistarem um pedaço de terra. A presença de entidades de apoio, conhecida das pessoas, foi um fator que motivou e deu segurança às famílias para aderirem o movimento e aceitarem o convite para acamparem nas terras. É significativo o fato de que não houve questionamentos das famílias em relação à questão que envolvia a propriedade legal da terra, pois era consenso entre os envolvidos o não reconhecimento do direito de propriedade de Moretzshon e, ao mesmo tempo, o entendimento de que Silvio era o legítimo dono. Conforme mencionado anteriormente, a questão se tornou de amplo conhecimento da população de Teófilo Otoni e, portanto, presume-se que as famílias partilhavam da opinião pública da cidade favorável ao Fritz.

Ês sabia que num ia ocupar um lugar que tinha dono, e sim, ajudar o Silvo a ter de volta sua terra. Por mais que o documento tava em nome de outo, nós sabia quem era o verdadeiro dono, nós sabia quem tinha o direito de ficar lá. (Antônio Mendes, entrevista concedida em 04/04/2015)

O dia escolhido para a ocupação foi 02 de Novembro do ano de 1999, feriado do dia de finados, em meio a uma grande manifestação composta pelo Silvio Fritz, as entidades

sociais envolvidas na causa, bem como pelas famílias que atenderam ao convite. Foi celebrada nas terras da fazenda São Pedro uma missa em memória do Edmar Fritz, logo após as 70 famílias (aproximadamente 250 pessoas entre crianças, adolescentes, jovens e idosos) formaram acampamento nas terras da fazenda. Eram desempregados, pessoas que viviam em situação de dificuldades financeiras, trabalhadores rurais, sendo duas famílias de agregados que viviam na fazenda vizinha a São Pedro. A formação do acampamento foi um ato de apoio e solidariedade a Silvio Fritz, pois assim os trabalhadores permaneciam em estado de movimento e capacidade de luta a favor do legítimo dono das terras e, ao mesmo tempo, o acampamento era a forma de conquistarem um pedaço de terra.

Dessas famílias, cerca de 90% provieram da cidade de Teófilo Otoni e eram pessoas que moravam em situação de vulnerabilidade social, em casas de pau a pique, alugadas, sempre muito pequenas, desgastadas, em condições precárias, sem saneamento básico.<sup>56</sup> A maioria das famílias confirmou que soube do convite para ocupação através de algum dos meios de comunicação mencionados anteriormente:

Nós morava na cidade, Eu, minha muié e meus dois fi, num barracão alugado, aí nos ouviu no carro de som convidano as pessoa pra vir para cá, que ia ter um acampamento aqui pra ajudar Silvo. Que dispois nos podia continua morando aqui, então nós veio e tamo aqui ate hoje (Pedro, assentado, entrevista concedida em 15/05/2015).

Após a chegada, logo levantaram lonas formando as barracas que serviriam de moradias, formaram-se grupos de trabalhos com os responsáveis por cada setor (alimentação, limpeza, capina, saúde, segurança, etc...) e se estabeleceram nas terras. De imediato iniciaram a construção de uma horta coletiva destinada a auxiliar na alimentação de todos. Percebe-se a partir do depoimento, que eles dependeram basicamente das doações arrecadadas pela CPT para garantir a subsistência das famílias, mas logo tiveram as primeiras colheita do que haviam plantado.

Agente trouxe algumas coisas, poucas coisas, pouco alimento, coisa que dava para alguns dias. Truxemo algumas pecinhas de roupas, e ia se virando como dava. E agente recebia ajuda da CPT que pegava as doação dos pessoal na cidade, e trazia pra distribui pra nós, vinha de tudo, alimento, roupa, remédio, coberta. Num passamo muita necessidade não, e rapidin também começamo colher nossas coisa. (Miguel, assentado, entrevista concedida em 15/05/2015)

A ocupação logo chamou a atenção do Moretzshon que acionou as autoridades locais manifestando-se contrário ao que chamou de “invasão de suas terras”, este por sua vez, exerceu forte pressão sobre os acampados provocando toda sorte de hostilidade, na tentativa

---

<sup>56</sup> Fonte: Dados da pesquisa, obtidos a partir do questionário aplicado aos assentados do Edmar Fritz.

de expulsá-los das terras independentemente do processo<sup>57</sup> que já corria na justiça contra o Silvio. A ocupação despertou também a atenção da mídia e várias foram as publicações tratando o assunto, porém diferente dos participantes, que falavam em ocupação, a imprensa usava o termo “invasão”, como parece ser regra geral dos órgãos de comunicação da grande imprensa.



Figura 5: Relatório jornalístico sobre a ocupação da Fazenda São Pedro

Fonte: Jornal O Estado de Minas – 16 de Novembro de 1999

Na matéria do jornal *O Estado de Minas* se utilizou alternadamente os termos “invasão” e “ocupação”, ou seja, no título principal da matéria, em letras de destaque e começando a frase utiliza a expressão “invasão de terras”, porém no subtítulo já aparece, de forma mais discreta, a ideia de que foi uma ocupação de camponeses. Para Fonseca (2014), “é necessário entender claramente o significado dessas duas expressões muito usadas pelas organizações, pela mídia e os meios de comunicação”. Segundo a autora são termos

<sup>57</sup> Processo de nº 002403999478-5, cuja Tramitação foi feita na Vara e Conflitos Agrários em Belo Horizonte – MG.

carregados de ideologia, e usualmente utilizado pela mídia e o judiciário, porque é o tipo apresentado no Código Penal e Código Civil, tratando de invasão de domicílio. Aqui, utiliza-se das palavras da referida autora para conceituar os termos citados, por invasor se entende como:

Aquele que invade a propriedade de outrem, com o intuito de adquirir a posse. [...] o direito civil traz a proteção contra a figura jurídica do invasor, que é parasita; que nada faz senão aproveitar-se do trabalho alheio, pela violência [...] o invasor, via de regra, não é um trabalhador rural, não visa cultivar a terra, mas sim aproveitar do trabalho alheio. (Fonseca apud Varella, 2014, p. 100)

Já ocupação:

Possui um sentido mais positivo, de ocupar algo vazio, que não está sendo utilizado. [...] A ocupação não deve ser considerado delito. [...] a ocupação constitui um ato político, com a finalidade de chamar atenção da autoridade omissa para um problema. (FONSECA, 2014, p. 100)

O termo invasão remete a um juízo de valor negativo, exprimindo a ideia de um ato ilegal, violento, que acaba por desqualificar o movimento. A mídia ao utilizar o termo invasão de terra expressa um sentimento e ideologia de reação aos movimentos de luta pela terra no Brasil. O fato da grande imprensa de Minas Gerais utilizar as duas expressões leva a entender que mesmo sabendo que se tratava de uma ocupação, o jornal enunciador optou por utilizar o termo invasão como título da matéria, ou seja, colocando-o em primeiro plano, para marcar um ponto de vista ideológico e de classe. Diante dos depoimentos, constatou-se que no processo de formação do acampamento os atos hostis vieram da parte do proprietário legal, porém não legítimo, sendo que a falta de legitimidade era um fato publicamente conhecido. O depoimento abaixo esclarece o caráter pacífico da ocupação:

Moçaês fala que era invasão. Nós num invadimo nada, o que fizemo foi ocupar as terras, mesmo assim, nem foi perto da sede onde Moretzshon morava, ficamo num lugar ondem num tinha nada, nem prantação nenhuma. Num agimo com violência, num teve briga. Ele que mandou um tanto de vez, ameaça pra nos sair, chamô policia, fazia, fez emboscada pra pegar Silvo. Mas nada mais que isso (Benício, assentado, entrevista concedida em 18/05/2015)

Como já tratado, a iniciativa pela ocupação foi um mecanismo utilizado para chamar atenção e pressionar o judiciário que não deferisse a ação de despejo. Acamparam em uma área não produtiva e contavam com o apoio de grande parte das famílias do município de Teófilo Otoni e eram ajudados pela Igreja Católica.



Figura 6: Sílvio Fritz e Parte das Famílias que ocuparam a fazenda

Fonte: Jornal O Estado de Minas – 16 de Novembro de 1999

A figura 6 traz a imagem do Silvo á frente e de alguns dos acampados, com uma faixa afirmando que ele é apoiado por famílias que se identificam e solidarizam. Mesmo agachado aparenta uma postura altiva e determinada, com o semblante fixo à frente, expressando altivez e determinação. No fundo os companheiros apresentam uma postura combativa, como retaguarda disposta à luta. A imagem destacando a figura em primeiro plano do Silvo Fritz expressa um sentido de comando. Como afirma Zangelmi (2013, p. 69), “a ideia de liderança está mais associada à representatividade, responsabilidade e função de organização das atividades, ou seja, uma autoridade temporariamente atribuída”. Outra representação interessante são os companheiros com as ferramentas em mãos, numa postura que lembra a figura do quadro “Lavrador de café” de Candido Portinari, de 1934, valorizando o trabalhando na terra, a força do homem do campo, a dignidade dos que lavram a terra, produzindo e cultivando-a. A imagem mostra uma terra que acabou de ser roçada, indicando que foi um trabalho coletivo em mutirão. As imagens apresentadas na fotografia reforçam os depoimentos e o direito à terra que pertence ao Silvio Fritz e, agora, também, às famílias acampadas.

O acampamento recebeu o nome de “Edmar Fritz”, numa clara alusão ao direito à terra dos Fritz e, ao mesmo tempo, se criou um lugar de memória que marcará e preservará na representação a dialética da luta pela terra: o momento da violência e morte causada pelo

usurpador da terra e, por outro momento, a organização e a luta de conquista e vitória contra a usurpação.

Como se pôde observar a história de constituição do acampamento dos Fritz se difere das que se costuma ouvir e ver por aí, pois possui uma particularidade que o diferencia dos demais movimentos sem-terra existentes no Brasil. O motivo de não originar-se de um processo forçado de ocupação, uma vez que, as famílias foram convidadas a ocupar em um ato de solidariedade àquele considerado o legítimo dono, não deixa de ter desencadeado um processo social característico dos movimentos de sem terra.

Silvio Fritz e os demais ocupantes se apresentavam como sem terra e utilizavam da forma acampamento para organizar, resistir e continuar a luta. A ocupação expressou uma mudança significativa da luta, que não mais era de solidariedade e apoio a uma demanda individual do único sobrevivente dos irmãos Fritz, mas que passou a ser um movimento coletivo de sem terras, transferindo a questão da esfera judicial para o campo da luta social e popular. A saga do único Fritz se tornou catalizadora dos elementos presente na territorialidade do Vale do Mucuri, no qual emergiu o movimento coletivo de antigos posseiros, anteriormente expulsos do campo, mas que agora retornaram a terra por meio da luta social.

Neste sentido, com a forma acampamento, o conflito já instalado entre Silvio e Moretzshon ganhou novos atores, estes por sua vez uniram esforços com a opinião pública local e a solidariedade de outros atores sociais urbanos, particularmente vinculados à Igreja Católica. Assim, puderam resistir aos ataques e atos violentos sofridos, permanecendo na terra. Instrumento de tal resistência a forma acampamento se demonstrou eficiente para transformar a fazenda São Pedro no Assentamento Edmar Fritz, legitimando o processo de territorialização, cujo início foi a atitude de solidariedade contra a injustiça aos três irmãos.

### 3.4 DO CONFLITO À LEGÍTIMA CONQUISTA DO TERRITÓRIO – O ASSENTAMENTO

A conquista da terra por camponeses sem terra é fruto de muitos conflitos com fazendeiros e contra uma opinião pública difundida pela mídia e expressa pela classe média urbana negativa aos movimentos de ocupação e aos assentamentos. No caso dos moradores do Fritz não foi diferente, embora tenham sido convidados a ocupar as terras pela pessoa a quem

eles reconheciam como “legítimo dono”, muitos foram os entraves que surgiram depois da formação do acampamento, pois a favor de Moretzshon Jacinto Coelho havia um pedaço de papel que lhe dava o direito legal: o título de proprietário da fazenda. Esse conflito revivia a formação histórica do território dos vales do Rio Doce e Mucuri, como indica Espindola (2011, p. 13):

O posseiro se tornava, por esse mecanismo, um invasor de terras particulares. Isso acontecia porque o fazendeiro, depois de conseguir o título de propriedade, movia uma ação de reintegração de posse e, desta forma, os lavradores pobres eram expulsos da terra com aparato policial e à custa do Estado. Essa é a origem dos chamados despejos rurais, que motivaram a emergência do movimento social no campo do Vale do Rio Doce.

No conflito entre Moretzshon e os acampados na fazenda São Pedro, incluindo Silvio Fritz, estava presente uma questão jurídica fundamental, que permeia a história da região, como indica Espindola (2013, p. 290):

A contradição entre o direito de posse e o direito de propriedade foi um aspecto do conflito maior entre dois mundos distintos: o da economia camponesa, da mobilidade em busca de novas terras e da posse como regra da relação com os meios de produção, de um lado, e a lógica capitalista que se fundamentava na propriedade privada, de outro.

Moretzshon se firmava no título de propriedade da fazenda para questionar a presença de Sílvio Fritz e das famílias ali acampadas, considerando que todos violavam seu direito de propriedade e, portanto, eram invasores do que era seu por direito. Foram várias estratégias para expulsar os acampados, apesar de não terem sido consumadas, ameaças de mortes, de atear fogo nas lonas e plantação, e perseguição por pessoas contratados pelo Moretzshon. Como consta nos depoimentos a seguir:

Quando Moretz viu que num era brincadêra, que nós vei pra ficar mesmo, aí ele cumeçô. Ele falava que se nos num saísse, ele ia pô fogo em tudo, matar todo mundo que tava aqui. Pô fogo nas prantação, nos barraco. As veze quando nós passava na estrada tinha uns cara tocaiano, esperano nós. A gente vivia cum medo né mas fazer o que? (risos), ele tava errado. O que nós num queria e sempre o pessoal da CPT falava era pra nos num ter violência, num brigá. Que nos ia ganhá isso de outro jeito. Mas nos ficava cum medo, inda tinha criança né, as muié. (Domingos, assentado, entrevista concedida em 18/05/2015)

O Moretzo, quando viu que num tinha jeito pra Ele, que os pessoal tava resistino, tentô de todas manera, mandar o povo imhora, amecava. Teve um dia que nós quais morre, os home dele colocaro uns pau dentro do mata-burro, de manêra que nós num vimo, e quando passamo, o carro garrô, era pra matar nos tudo que tava no carro. Se num fosse Deus. Num tava aqui nem pra conta esse caso. (risos). Agente tentava negociar com ele, conversar, mediar essa luta né, mas, num adiantava, e mesmo entrano na justiça, para despejar as família, ele num sossegava. (Antônio Mendes, entrevista concedida em 18/05/2015)

Através dos depoimentos, têm-se noção da tensa relação entre os envolvidos citados na disputa pela terra. As tentativas de mediação do STR-TO e da CPT em amenizar o conflito com Moretzshon, pouco avançaram, e, este prosseguia com as ações<sup>58</sup> via judiciário para retirada das famílias.

Entretanto, a disputa judicial contou com nove liminares de despejo, contra as quais os acampados recorreram e ganharam todas. Os relatos demonstram a angústia desse tempo e o apoio que os acampados recebiam dos mediadores:

Durante os ano foram mandada muitas carta de despejo, aí Dr. Willia recorria, e nós conseguimos derrubá nove liminar na justiça. (risos), é minha fia, é a força do povo, num foi fácil, teve vezes que nos achamo que ia perder. Vixe nos mobilizava, manifestava, reunia esse povo todo, falano o que a gente devia fazer, e deu tudo certo, graças a deus, ês tão aqui até hoje, foi assim até o dia que ele desistiu e o incra desapropiô. (Antônio Mendes, entrevista concedida em 18/05/2015)

Menina... uma vez nós achô que ia ser expulso, a policia já tava preparada pra vim para cá. Ai a CPT, o Sindicato reunia nós, Dr. Willia, ia lá, dava o jeito dele, e o juiz mandava nós fica. (risos). Era uma luta só. (Gusmão, assentado, entrevista concedida em 18/05/2015)

O último depoimento acima relata que uma das liminares foi quase favorável ao despejo, em que a decisão judicial foi pela reintegração de posse, estabeleceu-se um prazo para a saída das famílias. Para evitar conflito, caso as famílias resistissem a deixar o local, o Ministério Público requisitou a presença da polícia militar para garantir a segurança dos envolvidos. Entretanto, em diálogo com o Ministério Público, com a Polícia Militar, os representantes dos acampado conseguiram postergar a data da saída<sup>59</sup>, com a promessa de que nesse tempo estariam negociando junto ao governo Estadual a possível desapropriação da área acampada, permitindo a permanência das famílias. Essa possível reintegração de posse foi noticiada por toda a mídia local, como demonstra a imagem abaixo:

---

<sup>58</sup> Processo nº 3.849/99 – Ação de Reintegração de Posse movida por Moretzshon e sua mulher Flávia Silva Costa Coelho

<sup>59</sup> Os advogados dos assentados entraram com pedido na Vara Cível de Teófilo Otoni, requerendo a suspensão da execução da liminar concedida, solicitando estender o prazo para 1º de abril de 2009. O Judiciário concedeu tal pedido, não ocorrendo portanto, a reintegração de posse.



Fonte: Jornal Tribuna do Mucuri – 24 de maio de 2001

Um momento emblemático na resistência dos acampados da fazenda São Pedro foi quando, em uma das audiências para tratar do despejo, os moradores junto com lideranças de movimentos sociais mediadores, se organizaram em frente ao fórum municipal. Eles fizeram uma exposição simbólica dos produtos cultivados na fazenda, com grande repercussão e, assim, obtiveram uma grande mobilização contrária a execução da ordem de despejo. A intensidade e abrangência da manifestação até hoje é lembrada com um momento e símbolo da coragem e ousadia, estabelecendo um lugar permanente na memória dos assentados:

Em uma das audiências de despejo, nós decidimo ir manifestar na frente do fórum, na prefeitura conseguimos umas barraca, e os acampado colocaro os produtos que colhiam no acampamento, de maneira que o Juiz, os promotô, quando passasse ia vê, tudo exposto lá. Foi uma forma de fazê ês vê que as familia tavam produzindo lá, que o sustento deles vinha de lá, e que se saísse de lá, o que ês ia fazer, onde ia morar, comer?. Espalhamos faixa por toda avenida do fórum. Vários movimentos da cidade foram apoiá nós. Foi uma forma encontrada pra sensibilizar o Juiz com a causa daquelas família. Era fazê o Juiz vê, que num tava querendo a fazenda toda, era só uma área, pros irmãos morar, plantá, e tirar o meio de vivê. Moça... Foi uma coisa linda de vê, carros na rua, faixa, cartaz, tudo falando da luta das família de lá.

Na pracinha da Imigrante, tinha mais barraca, vendendo os produto, todo mundo que passava via. As radio, a televisão, os repórter, tudo acompanharam a manifestação. (Antônio Mendes, entrevista concedida em 18/05/2015)



Figura 8: Manifestantes em frente ao Fórum apoiando aos acampados do Fritz

Fonte: Acervo fotográfico da Casa dos Movimentos Populares



Figura 9: Grupo dos excluídos na manifestação de apoio ao acampados do Fritz

Fonte: Acervo fotográfico da Casa dos Movimentos Populares

As figuras 8 e 9 reforçam o depoimento de que movimentos sociais se juntaram em solidariedade ao Acampamento Fritz. As imagens retratam lideranças e participantes do

movimento conhecido como Grito dos Excluídos, em ação a favor dos acampados.<sup>60</sup> Os populares se concentram na Avenida Marajoara, onde se localiza o fórum do município de Teófilo Otoni, expondo faixa com dizeres de apoio, gritando palavras de ordem em prol dos moradores do acampamento.



Por meio dos depoimentos, percebe-se que após tais acontecimentos a pressão para com os moradores do acampamento foi diminuindo gradualmente.

Dispois dessa movimentação toda na frente do fórum, as coisas foi acalmando. O juiz foi entendeno que num podia tirar nós de lá, pois onde que esse tanto de família ia ficar, gente... Moret também foi aceitano que nós num ia trapaíá ele in nada. A coisa foi tomano rumo. Ês viro que nois tava organizado, que já prantava, que nosso sustento vinha de lá. Se o Juiz mandasse sair, nos ia sair, num tinha outro jeito, tinha que obedecê, né! Mas antes disso nos tinha que mostra a força do povo. Ês num diz por aí, “o povo unido, num será vencido”, pois intão, ês fazia pressão de cá nois fazia de lá. E foi dano certo. (Juarez, assentado entrevista concedida em 05/05/2015)

Manifestações como essas enfatizam a força dos acampados na resistência para permanecer na terra, e foram eficazes. A constatação disso é que no dia 26 de Agosto de 2005, em audiência entre Moretzshon e os acampados, simultaneamente nos arredores do

---

<sup>60</sup> O Grito dos Excluídos é uma manifestação popular carregada de simbolismo, é um espaço de animação e profecia, sempre aberto e plural de pessoas, grupos, entidades, igrejas e movimentos sociais comprometidos com as causas dos excluídos. O Grito é uma descoberta, uma vez que agentes e lideranças apenas abrem um canal para que o Grito sufocado venha a público. Fonte: <http://www.gritodosexcluidos.org/historia/>. Acesso em 02.12.2015

fórum novas manifestações aconteciam. A decisão judicial foi para que o INCRA negociasse com os envolvidos a possível desapropriação da área ocupada. Segundo Sigaud (2005):

Após o pedido de desapropriação, o Incra envia uma equipe de técnicos para proceder à vistoria. Se constatada a improdutividade, dará andamento ao processo. A documentação é enviada para Brasília, ao Incra nacional, que a submete ao presidente da República. Cabe a ele assinar o decreto estabelecendo que a propriedade não cumpre sua função social. Segue-se a desapropriação, na qual o proprietário recebe, pela terra, uma indenização em títulos da dívida agrária (TDA) com valor de mercado e, pelas benfeitorias, uma indenização em dinheiro. (SIGAUD, 2005, p. 4)

Seguindo os trâmites citados acima, em meio aos levantamentos o INCRA constatou que a área ocupada não se enquadrava nos critérios de desapropriação<sup>61</sup>, sendo a saída encontrada negociar a compra desta parte da fazenda. Para tal, ocorreu uma nova audiência no dia 29 de janeiro de 2008, na qual Moretzshon concordou com tal venda<sup>62</sup>. Assim, o INCRA iniciou o processo para aquisição por compra dos 33 alqueires, sendo que, em novembro de 2009, o Presidente da República assinou o decreto<sup>63</sup> declarando a “Fazenda São Pedro” de interesse social, para fins de reforma agrária. Em dezembro do mesmo ano foi publicado o edital da vistoria e avaliação do imóvel<sup>64</sup>.

---

<sup>61</sup>Após apresentação, o Chefe da Divisão de Obtenção de Terras do INCRA, explicou que o imóvel foi vistoriado e classificado como “pequena propriedade improdutiva”, razão pela qual não pode ser desapropriada, e em seguida disse que o INCRA poderia fazer a aquisição do imóvel denominado, Fazenda São Pedro/Colorado – Acampamento Fritz, por compra e venda, consignou ainda que o imóvel será avaliado pelo preço de mercado e a conclusão do laudo de avaliação em até 40 dias e ficando também estabelecido o prazo de até 30 de Julho de 2008, para a conclusão dos trâmites pertinentes da aquisição do imóvel. **Fonte:** ATA da reunião realizada no Gabinete da Superintendência Regional do INCRA – MG, em 29 de Janeiro de 2008. Disponível em: Acervo Casa dos Movimentos Populares

<sup>62</sup>O Sr. Moretzshon Jacinto Coelho declarou perante todos os presentes, estar de pleno acordo com a compra e venda do imóvel pelo preço de mercado na forma de legislação em vigor. **Fonte:** ATA da reunião realizada no Gabinete da Superintendência Regional do INCRA – MG, em 29 de Janeiro de 2008. Disponível em: Acervo Casa dos Movimentos Populares.

<sup>63</sup>Decreto de 27 de Novembro de 2009. “Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado “Fazenda São Pedro”, situado no Município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências”.

<sup>64</sup>A Superintendência Regional do INCRA em Minas Gerais, **FAZ SABER** a todos quantos o presente virem ou conhecimento dele tiverem, e a quem interessar possa, que procedeu a vistoria e avaliação do seguinte imóvel rural, para fins de desapropriação, conforme dados discriminados a seguir:

Processo INCRA/Nº 54170.001892/07-18 Laudo SR-06/MG/N.º 6/08 Nome do imóvel: Fazenda Córrego São Pedro - Proprietário: Moretzshon Jacinto Coelho - Município: Teófilo Otoni – MG - Informações registrais: Matrícula 13.021, fl. 01, Livro 2, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais. - Microrregião Homogênea: Teófilo Otoni –MG - Mesorregião (IBGE): Vale do Mucuri

Área : Registrada : 142,3269 ha Medida e avaliada: 130,3052 há Exploração predominante: Pecuária e lavoura de subsistência “posseiros” (Grifo nosso)

Resumo do Laudo de Avaliação

Valor da Terra Nua: R\$ 445.528,43

Valor das Benfeitorias: R\$27.880,33

Valor total do Imóvel: R\$473.408,76

Em 2009 todo o processo já estava concluído, porém a legalização do assentamento somente teve início no ano de 2013<sup>65</sup>, quando se estabeleceu a regularização dos direitos das famílias. A divisão dos lotes determinou que a área a partir de então fosse caracterizada como assentamento, nascendo, assim, o Assentamento Edmar Fritz. De acordo aos depoimentos:

Desde 2008 ficô certo que nós num ia mais sê dispejado, e ia disapropriá, Ele (Moretzshon) concordô em vendê pro Incra. Mas só coisa de uns dois ano pra cá, que ês cumeçaro recolher nossos documento prá modo colocar nosso nome, certinho né, fazê cum tem que sê na lei. Hii... foi uma dor de cabeça danada, documento iá, documento vinha, chegava lá tava errado, mandava di novo pra modo nós cunsertá. Se eu te falar que até hoje inda têm gente mexeno nisso, mandano documento (risos), é intê ingraçado. Mas nos tamo é feliz dimais, deu certo. Demorô mais nós fomo vitorioso. (Dora, assentada, entrevista concedida em 06/05/2015)

Minina, eu sei é que dispois disso nunca mais teve briga, nunca mais Ele mexeu cum nós. Vivemo em paz aqui. Só ti digo uma coisa valeu muito nós ter vindo pra cá. Hoje, cada um tem seu pedacin, pra vivê tranquilo. Agradecemos primeramente a Deus, segundamente a Silvo que chamô nos pra cá, a CPT que até hoje anda cum nós. Participa aqui cum a gente. Pra te falá verdade, muitas vez achei que nós num ia consegui. Foi batalhado viu, mas Deus ajudô nós. Resistimo, sempre de manêra da paz. Tudo que fizemo foi de orgulhá. Nossa luta hoje é modo otras coisa. Cum dizemo sempre “a luta cuntinua” (Pedro, assentado, entrevista concedida em 06/05/2015)

Através dos relatos nota-se que a legalização pôs fim ao conflito pela terra entre os assentados (que tinham de fato a posse das terras) e o detentor do título de propriedade. São memórias que os assentados fazem questão de relembrar, frequentemente, bem como de contar com a maior satisfação. As famílias mostram suas casas e plantações como se estivessem exibindo um troféu, que para eles realmente tem um sentido simbólico, ao representar a conquista do direito de propriedade da terra, porém não mais apenas para o Silvio Fritz, mas por decisão desse, para toda uma coletividade, que junto lutou para chegar a essa vitória. Paraphraseando Pereira (1998, p. 24), quando esse diz: “Existem os posseiros que resistiram. Não concordaram com a espoliação. Bradaram, lutaram, mobilizaram céus e terra, lançaram mão de todos os recursos dos quais dispunham”. Para Fonseca (2014),

(...) a principal característica de um assentamento está no fato de ele ter sido resultado de longos meses de luta, com os companheiros no campo e na cidade, as marchas, os atos públicos, a repressão, esses fatores, que guiaram e fortaleceram os sem-terra enquanto acampados, permanecem na conduta dos assentados. (FONSECA, 2014, p. 103)

A história dos moradores aqui referidos foi permeada por longos anos de lutas, manifestações e mobilizações que resultaram na garantia do direito de permanência na terra,

---

<sup>65</sup> Segundo Antônio este é o prazo normal dos trâmites para legalização de um assentamento. Esse período de quatro anos foi de reunião com os assentados, recolhimento da documentação, averiguação destas, etc.

materializado pela legítima conquista de um território que lhes pertence, o assentamento. Portanto, o hoje constituído Assentamento Edmar Fritz, ocupa a antiga Fazenda São Pedro, localizada no Córrego Santo Antônio, comunidade de São Jerônimo, zona rural próxima à cidade de Teófilo Otoni. É formado por 29 famílias<sup>66</sup>, num total aproximado de 145 moradores, ocupando uma área de 145 hectares.

A conquista não significou o fim da luta dos assentados do Fritz, pôde-se dizer que o objeto da luta agora é outro, luta-se pela construção da vida no assentamento, pela afirmação e sustentação da identidade de assentado.

Assim, minina, acabô sim, a luta que tinha de nós num ser dono daqui, essa graças a Deus num passemos mais, ninguém tira nos daqui, a num ser Deus. A luta nossa agora é pra permanecê aqui, fazê os nossos fi continuar na terra, né trabaiano, aqui, se precisa ir pra cidade, né. É minha fia, é assim, sempre tem uma coisinha. *A luta Continua*. (Justino, assentado, entrevista concedida em 20.05/05/2015)

Nota-se que a luta pela terra significa muito mais que ocupar um espaço, mas também construir uma territorialidade que produza o enraizamento socioespacial e faça nascer um novo território, onde famílias anteriormente desterritorializadas encontraram a possibilidades de se reterritorializar e criar ou recriar seus modos de vida. O próximo capítulo buscará uma compreensão acerca dos modos de vida dos assentados, bem como das relações estabelecidas com a cidade, haja vista que o cotidiano dos moradores do Fritz é permeado pelo constante contato com a população urbana de Teófilo Otoni.

---

<sup>66</sup> O Sílvio Fritz não mais reside na São Pedro, atualmente com 65 anos, mora na cidade de Teófilo Otoni. Devido ao seu debilitado estado de saúde não pôde participar do processo de construção desta pesquisa.

## 4 INTER-RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE O ASSENTAMENTO EDMAR FRITZ E A CIDADE DE TEÓFILO OTONI – MG

*É tempo de divisas, de gente cortada em suas possibilidades (...) de obter meios de sobrevivência, ameaçada na própria vida. Tempos de crise, em que cresce, (...) a luta por meios para sobreviver no campo e na cidade.*  
**Marilda V. Yamamoto.**<sup>67</sup>

### 4.1 A VIDA NO ASSENTAMENTO

Com a passagem da condição de acampamento para a de assentamento, as famílias iniciaram um processo de territorialização do espaço, a partir do lote que lhes foi atribuído na divisão das terras. Se considerarmos o conceito de território para além da dimensão política, divisão geográfica ou representação em mapas, teremos um sentido mais próximo ao vivido territorial. O território assim compreendido é espaço vivido com significados e, ao mesmo tempo, é espaço de vida e de estabelecimento de relações, lugar que ganha sentido pelo habitar de seus moradores, que nele e a partir dele delimitam seu campo existencial e relacional. Pode-se ainda entender o território a partir da dinâmica das pessoas que participam de sua constituição, assim: a apropriação do espaço diz respeito ao aspecto interventivo realizado pelos homens, criando e recriando significados em torno dessa apropriação cotidiana.

Nesse sentido, utiliza-se também o termo territorialidade, como uma maneira singular de se apropriar, fazer uso da terra, do território. Complementando, Dirce Koga (2011, p. 38) afirma que: “dessa forma, a territorialidade se faz pelos significados e ressignificações que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida em dado território”. Nessa análise com a divisão dos lotes permitiu-se que os assentados passassem a territorializar seus espaços, criando uma espécie de vários territórios dentro de um só.

Quando perguntados sobre a distribuição dos lotes, segundo os assentados houve consenso, priorizando o terreno em que cada família já estava, portanto, permanecendo a

---

<sup>67</sup> Trecho do Poema: “Nosso Tempo” de Carlos Drummond de Andrade, extraído do Livro: O Serviço Social na Contemporaneidade (26ª ed, 2015, editora Cortez. p. 17). Autora: Marilda Vilela Yamamoto.

localização das barracas e a partir disso, procederam com a construção das casas, algumas estão em fase de acabamento.

Quando os povo do INCRA vei, nós reunimo pra falar cumé que ia fica o negócio dos lote, o pedaço de cada um, essas coisa. Nós num sabia nem cumo ia ser distribuído, aí ês mediro tudo, viu que ia dá, pra cada um, e aí nós decidimo, que num pricisava de briga, era só cada um fica ondo já tava, pois cada um já tinha suas prantação, suas barraca. Tava tudo certo, resolvido. Era só juntá as força pra construí a casa. E tá do jeito que ocê ta veno aí. (Luzinete, assentada, entrevista concedida em 05/05/2015)

Reunimo com os representante do INCRA, com cada família. Pra decidir sobre a divisão dos lotes. E não teve muito trabalho, logo, eles mesmo decidiro que cada um podia ficar no pedacinho onde já tavam. Os técnico, só fizero medir direitin a área, pra que num fosse injusto, e cada família tivesse mesmo tamanho do terreno. Depois disso, foi recolher a documentação, e começou legalizar o nome de cada um, isso tá até hoje. (Antônio Mendes, CPT, entrevista concedida em 12/05/2015)

Diante da referida distribuição, cada família passou a possuir um lote de aproximadamente cinco hectares, no qual além da construção da moradia, criam aves e fazem plantações, tais como mandioca, banana, laranja, limão, abacaxi, manga, quiabo, abóbora, milho, hortaliças, feijão, etc..., produtos que integram a subsistência familiar. Nas palavras de Juarez, assentado (entrevista concedida em 12/05/2015):

Hoje nos prantamo aqui, umas coisinha. Cada um tem sua rocinha. Eu pranto banana, alface, laranja, não pranto muito, já tô véi né, (risos) e num guento muita coisa. Antigamente quando eu guentava, eu vindia ali na bêra da istrada. Hoje faço só pra cumê mesmo. Aqui nós tudo prantamo alguma coisa, o irmão alí pranta mí, mandioca, o outro no quintalzin dele tem manga, galinha, abóbora. Mas tudo poquin, num compensa pô pra vendê na fêra não. É mesmo pra nos cumê.



Figura 11: Demonstrativo de um dos lotes do assentamento

Fonte: Acervo Pesquisa

Como mencionado no capítulo anterior, o trabalho na terra começou logo após a chegada das famílias. No início a organização do trabalho se deu de forma coletiva, por

grupos que plantavam por meio de mutirões, dividindo-se a colheita entre as famílias participantes. Entretanto essa sistemática de trabalho não permaneceu por muito tempo. O trabalho no assentamento, atualmente, está organizado de forma individualizada, cada família produz para si, prevalecendo, portanto, o trabalho familiar. Segundo os entrevistados a opção pela individualização se deu por entenderem que este modelo permite maior liberdade para produzir de acordo ao interesse e necessidade de cada família. Essa decisão também foi uma tentativa de evitar os conflitos entre eles, pois segundo relatos existiram aqueles que “escoravam” no trabalho do outro. Por consenso entenderam que a individualização familiar do trabalho permitiria maior rendimento sobre a produção e liberdade para se fazer como melhor entendesse cada família:

Logo quando nos chegamo aqui, foi assim, todo mundo trabaiano junto, era aquele tanto de home, uns capinano, limpano, otos prantano, roçano. E, ai quando era a hora de cuiê, era tudo junto de novo, e dividia pra todas famia. Mais cum tempo nós foi vendo, que num tava dano muito certo, aparecia umas cunversa, uns mais satisfeito que o outro, uma achano que tava seno explorado e o oto num fazeno nada. Ai foi quando agente pensô: Sabe duma, é mió cada um prantá pra ele mesmo, sem ter que dá combate cum que o oto ta fazendo o dexô de fazê. Nós é tudo uma famia, ia ficar brigano por causa disso, ah, mas num ia mesmo. Ai nós reunimo todo mundo, e todo mundo acho, que tava certo, era isso mesmo, miô cada um cuidar do seu pedacin, e prantá o que quiser. Sem ter de perguntá pro oto. (Jacira, assentada, entrevista concedida em 05/05/2015)

Ô moça, assim oh! Nós viu que num tava dano muito certo, uns trabaiaava mais que os otos. Até que pra mim tava tudo bem, nós num importava, de um o de oto tava bão do mesmo jeito. Mas, é que, Uns queria fazê dum jeito, o oto queria do oto jeito. Pra modo num criar confusão, pois já tava todo mundo recramano, que num tava mais dano. Aí reuniu todo mundo aqui, e nos achamo miô cada um fazer o seu, do jeito que quisê, prantar o que aachava que tinha de prantá, e pronto. Sem confusão. Nunca mais deu pobrema, nunca mais. Foi até bão, sabe purquê? Purque agora agente pode fazê o que cha que dá pra fazê. Hoje tá bão, assim, cada um cuida do seu pedacin. O dia que tá guentano vai, o dia que num tá fica in casa. Pronto. (risos). (Ricardo, assentado, entrevista concedida em 10/05/2015)

As tensões que foram surgindo decorriam das particularidades de cada um dos assentados, seus costumes, hábitos, forma de dedicação ao trabalho e, até mesmo habilidade e entendimento acerca deste. Havia aqueles que se empenhavam mais, colocavam mais esforço e queriam ver os resultados mais depressa, queriam logo o resultado. Por outro lado, havia aqueles com atitude mais calma, respeitando seu tempo e entendimento, e não esperando por resultados imediatos. Como aponta Zangelmi (2007, p. 89):

A diferença de costumes, habilidades e expectativas seriam uma grande dificuldade de se padronizar os ritmos do trabalho. Uns trabalham mais rápido e têm maiores resultados na produção, enquanto outros vão mais devagar e tornam o sistema “irracional” para fins de melhoria de “vida” substancial, de mais “conforto”, ou seja, de “mudança de padrão de vida”. Alguns preferem trabalhar mais e lentamente por várias razões: doença, falta de costume, ou até mesmo comodismo, entendido por muitos como “falta de respeito” e “exploração”. Essa é uma racional para a

expectativa de sobrevivência mais imediata, ou seja para ir “levando a vida” sem maiores ambições.

Os depoimentos confirmam as palavras de Zangelmi, na citação acima, sendo que foram essas diferenças as razões que colaboraram para que o coletivo optasse pelo trabalho individualizado por unidade familiar. Cada família pôde, a partir do fim da obrigação do trabalho coletivo, estabelecer seu modelo e ritmo de vida, conforme as expectativas de mudança que almejavam e mais ajustado ao padrão até então vivenciado, que respondiam à experiência pessoal e familiar.

Das famílias assentadas, 89% eram provenientes da zona urbana, mais precisamente da periferia da cidade de Teófilo Otoni. Não levantamos se tiveram origem rural, antes de residirem na cidade (apesar de alguns entrevistados indicarem em suas falas que eram originários do campo), porém fica claro que a maioria, pelo menos em algum momento, teve a experiência urbana antes de ser assentada. Sobre os motivos que levaram as famílias para o assentamento, além da solidariedade ao legítimo dono, por unanimidade os entrevistados responderam que foi a perspectiva de sair da condição de pobreza em que se encontravam na cidade:

Bom... Além de ajudá Silvo a ficá na terra dele né. Que esse foi o primêro motivo. Disposis juntó que nós num vivia bem, morava na favela lá in Tófilo Otoni, num barracão de aluguel, eu tava desempregado, fazia uns bico de vez em quando. Tinha minha muiê, meus mininos pra modo eu dá conta... Eu falo, sustenta né. Intão quando ês chamô nós, eu vim pra qui, mas no sentido de miorá de vida né, tê minhas coisinha, meu pedacin de terra. Trabaiá, honestamente, fazê disso meu ganha pão. Foi uma forma di saí daquela vida que nós tinha. (Juarez, assentado, entrevista concedida em 10/05/2015)

Eu nunca tinha trabaiado na roça. Nós sempre morô na cidade. Mas o negóço, é qui a vida na cidade é muito difícil, lá tudo cê tem qui compra. É uma verdura, uma fruta, cê num acha, ah num ser que vai nu supermercado e compra. I pra nós fraco, cê já viu né. O dinheirin que ganha, é a conta de pagá as conta. Aqui na roça é mais tranquilo, num é qui as coisa é mais fácil, mas é qui, aqui cê tá no qui é seu, num paga aluguel, cê pode prantá que já ajuda na compra do mês. Num tem as mesma coisa da cidade, isso num tem mesmo. Mas também hoje tá tranquilo mora na roça, tem luz, tem tudo... É pertin, só pega um ônibus aqui, uns vinte minuto, meia hora, cê apia dento da cidade. (Benício, assentado, entrevista concedida em 10/05/2015)

Já, outro entrevistado disse ter visto no assentamento a possibilidade de voltar à vida que tinha antes de ir para a cidade:

Eu criei na roça, aí rapazin, meu pai e minha mãe foi morar na rua (cidade), então eu tive de ir né. Fui, morei lá uns trinta e cinco ano. E quando vim para cá, ês passaro chamano, falano que era pra modo nós ajuda o irmão Silvo, e disposis se nós conseguisse, nós ia fica cum a terra. Aí ó! eu pensei oh sê quê sabe!, eu vô é vortar pra terra. Falei cum minha isposa né, ná época ela inda era viva, hoje ela já morreu, tá só eu aqui e meu minino... Intôs eu falei assim: Oh moça cê quê í, vamo moça, aqui num tá muito bão pra nós. Lá nós vamo tê nossa terrinha di novo. Aí nós vei, trabaiamo muito como cê já sabi do causo. (risos) , oh foi bão demais!! Ficamo foi muito filiz!!, trabaiar na roça de novo, prantá. Nós sofreu muito, mais in vista do que

passamo, oh hoje tamo é nu céu. (Fabrício, assentado, entrevista concedida em 10/05/2015)

Em sua maioria os assentados vislumbraram no assentamento a possibilidade de mudança de vida, em todos os aspectos, mas como fator principal o financeiro. O fato de grande parte das famílias serem provenientes do meio urbano leva a perceber que no caso do assentamento Edmar Fritz a luta pela terra não diz respeito apenas aos trabalhadores do campo, mas torna-se também evidência da pobreza urbana. Conforme Lindner & Medeiros (2013, p. 14):

A luta pela terra deixou de ser exclusividade de camponeses expulsos de suas terras e de proprietários de minifúndios lutando pela sua sobrevivência no campo. A pobreza urbana se junta à luta pela terra em busca de melhorias na qualidade de vida e reflete o retorno da valorização da vida campesina, através da alternativa de reterritorialização para pessoas que de alguma forma se sentiram excluídas do processo produtivo nas cidades. [...] Nos assentamentos mais recentes é fortemente perceptível a presença de assentados vindos de áreas urbanas. Muitos deles são de origem rural e que em determinado momento de suas vidas acreditaram que a cidade poderia lhes trazer melhores oportunidades de trabalho e de renda. Agora retornam ao rural em busca novamente de melhores condições de vida.

Considerando o processo citado acima pelo qual os assentados passaram, buscou-se conhecer a trajetória da cidade para o campo, do campo para a cidade, e os modos de vida aí existentes, interpretando a construção da identidade, bem como suas trajetórias e habitus: Segundo Hall (2005, p. 18): a “identidade é modificada em relação aos interesses do sujeito”. Quando questionados sobre a sua identidade, eles imediatamente definem-se como assentados e moradores da zona rural, sem manifestar uma antiga identidade urbana, apesar de serem provenientes da cidade. Quanto ao conceito de habitus, definido por Bourdieu (2007, p. 95) “como sendo um sistema de esquemas individuais portadores de disposições estruturadas coletivamente e estruturantes de forma individual, adquirido nas e pelas experiências práticas”, pode-se afirmar que os assentados passam por um processo de reestruturação do habitus.

A noção de identidade remete a um aspecto passível de mudanças, fragmentado e múltiplo, construído e reconstruído de forma ininterrupta, a partir de percepções e visões de mundo, por sua vez influenciadas pelo lugar ocupado pelo indivíduo no mundo social. As posições ocupadas na sociedade são organizadas pelos indivíduos a partir de suas trajetórias e compreendem uma série de disposições, capazes de orientar suas ações na vida cotidiana. Essa visão dialoga com a noção de habitus, que se complementa com o conceito de campo, pois é onde ocorrem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais. Segundo Bachelard (2004, p. 107), “o campo estabelece uma relação direta com os indivíduos de

acordo com a estrutura formativa do habitus presente no campo, e isso é o que corresponde à trajetória social do mesmo”. Segundo Bourdieu (2007, p. 123), os caminhos percorridos, nos processos migratórios ou nos ciclos de vida dos indivíduos, conformam nas suas trajetórias biográficas. “As experiências vividas nestes itinerários são responsáveis por organizar o material a partir do qual os indivíduos conformam, para si, identidades”.

A pesquisa de campo permitiu observar o cotidiano dos assentados e as práticas que orientam a vida no assentamento. Resgatar a história do surgimento do assentamento e colocar as indagações sobre o porquê eles se tornaram assentados, reacendeu na memória o caminho percorrido e as experiências vivenciadas. Assim, foi possível perceber as trajetórias biográficas, até aquele momento. Sem dúvida, essas histórias foram fatores significativos para a construção da identidade de assentado e também para a criação dos espaços de vida no assentamento, num progressivo processo de territorialização. Isso pode ser visto na identidade própria manifesta em cada casa, que comparando uma com as outras, se vê que são diferenciadas: cada uma com suas características próprias, marcando a identidade do morador, que sem dúvida são traços do habitus e da trajetória de cada família do Edmar Fritz, porém como coletivo se consideram todos pertencentes a uma mesma identidade: assentados do Edmar Fritz.

Analisando a trajetória dos assentados percebeu-se que na ida para o acampamento cada um levou suas particularidades, cada morador tinha seus motivos que explicavam porque se mudou. Alguns se incorporaram na luta pela terra porque não tinha onde morar e se encontravam em situação de grande vulnerabilidade, ou moravam em barracões precários na periferia; outros estavam estabelecidos na cidade como trabalhadores assalariados com carteira registrada, mas fizeram a opção pela vida rural; e tinham aqueles originários do êxodo rural ou que tinham sido expulsos do campo e sonhavam em retornar. O perfil dos entrevistados é dos mais diversos, o que faz com que suas trajetórias de vida também expressem diferentes biografias. Todos estão no assentamento desde o primeiro momento.

Nome	Idade	Sexo	Hab. p/ moradia	Origem da Renda	Produção	Criação
Luzinete	59	F	07	Pensão + B. Família	Feijão, hortaliças, mandioca, laranja, quiabo	Galinha
Juarez	67	M	05	Aposentadoria	Laranja, hortaliças, abóbora, mandioca, limão	Galinha
Ricardo	75	M	03	Aposentadoria	Laranja, hortaliças, mandioca, temperos, quiabo	Não
Benício	68	M	05	Aposentadoria	Mandioca, banana, laranja	Galinha
Fabício	70	M	08	Aposentadoria	Mandioca, banana, laranja, limão, abacaxi	Galinha
Jacira	65	F	06	Aposentadoria + B. Família	Hortaliças, temperos, Laranja, mandioca	
Domingos	79	M	03	Aposentadoria	Banana, laranja, limão, banana	Não
Paula	47	F	05	Salário	Banana, laranja, hortaliças	Galinha
Dora	55	F	03	Pensão + B. Família	Banana, laranja, limão, hortaliças	Galinha
Gusmão	79	M	02	Aposentadoria	Banana, Feijão, laranja, milho	Não
Florinda	56	F	06	Aposentadoria + B. Família	Mandioca, banana, laranja, limão	Galinha
Miguel	49	M	04	Salário	Mandioca, banana, laranja	Galinha
Gilda	63	F	05	Aposentadoria + B. Família	Mandioca, banana, laranja, limão	Galinha
Pedro	50	M	05	Salário	Banana, laranja, limão, abacaxi	Galinha
Justino	67	M	03	Aposentadoria	Mandioca, abóbora, banana	Não

Figura 12: Quadro Perfil dos Entrevistados<sup>68</sup>

Fonte: Elaboradora pela autora, 2015

<sup>68</sup> Lembrando que: Responderam ao questionário os chefes dos 29 domicílios, e destes 15 foram selecionados para participarem da entrevista.

Em sua maioria são idosos (65%)<sup>69</sup> que tem sua renda originada do benefício da aposentadoria e/ou pensão. Em 15% dos casos os rendimentos são complementados por meio de programas socioassistenciais do governo federal (Bolsa Família), ou auxílio maternidade, sendo que a renda média auferida com esses benefícios sociais é de aproximadamente R\$ 840,00 ao mês, por família. Em 20% dos casos a renda é proveniente do trabalho assalariado, originados de vínculos empregatícios mantidos na cidade, girando em torno de R\$ 788,00 ao mês, por família. Quase todos criam galinhas, que também ajuda na subsistência familiar, além da produção agrícola do assentamento destinar-se praticamente ao consumo das famílias, não contribuindo para a geração de renda.

Aqui, nós é tudo véi já, num guentamo mais muita coisa. Num trabaiamo mais. Vivemo do salarin que recebemo da aposentadoria. Antigamente o que nós prantava, até dava um dinherin, mas hoje não, o que produzimo é pra nosso sustento mesmo. Intão num temo outra renda. Nem ajuda de ninguém. (Jacira, assentada, entrevista concedida em 12/05/2015)

Minha fia. Aqui nós num recebemo ajuda de ninguém. Quando meu marido era vivo inda me ajudava mais, nós dois trabaiava, aqui, roçano tudo, prantava, vendia ali na bêra da istrada. Dispois que Ele morreu, fiquei só cum minha menina e meu neto, e vivemos da pensãozinha que recebo todo mês. Ela também recebe o Bolsa Famia, mas num dá pra nada. (risos). Num é muito não, mas vamo levano. (Jacira, assentado, entrevista concedida em 05/05/2015)

Eu sempre trabaiei fora. Trabaio numa casa de famia, ni Teófilo Otoni. Meu marido é encostado, purquê ficô doente, num guenta mais trabaiá. Us minino só estuda. Intão nossa renda é essa, do meu salarin do mês, e o que meu marido recebe. (Paula, assentada, entrevista concedida em 05/05/2015)

Eu sô apusentada. Não pranto nada, só mesmo uns temperin, aqui e ali. Vivemo disso né, de vez em quando minha fia arruma umas faxina lá na rua, tira um troquin, isso ajuda tamém. Mas aqui é todo mundo assim, fia... A gente vive como pode. Mas num deixamo de ser feliz, por modo isso não, uai. Tamo é mió que muitas pessoa na cidade. (risos). (Dora, assentada, entrevista concedida em 05/05/2015)

Nota-se que em todos os depoimentos é citada a questão de serem idosos e não possuírem mais as condições exigidas pelo trabalho no campo. O fato de maior parte da população do assentamento ser composta por idosos explica a reduzida produção agrícola e o fato de não existir investimento nessa atividade. Em função das complicações advindas com a idade, eles não possuem as condições laborativas para trabalhos que exigem mais força. Por outro lado, os assentados mais jovens trabalham

---

<sup>69</sup> Dados extraídos dos 29 questionários respondidos.

na cidade, e não se dispõem para a prática agrícola. O depoimento abaixo deixa claro essa situação:

Nós quais num pranta mais, e já tô velho não aguento mais, antigamente eu prantava, culhia, cuidava de tudo, até levava pra vender na rua, mas agora num guento mais, é só eu pra mexer com isso, num dô conta. Tem meus minino, que é moço e forte, mas eles num quer saber disso, num quê pegá no cabo da inchada. Um trabaia, fica mais é na rua. O oto que fala: “ah pai, já passo esse tempo, vô mexê cum isso nada”. É assim minha fia, os jove de hoje, que mais nada não. Aí num dá certo, né. Por isso num pranto mais tanto assim. Como fiz um dia. (Gusmão, assentado, entrevista concedida em 05/05/2015)

Durante as entrevistas os assentados mencionaram que o governo prometeu a criação de uma cooperativa para instalação de uma fabrica de farinha, que contribuiria para gerar emprego e aumentar a renda dos assentados, mas até então, nada foi feito a esse respeito:

Ês pricisa intendê, que num é joga nós aqui, dá um pedacin de terra, e achá que tá bom não. Tem que dá condições de nós ficá aqui, ué. Tá bão tá, nosso Deus, bão de mais (risos). Nós num tá recramano é disso!. Mas é que ês prometero uma cooperativa, que nós ia fabricá farinha, vendê, e isso ia ajudá nós. Reuniu, reuniu, falô, falô. Fizemo a associação, que era pra modo juntá os papel, dá entrada no trem. Humm. Cunversa fiada. Cooperativa que é bão? Nada! Até hoje, tamo aqui, quem num é aposentado, tem que saí procurano imprego, pela cidade à fora, os mais moço, num tem como fica aqui não, ês num que trabaiá na terra, mesmo assim, tamém num tem o apreparo, as ferramenta. Ohh, eu acho que isso ia ajuda nos dimais da conta. (Ricardo, assentado, entrevista concedida em 12/05/2015)

A cooperativa como uma alternativa para fomentar a geração de emprego e renda, é um discurso bem presente no meio dos assentados, pois acreditam que a fábrica de farinha poderia possibilitar “aos mais novo ficá na terra”, uma vez que teriam onde trabalhar. Tese também defendida pelos jovens, que justificam não ter outra saída a não ser buscar emprego na cidade<sup>70</sup>.

Ainda no que concerne a situação econômica das famílias, é importante ressaltar que nenhum deles possui acesso aos programas de financiamento e liberação de créditos

---

<sup>70</sup> Em conversa informal, durante as idas ao assentamento, um dos jovens assentado disse: “Moça, me fala uma coisa... Qui condição nós tem de ficar aqui. Aqui num tem nada pra gente fazê. É por isso que eu vô pra rua, ué. Vô procurá imprego. Já tô véi, vô fica a vida toda dependeno de meu pai! Ês povo, acho que du INCRA, sei lá, ou deputado, sei não. falaro que ia colocá uma fábrica de fazer farinha aqui, qui era prá gerá imprego pra nós, que num ia pricisá nós ir prá rua procura, qui aqui ia tê imprego. Humm! Barui puro. (risos) Num dêxa nós procurá imprego não, prá vê. Morre é di fomi. Agora se tive a fabrica né, era ôtra coisa. É claro que ia dá certo aqui. Aqui nos num é preguiçoso não, Moça. Só num temo saída, ué. (Júnio Vidal, 25 anos)

disponibilizados pelo governo federal, isso devido ao fato da regularização dos lotes ainda está em tramitação<sup>71</sup>.

Pôde se observar que os depoimentos fornecem elementos suficientes para se afirmar que não existe política de incentivo aos jovens, para que permaneçam no assentamento. Sem alternativa na atividade rural, o caminho é ir para a cidade à procura de melhores condições de vida e trabalho (repetindo muitas vezes os caminhos anteriormente percorridos pelos próprios pais). As condições objetivas vivenciadas no assentamento geram desinteresse e falta de motivação ao jovem, que não enxergam perspectiva em permanecer no meio rural. No final das contas, para muitos o assentamento acabou se tornando um lugar apenas de dormir ou de finais de semana.

Constatou-se que os números de moradores por residência variam entre 02 e 08 pessoas. Os grupos familiares maiores são, em sua maioria, compostos pelo chefe da família, seu cônjuge, filhos, genros, noras e netos. Para análise da qualidade de vida no assentamento, averiguaram-se os aspectos ligados às condições de habitação, saúde, educação, aspectos sanitários, acesso à água, à energia elétrica, lazer, aos meios de transporte e as condições das estradas.

Em relação à infraestrutura, os assentados mostraram se satisfeitos, em todos os lotes já existem casas construídas, algumas em fase de acabamento. Possuem banheiros, com rede de esgoto e condições sanitárias satisfatórias. Todos os lotes contam com disponibilidade e abastecimento de água suficiente para consumo e demais necessidades. Esta é captada da nascente que abastece o assentamento e todas as comunidades vizinhas. Quanto ao fornecimento de energia elétrica, todas as famílias assentadas são atendidas. Existe um quadro mínimo de conforto e bem estar das famílias, com a presença de equipamentos como televisores, aparelhos de som, antena parabólica, chuveiro elétrico, geladeira, liquidificador, ferro de passar, tanquinho, entre outros.

O deslocamento dentro do assentamento é por estrada vicinal, de maneira geral conservada, em bom estado de tráfego. Localiza-se cerca de aproximadamente quinhentos metros da rodovia que dá acesso à cidade de Teófilo Otoni. O principal meio de transporte utilizado pelas famílias é a linha de ônibus coletivo que serve ao assentamento. Os assentados consideram o valor acessível, mesmo levando em

---

<sup>71</sup> Apesar de a distribuição dos lotes está toda regularizada, a documentação dos mesmos ainda está em tramitação no INCRA. Só após a finalização desta fase é que os moradores podem acessar os programas de créditos

consideração a carência de recursos financeiros. O ônibus não percorre o interior do assentamento, mas segundo eles a distância do ponto de parada até os lotes é pequena, não lhes gerando maiores transtornos.

Pode-se afirmar que a proximidade com a cidade colabora para que a vida dos assentados gire em torno desta.

Aqui é bom moça. Temos tudo aí pra nós. Água, luz, esses tempo construío o esgoto, num precisa mais de ir no mato, o de fossa (risos). Nossa casinha tá aí, tudo bunitinho, construío cum nosso suó. Quem num qué morá num lugar assiadinho desse aqui?. Tem tudo aí oh!, televisão, geladêra, agora esse minino inventaro um trem de putadô, cuputadô (risos) sei lá cumé qui chama esse traste, (risos). Logo ali, saindo aqui na bêra da istrada passa ônibus, duas veze no dia, pra quem quisé i na cidade. Morá aqui é bão minina. Nós tamo mió qui antes. (Florinda, assentada, entrevista concedida em 12/05/2015).

Quanto as principais atividades de lazer as mais indicadas foram as festas tradicionais, realizadas principalmente pela Igreja Católica, em homenagem aos Santos. Os assentados também mencionam os encontros dançantes denominados de *forrós*, que são realizados pela comunidade vizinha, aos domingos. Inclusive, em um dos dias do trabalho de campo no assentamento, para essa pesquisa, os moradores estavam organizando os detalhes para a festa junina que aconteceria na semana seguinte.

Considerando a afirmação de Carvalho et al. (2009), ao ressaltar que o atendimento à saúde é uma dimensões intrínsecas do desenvolvimento local, cuja finalidade deve ser a promoção da qualidade de vida para as pessoas que vivem no território, verificou-se esse aspecto da vida no assentamento. Os moradores estão satisfeitos, pois além dos agentes de saúde que visitam as moradias, existe um posto de saúde da família (PSF), responsável por atender as necessidades imediatas dos assentados e todos os moradores das comunidades vizinhas. Quando necessitam de atendimentos mais específicos são encaminhados para os centros especializados na cidade.

Aqui, ês usaro, uma parte da fazenda, mas num é nossa não, O Moretzshon, que autorizô ês fazê. Inclusive até atrapaiá nós, porque era onde nós ia construí nosso centro comunitário. Até falamo pra ês coloca lá pra cima e deixa isso aqui pra modo nós reuni. Mas intão, aí como eu tava te falano, tem o postinho, e o povo todo do São Jerônimo vem pra qui consurtar, nós tamém. E quando é coisa mais complicada, nós temo que ir pra cidade. Mas tá bom aqui sim, quarquê coisa qui agente sente, vai logo lá, as moça marca, os Dr. atende a gente. Dependeno du qui for ês vem in casa tamém, traz os medicamento. Só quando é coisa qui num ressurve aqui, aí nós tem de ir pro UPA, ou pros Hospital, ou pra secretaria, aí comprica um pouco né, porque tem di ficar isperano, horas pra sê atindido, alguns exame leva dia pra ês marca, o tem di fica zanzando de uma lado pra ôtro, pra modo sê atindido. Mas se num for nada mais complicado, aqui mesmo ês ressurve. Hi tá é bão viu. Minina (risos) (Miguel, assentado, entrevista concedida em 10/05/2015).

Entretanto, se queixam do serviço de saúde da cidade, para onde se deslocam quando necessitam de atendimentos especializados. Consideram ser um transtorno ficar por horas e/ou dias a espera de atendimento. Quanto aos serviços de Assistência Social, como não existe nas proximidades do assentamento Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), se dirigem à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação de Teófilo Otoni, de onde são encaminhados conforme as especificidades da demanda.

Num tem aqui perto, só na rua, aí quando a gente precisa, igual cadastro de bolsa família, algum documento, algum atendimento pros minino, essas coisa, sabe, qui faz lá. Aí nós temo de ir na secretaria, e lá ês manda nós pra onde tiver que ir. Pudia ter um aqui, igual tem lá ni Valão. Ia até facilitá pra todo mundo aqui. (Gilda, assentada, entrevista concedida em 05/05/2015).

Em relação ao acesso à educação, todas as crianças em idade escolar estão matriculadas. No entanto, no assentamento não possui escolas, e os estudantes deslocam-se para a comunidade vizinha onde possui escola do ensino básico fundamental. Já os jovens deslocam-se para a cidade onde cursam o ensino médio. A Secretaria Municipal de Educação fornece o transporte para os estudantes. Segundo depoimento, o trajeto até a escola dura cerca de uma hora e meia, em veículos com condições precárias, muitas vezes comprometendo a segurança dos estudantes.

Aqui nós num temos escolas, mas ali antes de valão tem. Intão as criança vai pra lá, cedo e de tarde. Já os grande, vão tudo pra Teófilo Otoni, estuda nas iscola lá. Aí tem carro né, qui pega, leva ês e traz de volta, todo dia, a distancia mais ou menos de uma hora, uma hora e meia. Di vez in quando êr chega recramano do ônibus, que tá quebrado, qui tá sem frei. Agente fica cum aperto nu coração né. Mas, fazer o quê, tem de ir. Já fomo na secretaria recramano, foi nos veradô tb. Ai trocaro, mas parece que voltô di novo. Só faia quando chove muito, né, porque pra chega aqui, tem um pedacin de terra, aí, a istrada né, num dá pra passa. Ou intão ês tem di ir, e fica lá na pista, pra modo pegá ês. (Florinda, assentada, entrevista concedida em 05/05/2015).

No que diz respeito ao nível de escolaridade das famílias assentadas, os dados obtidos apontaram que 13% são analfabetos, 60% possuem o ensino fundamental e 27% o ensino médio. Embora o maior número dos moradores assinalasse ter ao menos o ensino fundamental, apresentaram dificuldade para assinar o nome e responderem os questionários. Denotando uma realidade de analfabetismo funcional.

A educação é um valioso instrumento capaz de produzir o aporte necessário para inovar e implementar as mudanças necessárias à transformação da realidade e, ao mesmo tempo, proporcionar condições para o exercício pleno da cidadania. (Carvalho et al., 2009, p. 85)

Considerando a importância da educação no desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, acredita-se que, um programa de educação de jovens e adultos para o

assentamento promoveria importantes desdobramentos no processo de emancipação destas pessoas, que já demonstram autonomia na maneira de se organizarem e viverem a realidade de assentados da reforma agrária.

Durante as entrevistas, percebeu-se ser bem menos mencionada a presença dos mediadores, que anteriormente colaboravam e auxiliavam nas decisões dos assentados. O que demonstra certa emancipação política dos moradores, que se organizaram como associação, e estabeleceram a figura de um líder local como representante de todos. Teria ocorrido algo semelhante ao que foi observado por Zangelmi (2007, p. 81) para o Assentamento Aruega, em Novo Cruzeiro, município próximo a Teófilo Otoni: “Houve uma mudança na postura política dos assentados, as reuniões semanais, os debates foram se tornando cada vez mais significativos para os trabalhadores”.

Passaram a desenvolver uma cultura político democrática, as escolhas são por meio de assembleia, onde todos têm direito a voto e falas, os assuntos que envolvem o coletivo são tratados e discutidos em reunião e as decisões são tomadas por meio do consenso. Mediadores (CPT e STR) quase não são mais mencionados, seguem como apoiadores e incentivadores, porém não mais como lideranças estabelecidas dentro do assentamento.

Dispois que regularizô tudo, nós achamô por bem ter nossa própria liderança. Foi mesmo até o pessoal da CPT que colocô isso pra nós. Que aqui dentro nós tinha que tê uma pessoa pra representar, quanto nem todo mundo podia tá. E até memso pra organizar o negoço aqui dentro, uai. Ai foi quando nos fizemo uma votação pra modo iscolhê um líder, todo mundo, votó, e deu certo. Até hoje, sempre é assim, de tempo em tempo nós troca, dispois disso já trocô, acho que umas tris veiz. Assim, todo mundo qui quisê pode sê. (Pedro, assentado, entrevista concedida em 05/05/2015).

A cada dois anos, os moradores elegem uma nova liderança. Um fato que demonstra maturidade, e emancipação política dos assentados que se tornaram aos poucos independentes da presença dos mediadores, estabelecendo-se como protagonistas de suas decisões.

Nota-se que os assentados criaram seu “espaço de vida” territorializaram-se ao recriar e adaptar a fazenda São Pedro, primeiro na forma acampamento, depois na implantação do Assentamento Edmar Fritz. Cada família ficou livre para conformar seu espaço particular à sua necessidade e interesse, fazendo-o moradia com qualidade de vida, lugar de proteção, segurança, descanso, liberdade e, acima de tudo, conquista.

São posicionamentos colocados quando tentam expressar o que para eles representa a vida no assentamento, e ou, o que mudou na vida depois da entrada no assentamento. São unânimes ao dizer que mesmo passando pelas dificuldades que

enfrentaram e enfrentam, viver no assentamento é bem melhor que viver na cidade. Com a construção das casas isso se tornou mais explícito, pois essa representa mudança no modo de vida, uma vez que muitos não tinham onde morar, além do que a posse do lote representa autonomia, ser dono da própria casa, poder plantar e trabalhar na terra da maneira como quiserem. Isso impacta e altera o estilo de vida dos assentados, até mesmo no que concerne a postura destes perante a sociedade, pois se sentem mais seguros, autônomos, politizados e habilitados a reivindicarem por seus direitos.

Outro aspecto a ser observado é que neste questionamento a cerca de como é a vida no assentamento, é inevitável que eles façam comparações de como era a vida que tinham como moradores da cidade.

Na cidade é tudo muito caro, o nosso ganhome (salário) não dava pra nada, agente tinha que pagar aluguel, lá tudo que quer cumê tem que comprá, aqui não, aqui agente pode prantar, eu tenho minha hortinha ali no quintal, não compro nada de verdura, essas coisas, sabe... Só não dá pra vender, porque é pouco, não tem jeito. Mas aqui é bem mió, que na cidade. Hoje moro nu que é meu, ninguém vai me despejar daqui. Temo uma boa qualidade de vida. Aqui é um irmão ajudano o outro. Tem suas coisinhas de vez in quando mais é assim ,mesmo, um pensa diferete do outro, mas rapidin tudo resorve, e pronto. Na cidade não o povo é muito nariz em pé, num tá nem aí, se tá pricisano o não. (Gusmão, assentado, entrevista concedida em 05/05/2015)

Morá na cidade é bom, mas, só que, ês é muito cheio de coisa, assim, cê tem que tá bem arrumado, cê num pode andar de qualquer jeito, as pessoa num inxerça agente que é fraco, que é pobre, sabe?. Aqui não, num tem disso, agente pode ser do jeito que é, que ninguém bota reparo. Meus menino nem gostam de ir lá na rua (cidade), por causa disso, que es lá ficam reparando na gente (risos) Vô lá no último caso. (Luzinete, assentada, entrevista concedida em 10/05/2015)

Entende-se que para os moradores os modos de vida no assentamento representam a liberdade. Liberdade de fazer, de plantar, de morar, de ser como são, sem se preocupar com estigmas, ou preconceitos por parte dos vizinhos também assentados.

Diante do exposto, fica evidente que a ida para o assentamento foi positiva no que diz respeito à visão dos assentados, que consideram que significou uma real melhoria na condição de vida. Dentre as dificuldades a mais citada é a questão da renda, defendem que necessitam de uma política que fomente a geração de emprego e renda. Apesar de possuírem um bom relacionamento com os poderes locais, sentem que poucos são os investimentos no assentamento.

Sabe, assim, Nós até vai lá na camra, nos gabinete dos Vereador. Lá mesmo tem um qui sempre ajuda nois aqui. Mas parece que o prefeito num apoia muito nois não. A de nates sim, era do PT e apoiava nois dimais. Mas hoje agente fica meio que desgostoso. Parece assim, qui ês acha qui nois só pricisamo da terra, do lugar pra modo nos mora. Dizendo que é reforma agrára. Mas si num dá nos cundição, cumé qui nos vai fazê alguma coisa na

terra? Esses dia mesmo, vem um moço aqui e disse, ah cês né di nada não, nem prantação cês tem direito. Uai mais pera ai Moço. Nós num temo os apreparo nenhum. Intão agente pensa, assim, ô. És pudia, pelo meno ajeitá esse negócio da fabrica ai. Quem sabe ajuda mais né! Moça. (Ricardo, assentada, entrevista concedida em 12/05/2015)

Nota-se que os assentados chamam a atenção para a questão de que Reforma Agrária deve ir muito além da criação de assentamentos, pois a terra precisa produzir. Talvez isso explique a fala de um assentado: “a nossa luta agora é permanecer na terra”. Como afirma Miranda (2008, p. 198), falta aos órgãos gestores dos projetos de reforma agrária, tanto no nível estadual quanto no federal, uma avaliação mais séria das dificuldades enfrentadas pelos assentados.

No entanto, apesar das dificuldades que enfrentam, é inquestionável diante dos depoimentos que a situação dos moradores foi alterada positivamente. A vida no assentamento possibilitou e oportunizou a vivência da autonomia, pois os moradores veem o assentamento como seu território.

A proximidade do assentamento com a cidade favorece o constante contato entre os assentados e a população urbana. Diante disso, o cotidiano destas famílias é permeado pela relação com a vida urbana, não apenas quando eles acionam os serviços urbanos. Portanto, considerou pertinente analisar como se estabelecem a relação dos assentados com a cidade. Como os assentados percebem a população urbana? Como a população urbana os percebe? Eles se sentem integrantes da cidade? Quais locais frequentam na cidade? Com quais finalidades? Qual imagem têm dos cidadãos? Estas são discussões que o tópico seguinte traz, no intuito de elucidar as inter-relações estabelecidas entre os assentados do Edmar Fritz e a população urbana de Teófilo Otoni.

#### 4.2 A RELAÇÃO DOS ASSENTADOS COM A CIDADE E SEU CONTATO COM A POPULAÇÃO URBANA

Nos depoimentos aparece a questão da relação dos assentados com a cidade e da percepção e representação formada pela população urbana sobre eles. Os depoimentos abaixo demonstram como estas se iniciaram:

Minina. Logo quando nós cumeçô aqui, ês num itendia muito não, sabe. Mesmo ês sabeno di tudo aqui, sabeno que nós num invadimo nada, qui num quebramo nada di ninguém, num fizemo violênça. Mesmo assim ês achava qui nós era pirigoso, bandido, sabe! Quando nós ia, manifesta lá, ês chamana

nos de arruaçêro, de aproveitador. Di preguiçoso, que nós tava tirano proveito da situação”. Falava mesmo. Oh meu Deus, perdi foi as contas di quantas vezes eu chegava lá no mercado e ês falava oia aí, o povo que invadiro a terra. (risos). (Domingos, assentado, entrevista concedida em 05/05/2015)

Os povo tinha era medo di nós. Achava que nós era aquele povo, qui sai por ai matano, quebrano cerca, e invadino tudo (risos). Teve um dia qui nós pegamo o ônibus do São Cristovo, pra modo nos apiá lá e pegá o oto pra modo nós vim imhora. Foi nós entrá no ônibus, aí ês ficaro cum medo, alguns até decêro (risos). Verdade minha fia. Pode um trem desse. Cê acredita nisso. Juro pur Deus. Oh! nos ouvimo foi coisa, ês falava qui nós era ladrão di terra. Gente baguncêra. Num era muito difícil não nós passá e ouvi ês dizer óia os sem-terra, eu num gostava nem de ir na cidade, e nem entrá nos lugá lá pra fazê compra. (Gusmão, assentado, entrevista concedida em 05/05/2015)

Quando perguntados se encontram dificuldades para se socializar com a população urbana, de maneira unânime eles respondem que hoje bem menos, mas no início experimentaram situação de aversão e temor por parte dos cidadãos, como aparece nos depoimentos. Mesmo que a história da formação do assentamento tem resultado de forte mobilização social e obtido amplo conhecimento e legitimidade por parte da população do município e região, isso não foi suficiente para evitar o estigma, que é lugar comum quando se trata de reforma agrária e movimento de sem terra. Eram vistos como invasores de terra, bandidos, arruaceiros, violentos, mesmo sendo amplamente conhecido que não houve qualquer dessas atitudes. Segundo Moura (2010), essa imagem é fixada pela abordagem da mídia, criando um preconceito na opinião pública, particularmente na população urbana. O acontecimento local fica em segundo plano frente ao noticiário veiculado pela mídia, no qual sobressaem elementos negativos que realçam os conflitos. Isso demonstra que no local onde se instalam os acampamentos sem-terra existe um latente conflito pela terra. (MOURA, 2010, p. 61)

A identificação como morador do assentamento gerou preconceito que dificultou o acesso a serviços urbanos, particularmente em relação ao crédito nos estabelecimentos comerciais. Essa dificuldade estava na associação à representação do “sem-terra” que não arcaria com as dívidas assumidas.

Pra gente comprá minha fia, a maió dificuldade. Era só nu dinheiro, a vista mesmo. Pois dizia que nós num ia tê dinheiro pra pagá. Teve um dia que eu fui lá na rua, compra uns trem qui tava faltano aqui. Comida né, essas coisa. Ai o moço lá da mercearia du mercado, disse qui eu só podia vende si fosse nu dinheiro. E nas loja tamém, quando agente ia abri conta, ês falava que num dava não. Qui nós num tinha renda fixa. Intoce tudo qui nos comprava tinha que sê no dinheiro. Quando num tinha dinheiro passava fome. A valença nossa, é que a CPT doava muito coisa pra gente. Mas hoje tá mais tranquilo, isso. Até porque né, dispois ês foi veno que nós num era nada daquilo ês pensava. E dispois que tudo se resorveu também, num tem mais briga na justiça, os lote são nosso. Miorô muita coisa. (Dora, assentada, entrevista concedida em 12/05/2015)

Fazem questão de enfatizar que situações como as citadas acima aconteceram no início. E consideram que a relação com os setores urbanos se modificou para uma relação amistosa e de confiança devido à maneira como se comportaram durante o conflito e pelo fato de terem conquistado definitivamente a terra. Entretanto, embora os assentados afirmem que com o passar dos anos a relação com a cidade foi melhorando, não ocorrendo mais situações como as mencionadas acima, não quer dizer que não enfrentam dificuldades no relacionamento com os cidadãos. Veja depoimento abaixo:

Assim, mudo in comparação ao que já vivemo. Mas num quê dizê, qui nós num tem dificuldade não. Só pra ocê tê ideia, ês ainda chama nós de sem-terra, e nós num somo sem-terra. Esses tempo mesmo eu fui mais minha fia na iscola, matriculá minha netinha, ês falaro que primêro as vaga é dos povo de lá, quem mora no bairro lá, que dispois se sobrasse era pra ´modo nos vortá, e matriculá. Agora cê mim fala minha fia, isso é ou num é preconceito? Si aqui num tem iscola, si era a iscola mais perto daqui, onde que eu ia pô a minina pra istudar. Intão eu ti afirmo, num tem mais aquês coisa de ês corré de nós, ô chama nós di bandido. Isso num tem mermo não. Mas qui ês trata nós diferente, ah isso ês trata. Modo essas coisa que agente fala que ês num trata a gente igual os de lá, não. (Pedro, assentado, entrevista concedida em 10/05/2015)

Na tentativa de compreender melhor a relação que hoje os assentados estabelecem com a cidade, foi-se a campo averiguar quais são os locais frequentados pelos assentados no espaço urbano (lugares praticados), averiguando a finalidade, frequência e percepção que têm destes lugares. Na mesma intenção, fez-se o caminho inverso, visitando os estabelecimentos indicados por eles, como sendo os mais frequentados, com o intuito de compreender como a população urbana percebe os assentados. E a partir daí analisar como se estabelecem as inter-relações entre os assentados e a população urbana.

Certeau (1994, p. 169-182) coloca em seus estudos sobre espaço e lugar, que o espaço é um lugar praticado, nas palavras do autor:

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência... um lugar é, portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade... Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis.

Para Guideroli & Colombo (2010)<sup>72</sup> “o espaço realiza-se enquanto vivenciado, ou seja, um determinado lugar só se torna espaço na medida em que indivíduos exercem dinâmicas de movimento nele através do uso e assim o potencializam e o atualizam. Para as autoras, quando ocupado, o lugar é imediatamente ativado e transformado, passando à condição de lugar praticado”.

---

<sup>72</sup> Ver: <http://roteirosflutuantes.blogspot.com.br/2010/06/o-espaco-segundo-michel-de-certeau.html>

O lugar praticado é algo fisicamente imóvel que depende das dinâmicas de deslocamentos de um coletivo para se re-significar e atualizar-se constantemente (CERTEAU, 1994, p. 96). O dispositivo que transforma o espaço em lugar é efêmero, mas adquire tal condição justamente por uma vivência temporal do indivíduo em determinado lugar. O espaço público só adquire identidade quando praticado pelos indivíduos através do contato físico, pressupondo um tipo de enraizamento provisório com tais lugares.

Nesta análise os locais que os assentados frequentam na cidade transformam-se em locais praticados, que ganham significados particularizados de acordo com os relacionamentos estabelecidos pelos assentados e as experiências vivenciadas. Cada assentado particulariza sua percepção a cerca dos locais frequentados, e os percebem a partir das experiências e trocas estabelecidas com as pessoas desses lugares.

Para tanto, a pesquisa apontou que os locais que mais são frequentados na cidade de Teófilo Otoni são: Mercado Municipal; Agências Bancárias; Supermercados; Lojas do Comércio; Câmara Municipal de Teófilo Otoni; Prefeitura Municipal; Farmácia Popular (Secretaria Municipal de Saúde); e Casa dos Movimentos Populares.

O mercado municipal é frequentado por 90% dos entrevistados pelo menos uma vez ao mês, com a finalidade de realizar compras. Os assentados definem a relação com os comerciantes do mercado municipal como amistosa, por serem clientes antigos e conhecidos dos proprietários e funcionários do local, motivo pelo qual consideram que são tratados de forma satisfatória. Isso hoje em dia, pois como mencionado anteriormente, houve um momento em que se vivenciou uma história negativa nessa relação. Mesmo referindo-se a diferentes barracas dentro do mercado municipal, os assentados apontaram as mesmas características na relação com estes estabelecimentos. A frequência mensal aos supermercados é menor (60%), se comparada ao mercado municipal, porém 95% dos entrevistados afirmaram frequentar os estabelecimentos do centro comercial de Teófilo Otoni. Os estabelecimentos mais visitados são os de vestuário, calçados, produtos e farmacêuticos, onde comparecem pelo menos duas vezes ao ano. A maioria dos entrevistados (90%) afirma utilizar mensalmente a farmácia popular da Secretaria de Saúde, para apanhar os medicamentos de uso regular. Outro local que sentem ser uma relação satisfatória e no qual praticamente todos vão (95%) é a agência bancária, com objetivo de receber os benefícios sociais.

Em relação às compras nos supermercados afirmam ser uma relação indiferente, pois são tratados como os demais clientes que ali estão para fazerem as compras, sem qualquer discriminação. Houve divergência nos depoimentos sobre o tratamento recebido nos estabelecimentos comerciais do centro da cidade. Alguns mencionaram ser uma relação totalmente negativa, pois “trata nós tudo como sem-terra”. Entretanto, outros depoentes consideram a relação indiferente: “trata nós normal, ué”; outros a consideram amistosa: “sabe até nosso nome”. O fato de poder comprar a prazo é um sinal positivo, que representa aproximação e confiança. Essa divergência de opiniões reflete diferentes frequências aos locais mencionados, pois quando trata de estabelecimentos de maior frequência, vê-se um estreitamento da relação e um envolvimento pessoal entre as partes, em função do contato mais próximo.

Ao serem perguntados sobre a relação com o comércio, alguns foram enfáticos ao dizer que não mais encontram dificuldade em se relacionar com as pessoas deste lugar. Mas que no início tiveram que empregar esforços para conquistar a confiança dos cidadãos. Já outros consideram que tais dificuldades ainda existem.

Logo que nós viemo pra cá sim, acho que era porque também tava tudo bagunçado né, nem indereço nós tinha direito. Um dia tava o odo num podia tá. Mas depois que regularizô tudo, facilitô, e aos pouco eles foi vendo, que nós era honesto, di confiança, que podia vendê. Tem lugar mesmo qui eu vou lá, que tano ou não com o dinheiro eu posso trazê. (Gilda, assentada, entrevista concedida em 05/05/2015).

Ainda tem sim, alguns lugares quando cê fala que é do assentamento, ês faz cara feia, tipo assim, fica cum pensano se a gente vai tê ou não condição de pagá. Nunca vi isso (risos), Mas acho que isso é cum todo mundo, né só cum nós não. Qualquer um que aparenta sê pobre, ês faz isso. (Domingos, assentado, entrevista concedida em 05/05/2015)

Mesmo encontrando algumas dificuldades lá, igual já falamos. Vejo a cidade como sendo um lugar que num dá pra num ir, pois tudo que precisamos aqui, é lá que vamos buscá, pra comprar comida é lá, os outros trabaiá é lá, tudo é pra lá. Nossos jove já num quer mais ficar aqui, que é ir pra lá, porque lá es acham que vive melhor, assim, tem as coisas né, aqui num tem. Eu vejo que melhorô bastante a forma de ês vê nós aqui. Já num acha mais que nós somo pirigoso. Também né, foi o tempo que ês foi conheço nós. Porque no princípio, todo mundo acha que nós era de bagunça, de briga, né, essas coisas. Depois ês viu que num tinha nada disso. Qui nós só vei pra cá pra modo nós tê um lugar pra morá. Hoje num tem nem o que quexá dês não. (Jacira, assentada, entrevista concedida em 15/05/2015).

A Câmara Municipal e a Prefeitura de Teófilo Otoni são mencionados como local de frequência por 50% dos entrevistados. O motivo da presença nesses dois locais é a necessidade de apoiar as demandas que são levadas às autoridades. Os depoentes são enfáticos ao dizer que sempre que não conseguem resolver suas demandas junto à

Prefeitura, procuram apoio dos vereadores. Também afirmam buscar o contato direto com os servidores municipais no sentido de resolver suas demandas junto à Prefeitura. A liderança dos assentados tem relações mais estreitas nestes espaços, porque é sua função negociar as melhorias para o assentamento. Ele é sempre acionado para essa finalidade e realiza reuniões para levantar as demandas e articular as ações. São comuns as críticas ao prefeito municipal, pois segundo os depoimentos ele pouco tem investido em melhorias para o assentamento. Alguns até arriscam em dizer que é pelo fato de o prefeito ser do partido de oposição<sup>73</sup> ao deles, alguns são enfático ao dizer que a administração anterior atendia de forma mais eficaz suas demandas, e os apoiava desde a formação do acampamento. Entre os entrevistados, 30% afirmam comparecer à casa dos movimentos populares, no mínimo uma vez ao mês, para reuniões com entidades dos movimentos sociais do município. Essas reuniões servem para discutirem estratégias de defesa das suas demandas, constituindo-se uma relação de amizade e parceria.

A percepção e imagem dos assentados acerca dos lugares que frequentam são as mais diversas, conforme apontam os depoimentos, evidentemente, as redes de relações variam de acordo com a forma como os assentados se inserem na cidade.

Aqui, a gente vai sempre na cidade, quando num é pra uma coisa, é pra outra. Eu vô muito no mercado né, todo mês que vô no banco, aí já passo lá e venho trazendo minhas comprinha. Como aqui num tem venda nenhuma, tudo qui precisamos tem de trazê de lá. Intoce, tudo nos traz é de lá mermo. Oh, vô te falar mermo a verdade, eu num gosto de ir lá não, sabe. Num gosto di jeito nenhum. O ruim que ês é muito cheio de coisa. Mas agente anda lá por tudo conté canto. As porta aberta pra nós. Num tem disso que ês num gosta de nós não. Temo um contato muito bão lá. (Pedro, assentado, entrevista concedida em 12/05/2015)

O moça... Fazemo tudo lá. Primêro, quais toda semana eu vô na casa dos movimento populá, proque é lá que nois reuni sempre que tem algum encontro dos movimento. Lá é que nois fica mobilizado du que tá aconteceno. Lá na casa dos movimento, nós é tudo igual, tudo tratado du mermo jeito. Vô muito também na câmara, no gabinete do Vereador X, qui é quem ajuda nois aqui sempre qui precisa. Quando é alguma coisa qui num dá pra ressorver lá, nois partimo atrás do prefeito. Num resorve muito não, mas nois vamo mermo assim. (risos). Uai têm di ir né, ês tem qui vê a gente aqui. Mas parece qui ês num gosta muito não viu. Mas assim falá que ês num aceita nós, o que humulha nós, não, num tem nada disso não. Hoje num tem nada disso não. Somo tudo bem aceito onde qui nos vamo. Uai mas nós somo de lá uê (risos). (Ricardo, assentado, entrevista concedida em 12/05/2015)

Minina, eu vou na loja, quando tem qui compra os trem pra esses minino né. Como eu têm conta lá, intoce vô sempri. Nos comércio, fazê feira, compra remédio, essas coisinha qui sempre precisa, cê sabe, né! Na farmacinha da

---

<sup>73</sup> A título de informação: O atual prefeito é filiado ao PMDB, já a prefeita anterior é filiado ao PT.

secretaria, agora to indo lá quais todo mês, porque passe senti da pressão, e os remédio nos pega lá, tudo de graça... Assim né tem uns qui trata a gente bõo demais, inducados, respeita nós. Mas agora tem otos qui acha qui nos é cachorro, falta de inducação danada. Cê precisa vê. Mas já até costumei. Eu vô te conta viu, a vida na cidade num é fácil não. Dô graças a Deus de nós tê vindo pra cá. Pra vive na cidade, cê tem que tê dinheiro, os fraco lá num vale pra nada. (Dora, assentada, entrevista concedida em 05/05/2015)

Assim, a gente percebe qui ês vê a gente diferente, mas num acho que isso é tratá mal não. Na verdade é porque até hoje ês acha qui nós semo sem-terra. Tá intendo, intão assim, ês acha qui nós no merece tá no assentamento, ou intão qui nós num fazemo nada aqui. To dizeno assim, nós num vendo as coisas na cidade sabe? Aí ês pensa qui somo tudo preguiçoso, só quis toma a terra dos otos. Só tó falano o que eu acho, né. Purque nós qui já ouvimo e foi muito dê lá, qui nós fala qui é sem-terra, qui tem qui trabaia na terra, mas nós mermo num trabaiamo é nada. Mas num sabe qui nós temo nossa prantaçãozinha, mas, só qui é pocas e num dá pra vende lá. (Miguel, assentado, entrevista concedida em 10/05/2015)

Para os que trabalham na cidade a percebem não só como alternativa de respostas as demandas que têm, percebe-a como sendo um lugar que lhes propicia renda e suporte econômico.

(...) a cidade pra mim é muito importante, pois é de lá que tiro meu sustento. O assentamento pra mim é só morada. Num tenho dificuldade nenhuma de me relacionar com os pessoal de lá. (Paula, cidadina entrevista concedida em 10/05/2015)

Desta forma, a cidade para os assentados que possuem trabalho urbano representa uma alternativa de se manter financeiro e economicamente, fornecendo os meios para atender suas necessidades. Outros, no entanto, afirmam não gostar de frequentar a cidade, segundo eles não pela relação com os cidadãos, mas devido à vida de sofrimento que tinha quando moravam lá e somente vão à cidade nas situações de extrema necessidade. Mas não deixam de citar as exigências para ser bem aceito pela população urbana.

(...) ah vô ti fala mermo a verdade. Eu num gosto muito de ir na cidade não, a cidade é muito difícil, uma barulhêra, uma caraiada danada, fico doido naquele lugá, é carro pra lá, carro pra cá. Lá as coisa é muito difícil, sofri muito quando morei lá, até fome eu já passei. Hoje tô quieto nu meu canto, só vô lá quando num tem jeito mermo. Mas isso né porque num gosto do pessoal de lá não, é mesmo porque já tó véi, e num aguento mas a correria da cidade. E lá ês é muito cheio de coisa, cê tem que ir bem vestido, se tá bagunçado. (Juarez, assentado, entrevista concedida em 05/05/2015)

Fato que chamou a atenção é que nenhum deles disse visitar a cidade para atividades de lazer ou culturais. O que comprova que a cidade é mesmo frequentada apenas para fins comerciais e acesso aos serviços públicos. O tempo mais longo de

permanência, que os assentados dizem ficar na cidade, é quando visitam os familiares, situação que segundo eles raramente ocorre.

Nota-se que embora relatem que encontraram dificuldades para viver na cidade, sendo estas um dos motivos que os levou para acampamento, e mesmo depois de acampados terem enfrentado situações de aversão, preconceitos, exclusão, os assentados a percebem positivamente, e compreende como lugar de oportunidades para os mais jovens. A cidade propicia o crescimento e melhorias uma vez que as alternativas que o assentamento oferece para os que são jovens são muito limitadas ou praticamente não existem. Os assentados percebem o assentamento como uma extensão da cidade (visto a proximidade e a ligação por linha de ônibus urbano regular) e se vêem como parte da cidade, como aparece nas falas: “é lá que tudo acontece”, “nós fazemos tudo lá”.

Ao analisar o primeiro depoimento dos assentados exposto neste tópico percebem-se indícios de que o início da relação com a população da cidade foi permeada por um contexto de exclusão e preconceitos, onde os entrevistados apontam que realmente não eram bem vistos pelos cidadãos. Com o passar dos anos, tal relação foi amadurecendo, como demonstram os relatos em que dizem ter um bom relacionamento com a população dos locais que frequentam, onde se sentem aceitos e integrados ao espaço urbano. Porém, ao aprofundar a análise, percebem-se indícios que dão margem para entender que há certos traços depreciativos nesta relação. Talvez um ou outro assentado não os perceba em função de se sentirem satisfeitos com a relação, mas não se pode negar que expressões como: “aos poco eles foi veno que nós era honesto”; “Mas acho que isso é cum todo mundo, né só cum nós não”, qualquer um que aparenta sê pobre, ês faz isso”; “lá ês é muito cheio de coisa, cê tem que ir bem vestido”; “a gente percebe qui ês vê a gente diferente”, “mas num acho que isso é tratá mal não”, etc... São expressões que mesmo que estejam maquiadas, ou seguidas de frases de caráter positivo, revelam que por mais que tenham avançado no contato com a população urbana, ainda existem entraves nesta relação.

Para tanto, na busca por melhor compreender como se dá essa relação, fez-se o caminho inverso entrevistando os atores urbanos dos locais frequentados pelos assentados, na busca por compreender qual imagem estes têm da população assentada.

#### 4.2.1 A percepção dos citadinos para com os assentados

A maneira como os citadinos percebem os assentados são as mais diversas, nota-se indícios de preconceitos, entre uma fala e outra, que refletem, até certo ponto, a percepção sobre a pessoa de origem rural e, principalmente, à imagem negativa construída pela mídia sobre assentamentos de reforma agrária, particularmente a noção veiculada de “sem terra”.

Quando perguntados sobre o conhecimento que tinham a respeito de como surgiu o assentamento, logo se percebeu o desconhecimento da história sobre a formação do assentamento, por parte de alguns entrevistados. Esses chegavam a afirmar que o assentamento foi formado por meio da “invasão das terras”, chegando a culpar os assentados pela morte do proprietário da fazenda. Ficou clara a posição desses entrevistados contrária aos movimentos de sem-terra e aos meios pelos quais conquistam a terra, sendo que eles se referem aos assentados como “invasores de terras”. O depoimento abaixo é um exemplo desse tipo de posição:

Olha! Só! a forma que eles sem-terra usam para ter a terra que eu não concordo, não acho correto eles invadirem as terras de uma pessoa que lutou tanto para ter, e só porque os donos não estão ocupando toda área quer dizer que eles têm direito de ir lá e invadir, isso está errado, eu não concordo. Sei que eles não tinha culpa de não ter onde morar, a culpa é do governo que não dá condições digna pra população, mas também não justifica ir lá invadir, e até matar, como nesse caso aí, que o dono da fazenda até morreu, coitado... Essas coisas é que faz com que muita gente, não aceita bem eles. No início mesmo foi assim, eu tive muita dificuldade de lidar com eles. Depois a gente vai vendo né, fui conhecendo eles, os que vem sempre aqui, são gente boa e tudo, Mas vô te falar até isso acontecer, né agente não tem jeito de não pensar diferente. (Maurício, citadino, entrevista concedida em 20/05/2015)

Eu num sei bem da historia deles não, o que sei é, que eles eram sem-terra, aí invadiram a fazenda, e hoje moram no assentamento que formou dela, na saída da cidade. Se eu te falar que concordo com o que eles fizeram, vô tá mentindo, não concordo, não acho certo. O que agente ouve fala aí todo dia sobre isso, sobre invasão de sem-terra, MST, essas coisas. Então, eu entendo que gera muita morte, violência, eles coloca até as crianças no meio. Não concordo sabe. Não acho essa a forma correta. Mas parece que agora eles não passa por isso mais, né, já está tudo direitinho, cada um tem seu terreno. Resolvido o problema. Não tem muito o que fala deles não. Sabe! São pessoas boas, tranquilas muito honestos, tá entendendo? Vem sempre aqui, fazer compras. E agente atende como qualquer outro cliente. Tem diferença nenhuma, até porque, são nossos clientes né, (risos). (Aderlan, citadino, entrevista concedida em 20/05/2015)

A falta de informação e o desconhecimento sobre a história da formação do assentamento não são impedimentos para se formar uma interpretação e ponto de vista

tido como verdadeiros sobre os assentados, construindo-se um imaginário a cerca do ocorrido. Está presente uma representação cuja base é o noticiário veiculado pela mídia, conforme indica Moura (2010, p. 61): “Essa imagem é associada no imaginário da população urbana aos conflitos veiculados pela mídia, uma vez que ela é recorrente nos meios de comunicação de massa, ao demonstrar que no local onde se instalam os acampamentos sem-terra existe um latente conflito”.

Entretanto, a maioria dos entrevistados manifestou conhecimento sobre a história do assentamento e afirmou ter acompanhado pela imprensa local o desenrolar dos acontecimentos envolvendo a fazenda São Pedro e a família Fritz. Alguns entrevistados até disseram que na época se manifestaram favoráveis às estratégias utilizadas pelos acampados para permanecerem na terra.

Conheço a história sim. A gente acompanhou tudo né, acho que quase todo mundo aqui ficou sabendo, pelas rádios, televisão. Foi um caso assim, que todo mundo comentava, nos lugares que agente ia, só se ouvia fala nisso. Hoje, acho que o povo já esqueceu um pouco, mas na época o que falava era nisso! (Júlia, cidadina, entrevista concedida em 20/05/2015)

O caso dos Fritz, foi um negócio de mobilização mesmo. Eu sei que muitas famílias que moravam nas favelas daqui, foram tudo pra lá. Atrás de um pedaço de terra. Muitos de nós da cidade ajudamos com doações, pra eles lá, que estavam passando necessidade, não trabalhavam, portanto, não tinha como compra. Aí juntava todo mundo ajudava. Eu mesmo ajudei pela Igreja na época. Assim, eu concordo, mas acho muito arriscado sabe! Viver como sem-terra, perambulando de um canto pra outro. No caso deles deu certo, mas se num tivesse dado? Quantos acabam por perder a vida, né! Esse é um trem arriscado, porque vem gente de tudo que é lugar, você não sabe como é a pessoa. Mas aqui pra nós não. Num temos o que reclamar deles não. (Bernardo, cidadão, entrevista concedida em 20/05/2015)

Entre essa maioria de entrevistados da população urbana, que manifestou conhecer a história do assentamento e os fatos envolvidos na formação do acampamento, também se encontrou opiniões preconceituosas. O fato de conhecerem a origem urbana das famílias e o motivo por terem se tornadas assentadas não evitou tratamentos diferenciados nas relações estabelecidas na cidade. Foi como se a partir do momento em que as famílias tornaram-se acampadas tivessem deixado de fazer parte daquela sociedade. Uma parcela dos entrevistados, no entanto, afirma que as famílias do assentamento influenciam no movimento da economia local e na renda do comércio. Eles dizem não os distinguir dos demais moradores da cidade, tratando todos igualmente como clientes e importantes para o desenvolvimento do comércio.

Não vejo diferença alguma neles em relação a qualquer outro morador aqui, seja da zona rural ou zona urbana. O fato de serem assentados em nada muda a relação que estabeleço com eles. Quase todos são meus clientes, vêm aqui

comprar todo mês, contribuem muito para o andamento e avanço do nosso comércio. (Paulo César, cidadão, entrevista concedida em 20/05/2015)

São importantes sim, influenciam sem dúvida no rendimento do comércio. Mesmo que não possuem um grande poder aquisitivo, né, pois são todos bem carentes, não comprem tanto, mas todo mês eles vêm aqui. (Douglas, cidadão, entrevista concedida em 20/05/2015).

Aparece também nas entrevistas uma imagem de importância dos assentados para a política local. Os depoentes mencionam o fato de serem a maioria dos assentados formada por gente idosa, porém ressaltam que mesmo assim são relevantes, uma vez que são muito mobilizados e movimentam as campanhas eleitorais, principalmente as municipais, razão pela qual sempre tem algum candidato buscando o apoio deles.

Menina, esse pessoal é muito mobilizado, e qualquer candidato que o povo deles tiver apoiando, ganha facinho. Mesmo que a maior parte deles não vota mais, pois já são tudo idoso. Mas ele tem uma força danada. São muito unidos, e o que o líder fala e muito difícil um lá que não cumpre. Eles reivindicam, vai nos gabinete, num resolveu não, vai na prefeitura. Eles num deixa as coisas sem resolver não. Perturbam mesmo (riso). Sem dúvida são importantes para a política local. (Isabela, cidadina, entrevista concedida em 21/05/2015)

Qualquer um aqui que candidata, já vê eles como potencial. Apesar de não terem muito estudo, o negocio deles é que acho, que aprendem a gostar de política, de movimentação. Aprenderam com o pais deles, Lula, né (risos). Eles são chato viu. Quando estão no direito deles, eles não deixam barato não. Acho que isso já é próprio dos sem-terra. ( Amâncio, cidadão, entrevista concedida em 21/05/2015)

A relação com os assentados que emerge das falas dos cidadãos possui uma positividade marcada pela natureza comercial desse contato. Exceto alguns entrevistados, mencionados anteriormente, os depoimentos mostram uma visão positiva, em que se relata não existir dificuldade em se relacionar e se manifestar, tratar de cliente como qualquer outro morador da cidade. Trata-se, portanto, de relação de clientela comercial; ou, no caso da política, de defesa de interesse e troca; ou são relações indiferentes, mesmo sabendo serem assentados, não se considera a identidade distinta do outro.

Não vejo nada de diferente neles não. O fato de eles serem ou deixa de ser sem-terra não muda em nada. Pelo menos comigo, nunca me destratarem ou coisa assim! Muito pelo contrário. As vezes são mais humildes até que os daqui mesmo. Nó início até que muita gente aqui ficava com receio deles. Mas hoje tem nada mas não. São tranquilo moça, vive no canto deles normal. Têm nada que reclamar não! (Alice, cidadão, entrevista concedida em 21/05/2015)

A forma como eu vejo os assentados? Vê ti falá mesmo, esses dai eu vejo é que deram foi muita sorte. (Risos), até eu queria uma dessas, tem uns sem-terra que sofrem mais. Esses daí sofreram foi nada (risos), brincadeira, tô brincando. Não verdade, é uma população sofrida sabe, sei que eles sofreram muito pra tá ali, comeram o pão que o diabo amassou. São tudo lutador! Pessoa de boa fé, só teve um que comprou aqui e num pagou, mas depois eu falei com os outros de lá, e eles fizeram o cabra vim aqui e pagá. Mas isso não é muito pra eu vê eles de manêra ruim não, foi um caso só. Estabeleço uma relação de cliente com alguns deles. Só isso, nada mais. Por isso, só posso fala disso. Mas eles são tranquilo demais, não perturbam a gente aqui em nada.” (Juvêncio, citadino, citadino, entrevista concedida em 21/05/2015)

Temos muito respeito e reconhecimento pela luta deles. Que ainda lutam para se manter na terra e nesta sociedade excludente. Aqui, nos reunimos sempre, estamos sempre no movimento em favor dos trabalhadores sem-terra. (Júlia, citadina, citadino, entrevista concedida em 20/05/2015)

Percebo que eles são um povo tudo simples, sabe, humildes, num é de muita conversa não! Parece que eles mesmos se distanciam. Assim, melhor explicando, é como se sentissem inferior a algumas pessoas. Chegam aqui, ficam na deles, não dá muita abertura não. (Amâncio, citadina, citadino, entrevista concedida em 21/05/2015)

Nota-se que as formas de contato são diversas e os depoentes manifestam a opinião de que não há nenhum conflito entre eles, denotando uma relação amistosa. É frequente a afirmação de que não fazem diferenciação nenhuma entre os assentados e os moradores da área urbana, com os quais estabelecem contato. Entretanto, mesmo que afirmem não existir sentimento negativo ou exclusão na relação com os assentados, é possível notar nos depoimentos dos citadinos alguns comentários que exprimem certo caráter depreciativo, como: “o povo deles”; “são todos bem carentes”; “isso já é próprio dos sem-terra”; “pra mim até hoje tudo bem”; “eles vive lá nu lugarzinho deles”; “como se sentissem inferior”; “não perturbam a gente aqui”; “tem uns sem-terra que sofrem mais”; “esses daí sofreram foi nada”, etc. Portanto os depoimentos da população urbana mesmo quando seguidos de expressões positivas deixam margens para interpretações que perpassam pelo viés do discurso depreciativo. Possibilitando condições suficientes de analisar se esta relação está sob os aspectos dos conceitos de estabelecidos e *outsiders*, proposto por Elias & Scotson (2000).

#### 4.3 ESTABELECIDOS E *OUTSIDERS* – ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE ASSENTADOS DO EDMAR FRITZ E A POPULAÇÃO URBANA DE TEÓFILO OTONI

O conceito de estabelecidos e *outsiders* propostos por Elias & Scotson (2000) foram utilizados para se compreender os aspectos envolvidos na relação existente entre os moradores do assentamento Edmar Fritz e a população urbana de Teófilo Otoni. Os autores usaram esses conceitos para analisarem uma pequena comunidade que tinha por núcleo um bairro relativamente antigo e, ao redor dele, duas povoações formadas em época mais recente. No plano local, esse bairro específico era tido como uma zona de delinquência, de baixo nível, embora não possuísse diferenças de nacionalidade, ascendência étnica ou cor da pele. O que basicamente diferenciava os dois grupos era o tempo de residência no local. O quadro apresentado por essa comunidade acaba por fortalecer as relações de poder e de status e as tensões que lhes estão associadas, fixando, como consequência, os rótulos de inferioridade a um dos grupos.

Nessa análise, os autores abordam as divergências entre os dois grupos da comunidade de Winston Parva. Sendo que um dos grupos fazia parte da comunidade há mais tempo que o outro, aproximadamente duas ou três décadas, motivo pelo qual se consideravam como “estabelecidos”. Já o outro grupo era recém-chegado e foram considerados pelo grupo mais antigo como “outsider”, os de fora, os não pertencentes aquele lugar.

Os autores acima entendem que a concepção de “estabelecidos” refere-se basicamente a um grupo de indivíduos que se autopercebe e se reconhece como a “boa sociedade”, com uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência. Já os “outsiders”, por sua vez, são considerados os não membros dessa “boa sociedade”, os que estão fora dela. (Elias & Scotson, 2000, p. 6). Com base nessa dualidade é possível analisar nos depoimentos a relação entre assentados e a população urbana de Teófilo Otoni, sendo esses últimos o grupo estabelecido e os assentados o grupo *outsiders*, mesmo que anteriormente tenham sido cidadãos como os primeiros. Percebe-se nitidamente um processo de passagem da primeira condição para a segunda, provocada pela trajetória que alterou a biografia dessa parcela da população urbana, ao se tornarem acampados (sem terra) e, depois, assentados (rurais).

Para compreender as inter-relações estabelecidas entre a população assentada e a cidadina levou-se em conta como esses atores operam com a territorialidade e como se posicionam, apropriam e utilizam os diferentes espaços. Fazendo uso do conceito de território, proposto por Raffestin (1993, p.144), se considerou que o espaço assim apropriado e utilizado se tornou território e, como tal, trunfo que participa do jogo relacional dos atores sociais. O território que emerge do espaço apropriado participa diretamente do contexto mediado por relações de poder. Como afirma Valverde apud Souza (2004, p. 121):

O território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre 'nós' (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os *insiders*) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os *outsiders*).

Tais afirmações demonstram articulação entre os conceitos de território e os conceitos de estabelecidos e *outsiders* propostos, tornando viável a aplicação desses na análise proposta neste trabalho. E, tal análise, partiu das percepções de que os moradores do Assentamento Edmar Fritz na relação com a cidade mobilizam sua condição espacial, primeiro foi importante a “forma acampamento”, como ponto de apoio para a conquista da terra; agora, a “forma assentamento”, como identidade fundamental para a barganha política e para a conquista de direitos. Por outro lado, os cidadãos ao relacionarem com um cliente originário do assentamento, diferente de outros clientes, não deixam de os verem pela mediação do assentamento.

Para Moura (2010), a questão do estigma é um aspecto importante para se compreender a figuração “estabelecidos e *outsiders*, sobretudo a que se dá em uma construção social”, como é o caso da relação dos envolvidos nesta pesquisa. Os depoimentos tanto dos assentados quanto da população urbana forneceram embasamentos suficientes para supor que em algum momento de suas trajetórias essa relação tenha sido permeada por estigmas e preconceitos. Para definição de estigma, será utilizado o mesmo conceito embasado por Moura (2010, p.79), proposto por Erving Goffman<sup>74</sup>.

É a própria sociedade que estabelece os meios de categorizar as pessoas, bem como o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias sociais. Acrescenta-se ainda que, com base em algumas concepções, são criadas expectativas normativas e exigências que deverão ser apresentadas rigorosamente através das categorias dos

---

<sup>74</sup> GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

indivíduos, seus atributos e sua identidade social. Vale ressaltar que o desvirtuamento resulta no que Goffman (1980) classificou como estigma. Além disso, o autor acrescenta que nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que foi criado para um determinado tipo de indivíduo ou classe de indivíduos.

Em alguns aspectos os assentados foram considerados como não possuidores das “características” exigidas para não serem distinguidos dos outros moradores da cidade. Fato é que os assentados do Fritz, pelo menos em algum momento da sua trajetória, foram tratados como “bandidos”, “perigosos”, “invasores de terra”, “violentos”, etc. Essa rotulação surgiu devido ao estranhamento e desconforto causados pela mudança da condição de simples moradores da cidade para de atores sociais capazes de interferir nos acontecimentos e produzir uma realidade nova, que até então não existia tão próxima à cidade: a “forma acampamento” de sem terras. O fato provocou uma mudança substantiva na condição de antigos moradores da cidade para um novo ator que adentra a cidade, a partir de fora e de um espaço vizinho que não existia até a pouco tempo, ou seja, que se tornou Assentamento Edmar Fritz. De moradores da cidade se tornaram novos vizinhos e, socialmente, desconhecidos por terem assumido uma nova identidade. Isso foi acompanhado também de novos juízos de valor. O mesmo narrado por Elias:

Os primeiros fundavam a sua distinção e o seu poder em um princípio de antiguidade: moravam em Winston Parva muito antes do que os outros, encarnando os valores da tradição e da boa sociedade. Os outros viviam estigmatizados por todos os atributos associados com a anomia, como a delinquência, a violência e a desintegração. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 22)

Os assentados possuíam condições iguais a muitos dos cidadãos, inclusive, como já mencionado a maior parte deles advinham dos bairros da cidade, ou seja, eram pertencentes à população urbana. Sendo que, o que basicamente os diferenciava era a condição de um grupo indenitário recém-formado, a partir do movimento de luta em prol dos Fritz, que resultou no acampamento e, posteriormente, no assentamento. Essa passagem ocorrida na trajetória biográfica dos assentados fez com que deixassem de ser estabelecidos e se tornassem outros.

Encontrou-se uma diferença grande entre os discursos dos que conheciam a história dos irmãos Fritz (como se denominou todo o processo) e os que desconheciam a origem dos assentados. Esses últimos reproduziam o discurso midiático sobre sem terras e assim tratavam os assentados, como forasteiros. Razão pela qual mesmo pertencendo ao município e tão próximo à cidade, quase um bairro de Teófilo Otoni, colocavam os

assentados na condição de fora dos moldes e da estrutura padrão do imaginário da cidade. Por isso, eram vistos negativamente. Os entrevistados confirmam o que Moura (2010, p. 59) constatou sobre a população urbana e assentados de reforma agrária do sul do Espírito Santo:

(...) pelo simples fato de em determinado momento esses indivíduos passarem a ser assentados, é que se configura os novos papéis atribuídos a eles. Mesmo quando a nova condição desses atores é vista como benéfica pela população urbana os discursos apresentados trazem elementos fundamentados de um estigma de viés depreciativo.

Os assentados nos primeiros anos foram objeto de estigma por parte da população urbana, ao se tornarem *outsiders* indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros.

Pelo fato de no início a gente não conhecê-los, muitos de nós já imagina logo o quê? Aquilo que vê sempre na televisão né. Briga, povo ateando fogo em tudo, quebrando cerca. Então imaginamos que eles eram assim também. Mesmo que a gente sabia que uns deles morava nos bairros aqui, mas não tinha contato com eles, ninguém sabia quem era. Então de cara, é normal a gente ficar com receio mesmo. (Bernardo, citadino, entrevista concedida em 29.05.2015)

Antes de conhecer eles, assim, de ter contato. A gente via os movimentos deles na rua, manifestando. Era uma coisa nova aqui pra nós. A gente não estava acostumado com aquilo. Então logo você pensa: --- Que baderna é essa? Que povo doido é esse! Porque era um fato novo aqui. Nunca tinha visto aquilo. Ai, agente imagina mesmo um monte de coisas, que é gente encrenqueiro, e tal! Mas depois que passamos a conviver com eles. A gente viu que não tinha nada daquilo. Muito pelo contrário, são tudo gente boa, honestos. (Marilda, cidadina, entrevista concedida em 29.05.2015)

Os depoimentos dos citadinos justificam os relatos dos assentados quando mencionaram as dificuldades e os estigmas vividos no início do acampamento, quando encontraram entraves para se inserirem nos espaços urbanos. Nota-se que em quase todos os depoimentos tanto dos assentados quanto dos citadinos, revelam que a questão da estigmatização, da aversão, do preconceito e ou receio de se relacionar, são memórias a cerca do início das ocupações e que não os vivencia nos dias atuais. Todos os relatos são seguidos das expressões “no início foi assim...”; “quando nós chegou aqui”; “Isso foi logo no princípio”; “quando a gente não sabia quem era eles”; “antes de conhecer eles”; “quando a gente não tinha contato”; “ês falava”; ês fizeram”. Tais expressões vêm acompanhadas de “hoje isso num acontece mais não”; hoje mudo demais”; “Isso foi só no princípio”; “depois foi mudando”. Fatos que dão indícios de uma melhora na relação estabelecida por estes, bem como na forma com um grupo percebe o outro.

Durante as entrevistas os dois grupos fizeram questão de deixar bem claro que as expressões como as referenciadas acima, são concernentes ao período passado, que absolutamente não fazem mais parte do presente, ou seja, da relação atual que estabelecem. A partir disso, até poderia supor que a relação às quais estabelecem já não é mais do ponto de vista da figuração estabelecidos-*outsiders*. Porém Elias & Scotson, (2000, p. 36) pondera sobre as condições e implicações para tal, bem como as dificuldades para essa ocorrência. Embora defenda que não sejam estáticas, o que as torna passíveis de mudanças, o autor enfatiza serem obscuros os relatos de fatos que apontam para tal ocorrência.

A abordagem de uma figuração estabelecidos-*outsiders* como um tipo de relação estática, entretanto, não pode ser mais do que uma etapa preparatória. Os problemas com que nos confrontamos numa investigação como essa só se evidenciam quando se considera que o equilíbrio de poder entre esses grupos é mutável e compõe um modelo que mostra, pelo menos em linhas gerais, os problemas humanos — inclusive econômicos — inerentes a essas mudanças.

O autor enfatiza as problemáticas e dificuldades para que a relação de estigmas entre os pares estabelecidos e *outsiders* deixem de existir. Nas palavras deste, isso só ocorreria no caso do equilíbrio de poder e dependência de vínculos entre as partes. Para Moura (2010) isso ocorreria raríssimas vezes com a figuração assentados e população urbana. Essa dependência de vínculos, segundo a autora, acontece geralmente no período eleitoral, quando os candidatos procuram os assentados interessados nos votos que o assentamento pode fornecer. Em uma das entrevistas um dos assentados enfatizou essa condição: “na época da eleição ês tudo vêm, num sai daqui, toda hora chega um, porque ês sabe né que nosso voto pode ajuda alguma coisa”. Reforçando, portanto o poder de barganha que os assentados têm em alguns momentos, as raras vezes onde ocorre a duplicidade nos vínculos, maquiando os estigmas presentes nestes.

Entretanto, entre os assentados do Edmar Fritz não está presente um aspecto apontado por Elias & Scotson (2000), que é o fato dos *outsiders* serem desconhecidos um dos outros. No caso do assentamento, desde as primeiras mobilizações se estabeleceu laços entre os assentados. Por meio da organização e mobilização para atingir os objetivos pretendidos, mostraram-se coesos e articulados, como já mostrado anteriormente. Assim, se estabeleceu uma trajetória marcada pela mudança de posição ocupada pelos assentados, na medida em que territorializaram a fazenda São Pedro como Assentamento Edmar Fritz e, ao mesmo tempo, nos espaços urbanos materializaram uma identidade de assentados que, aos poucos, se integrava à cidade.

Esse processo ainda está em curso, facilitado pelo fato do assentamento, mesmo sendo zona rural, se localizar tão próximo ao centro da cidade de Teófilo Otoni. Assim, os moradores do assentamento têm parte crescente de suas vidas vinculadas à cidade, ou seja, isso faz com que suas vidas aconteçam na cidade, onde grande parte suas necessidades são resolvidas.

Como já mencionado o assentamento fica a cerca de dez minutos dos bairros (Viriato, São Cristóvão e Vila Ramos), e para os assentados eles dizem que apesar de a localização do assentamento ser considerada pertencente a zona rural, a proximidade com esses bairros faz com que eles se sintam moradores da área urbana: “Nós sentimo como se a gente fosse da cidade, pois é tão pertin, nem dá pra sentí que num é, até ês mesmo fala, que nós tá dento da cidade”. É como se o assentamento fosse uma extensão da cidade. Em seus depoimentos os assentados disseram ter uma relação satisfatória com os cidadãos e nada se queixaram da atual relação com a população urbana, especialmente dos lugares que frequentam. Fato que também foi mencionado pelos entrevistados representantes da população urbana, exceto poucos casos divergentes.

Talvez não existam mais conflitos e dificuldades nos relacionamentos, porém os estigmas podem ser percebidos ainda como presentes, pois, é comum as expressões “existem um ou o to que chama a gente de sem-terra, mas é manêra de fala”, “uns acham que nós semo preguiçoso, pois num vendemo nossas prantação lá”, “o prefeito acha que nós semo tudo forgado”. Entre os cidadão encontramos, “Eu acho estranho, eles num trazerem nada pra vende na feira, não produzirem lá, não é eles mesmo que falam querem a terra pra trabalhar?” “O fato de eles serem sem-terra, não quer dizer que não fazem parte do mesmo lugar que nós”. “Tem preconceito nenhum”. As falas embasadas em preconceitos demonstram que os estigmas reproduzem valores enraizados no senso comum das populações urbanas, que são informadas pela mídia nacional. Mesmo que não se apresentem na relação e não gerem conflitos, são preconceitos presentes no cotidiano dos envolvidos. Percebe-se que para os assentados, esta situação só se configurou como incômoda no contexto dos conflitos e, no período em que ainda formavam o acampamento e estavam em luta. Isso corresponde ao tempo inicial em que encontravam dificuldades de acesso a população urbana, porém como hoje existe um clima ameno, eles não percebem a presença de estigmas.

Acredita-se que ao longo do tempo os assentados foram se apropriando e territorializando os espaços frequentados na cidade, bem como aprimorando e fortalecendo as relações estabelecidas com os integrantes desta. Tanto é que, a maioria

dos entrevistados na cidade fez referências positivas em relação aos assentados, demonstrando, portanto, que não há situações de desconfiança, aversão e ou exclusão para com os moradores do assentamento. E quando perguntados, apesar de referir aos assentados como “sem-terra” disseram não ter preconceito algum, sendo apenas um hábito, mas que em nada interfere na forma “positiva” como vê os assentados.

Percebe-se que a imagem dos cidadãos em relação à figura dos “sem-terra” foi construída a partir dos reflexos do processo de organização e luta pela reforma agrária no Brasil. Para Moura (2010) a concepção dos assentados, a condição de “sem-terra” dificulta sua aprovação social por parte da sociedade.

Na busca por compreender as razões pelas quais no início os assentados encontraram dificuldades para se integrar com a população urbana e hoje não mais, apoiou-se nas respostas dos entrevistados quando perguntados a cerca disso:

Na verdade eu acho que o estranhamento foi pelo fato de não conhecê-los, a população assustou um pouco, nunca tinha existido movimentos como estes por aqui. Assentamento era coisa que a gente via na televisão. (risos). E depois que a gente foi conhecendo toda a história deles, a gente foi apoiando, e contribuindo como dava. Até hoje tem sido assim. (Arthur, cidadão, entrevista concedida em 29.05.2015)

Olha eu vejo assim, realmente eles têm um relacionamento bacana com todos aqui. Têm livre acesso. Mas agora dizer que não sofrem preconceito? Eu não digo não, porque ainda tem muita gente que mesmo sabendo que eles não invadiram nada de ninguém, ainda olha de maneira torta para eles. Até dizem, os sem-terra tava aqui hoje te procurando. Mesmo que não porque não gosta deles, mas num deixa de ser errado. Por que eles não é mais sem-terra. (Aparecida, cidadina, entrevista concedida em 29.05.2015)

Eu acho que foi exatamente porqueês num sabia o que era aquilo, na verdade nem nos sabia, (risos), o que sabia que queria uma terrinha que nos num conseguia morando na cidade, por causa de quê lá é tudo mais difícil de se consegui, aluguel caro, casa pra compra tudo é caro. Ai depois queês foi veno que nós era tudo tranquilo, que num teve briga nenhuma, violência de manêra alguma. Aíês foi aceitano, na verdade num é nem aceitano não,ês perdeno o medo de nos. Foi vendo que nós num era de briga. (Miguel, assentado, entrevista concedida em 15/06/2015)

Os fatos que levaram a formação do acampamento mobilizaram a comunidade de Teófilo Otoni, que desde o início se sensibilizou e apoiou aqueles que buscavam justiça. Na época da formação do acampamento a opinião pública foi francamente favorável ao Silvo Fritz e aos que aderiram a sua causa. No geral, a população da cidade aprovou a formação do acampamento e contribuiu de certa forma com a ida das famílias. A origem das famílias foi amplamente divulgada pela imprensa local e por outros meios, tais como igrejas, reuniões comunitárias, entre outros. Isso, no entanto, não foi suficiente para evitar os estigmas que se seguiu à formação do acampamento e

aos conflitos com Moretzshon, possuidor do título de propriedade. O fato de aparecerem como pessoas contestadoras da ordem social e propensas ao conflito criou uma associação geral com o que a mídia denomina de “sem terra”, reproduzindo-se assim as condições para o estigma.

Para os assentados a conquista dos lotes e a formação do assentamento em muito contribuiu para a amenização das características que os diferenciava da população urbana. Tirando-os da condição de sem-terra, que acreditavam ser o fator que mais gerava desconforto nos cidadãos. Isso significava um passo para se estabelecerem e sair da condição de *outsider*. Os assentados que foram entrevistados afirmam que a situação de aversão presente no início dessa relação foi em razão do pouco contato que os cidadãos tinham com as famílias do acampamento. Entretanto, a partir do momento que foram se aproximando, a opinião dos cidadãos mudou, pois deixaram de vê-los como ameaças e como baderneiros. As relações foram se estreitando, de maneira que hoje tanto os assentados quanto a população urbana estabelecem uma relação não mais permeada por conflitos.

Diante do exposto, podemos considerar que as mudanças na convivência ocorreram em relação àqueles atores concretos que formam o Assentamento Edmar Fritz. A visão sobre os assentados mudou e esses não mais representam uma ameaça, mas pelo contrário, agora estreitaram os laços e os contatos com os cidadãos, pois não são mais estranhos. Entretanto, os depoimentos colhidos no assentamento e na cidade, indicam continuar a existir, de maneira difusa, na opinião pública, uma representação negativa envolvendo a reforma agrária e a luta dos sem terra, produzindo uma estigmatização enraizada na população urbana. Essa representação não deixa de influenciar, mesmo que subliminarmente numa valorização de inferioridade para com os assentados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível notar que muito embora a forma como surgiu, o Edmar Fritz se diferencia da maneira como se deu a formação dos demais assentamentos, as dificuldades encontradas para se inserir na sociedade não são muito divergentes das vividas por grande parte dos assentados no Brasil.

Existe uma reprovação genérica em relação à forma como os assentados acessam a terra, e por estarem informada por conceitos fundamentados na ideia de “invasão de terra”, que associa a questão da reforma agrária à violência e criminalidade, no lugar de direito e justiça social. Por desconhecerem as razões pelas quais os movimentos optam pela ocupação e até mesmo por não compreenderem as particularidades que envolvem a questão agrária no Brasil, se baseiam apenas em juízo de valor criada pelo noticiário veiculado pela mídia. Sem fundamentação alguma em seus posicionamentos, rotulam os acampados de sem-terra, invasores de terras, forasteiros etc. Motivo suficiente para considerar os participantes da luta pela terra como “os de fora”, não pertencentes à mesma sociedade, como se representassem uma ameaça para a ordem social.

Em relação aos envolvidos nesta pesquisa foi possível visualizar que depois de algum tempo ocorreram mudanças. Isso pode ser sintetizado nas falas que manifestam satisfação com as relações estabelecidas e jogam para o passado a fase em que havia problema e preconceito. A positividade com que os assentados se percebem como integrantes da cidade e, ao mesmo tempo, como os cidadãos demonstram terem assimilados os assentados como parte importante para a cidade, são fatores que apontam para a crescente integração. Entretanto, é preciso considerar um fator que tende a ser dominante nos próximos anos, o envelhecimento crescente da população do assentamento e as mudanças que a fragmentação por herança irão provocar, particularmente pelo fato dos jovens caminharem para empregos e atividades urbanas, fazendo do assentamento local de residência e repouso. Isso aponta uma tendência de parcelamento e crescente urbanização, que poderá levar à formação de um novo bairro da cidade. Isso demandará estudos futuros.

Entretanto, é importante ressaltar que apesar de terem sido minimizados, não há que se dizer que os estigmas não mais fazem parte dessas relações. Quando se olha superficialmente estes não são logo percebidos, mas ao aprofundar o olhar é possível compreender que nos detalhes estes estão presentes no cotidiano dos assentados e a

forma estigmatizadora apenas mudou de âmbito, mas não deixou de existir. Isso exigiria estudos mais aprofundados, porém não foi objeto dessa pesquisa esse tipo de aprofundamento.

**REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

BACHELARD, G. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. **A questão agrária: a cerca jurídica da terra como negação da justiça**. - Discursos Sediciosos, nº 3: Rio de Janeiro: Criminologia, 1997

BOURDIEU, P. **A gênese dos conceitos de habitus e campo**. In: BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 59-74)

BORGES, Maria Eliza Linhares. **Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.303-326 – 2004.

BRASIL, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Lex: Legislação complementar. Brasília: Senado Federal.1964.

\_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Assentamentos em debate / coordenação Caio Galvão de França , Gerd Sparovek. Colaboradores Antônio Márcio Buainain ... [et al]. -- Brasília : NEAD, 2005. 300 p.; 21 x 28 cm. -- (Nead Debate ; 8).

BRUNO, R. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Forense Universitária, RJ, 1996.

BRUNER, A. e Santos, J. V. **Tensões Agrícolas e Agrárias na Transição Democrática Brasileira**. In São Paulo em Perspectiva nº 2, vol, 11, SP, 1997.

CAMARGO, Lidiane; MUSSOI, Eros Marion; CAZELLA, Ademir. **Banco da Terra e Crédito Fundiário: entre o passado e o futuro**. Ribeirão Preto, XLIII Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, 2005. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/2/555.pdf>. Acesso em 20.06.2015.

CARVALHO, Simone Pereira. Et al. **Reforma agrária: a realidade de um assentamento rural**. Campo- Território: revista de geografia agrária, v. 4, n. 8, p. 67-97. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoeterritorio..> Acesso em: 30.05.2015

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 169-182.

COLETTI, C. **A Estrutura Sindical no Campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. 1. ed. Campinas: Ed. da Unicamp: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Balanço da Reforma Agrária 2014 e do primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff**. – Secretaria Nacional Assessoria de Comunicação da CPT. 2015. Disponível em [www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br). Acesso em 20.05.2015

DANTAS, Ivanildo Pereira. **Legislação agrária – Conflito agrário – Limite de propriedade de terra**. Disponível em: [www.incra.gov.br/images/comunidade\\_arquivos/legislacao\\_agraria](http://www.incra.gov.br/images/comunidade_arquivos/legislacao_agraria). Acesso em 02.10.2015

DINIZ, Aldiva Sales. **Reforma Agrária Brasileira Uma Breve Discussão**. Revista Homem, Espaço e Tempo Outubro/2010 ISSN1982-3800. Disponível em: [http://www.uvanet.br/rhet/artigos\\_outubro\\_2010/reforma\\_agraria.pdf](http://www.uvanet.br/rhet/artigos_outubro_2010/reforma_agraria.pdf). Acesso em 07.07.2015.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ELIAS, Michelly F.M. **A atualidade da questão agrária e das lutas sociais do campo no Vale do Mucuri – Minas Gerais**. GT 1. Lutas camponesas e indígenas na América Latina. In: Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro” ISSN 2177-9503. Acesso em 25.02.2015

ENGELMANN, GIL. **A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST**. Revista Eletrônica do CEMOP Nº 02 - setembro de 2012. Disponível em: <http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica.pdf>. Acesso em 20.02.2015.

ESPINDOLA, H. S. ; GUIMARAES, D. J. M. ; AVANZI, S. A. ; MACHADO JUNIOR, M. . **Território e Fronteira em Minas Gerais na primeira metade do século XX**. In: XVI Seminário sobre Economia Mineira, 2014, Diamantina. Seminário Sobre Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2014. v. 16. p. 1-22. Disponível em <http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecn-mineira/2014/site/arquivos/territorio-e-fronteira-em-minas-gerais.pdf>. Acessado em 4 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_; MORAIS, Júlio César P. P. ; AQUINO, Bárbara P. ; GUIMARAES, D. J. M. ; SIQUEIRA, N. L. . **Expansão do capital e apropriação de terras florestais no processo de industrialização do Brasil (1891-1960)**. CESCONTEXTO, v. 1, p. 260-296, 2013. Disponível em [http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto\\_debates\\_i.pdf](http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_i.pdf). Acessado em 26 janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_.; MARINS, Renata Flor Marins; ESTEVES, Ana Caroline Gomes; MORAIS Júlio César Pires Pereira; AQUINO Barbara Parreiras. **Emergência do Movimento Social no Campo: Conflito Entre Posse e Propriedade em Minas Gerais** . XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro. Maio de 2011. Disponível em <http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3190/3124>. Acessado em 4 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_; WENDLING, Ivan Jannotti. **Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce**. Varia História (UFMG. Impresso), v. 24, p. 177-197, 2008.

\_\_\_\_\_. **Centauro Maquiavélico**. Brasília: UnB, 1988. (Dissertação de Mestrado)

FERNANDES, Bernardo Maçano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 2000a.

\_\_\_\_\_. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 2000b.

\_\_\_\_\_. **O MST e as Reformas Agrárias no Brasil**. OSAL - Observatório Social de America Latina. Debates. Buenos Aires, ano IX, número 24, p. 73-85. 2008.

\_\_\_\_\_; RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP)**. Estudos Avançados. São Paulo, USP, vol.15, n.43, 2001, pp. 239-254. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300018>.

FONSECA, Lúcia Maria. **Reforma Agrária no Brasil e os Assentamentos MST – Uma Abordagem Jurídico-Social e Histórica**. 1ª Ed. Belo Horizonte/MG, 2014.

GAZZINELLI, Cibele M. Diniz Figueiredo. **A Imigração Alemã No Vale Do Mucuri: Territorialidade e Identidade**. Disponível em: <http://fenord.edu.br/revista2012/textos/artigo04.pdf>. Acesso em 13.11.2015

INCRA – Instituto Nacional de Colinização e Reforma Agrária. **Assentamento**. Disponível em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br). Acesso em 04.06.2015

JEZUS, Luís Alberto. **A questão agrária no Brasil**. In: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (Org.). *O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea. Uma análise dos governos Collor a Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010

LINDNER Michele, MEDEIROS Rosa M. Vieira. **A luta Pela Terra e a recriação dos espaços de vida de assentados na campanha Gaúcha**. *Cofins Online* 19/2013. Disponível em: <http://confins.revues.org/8592>. Acesso em 30.06.2015

LISBOA, T. K. **A luta dos Sem Terra no Oeste Catarinense**. Ed. da UFCS Florianópolis/SC, 1988.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

MATTEI L.F. **A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país**. *Introdução Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2012: 301-325. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/356>. Acesso em 20.06.2015

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Vozes, Petrópolis, 1981.

\_\_\_\_\_ **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_ **Não há Terra para Plantar nesse Verão**. Petrópolis, Vozes, 1986

MEDEIROS, L. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Fase, RJ, 1989.

\_\_\_\_\_ **Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões**. Disponível em: [www.dataterra.org.br](http://www.dataterra.org.br). Acesso em 25/07/2015

MIRANDA, Maria Elena. **Assentamentos como Território: Forjando a Identidade do trabalhador Rural assentado**. *CADERNOS CERU*, série 2, v. 19, n. 1, junho 2008. Disponível em:

MORISAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Roseni Aparecida de. **“Imagem de nós”: relações de estabelecidos e *outsiders* entre a população urbana e os assentados de reforma agrária do sul do Espírito Santo.** Dissertação de Mestrado. 2010. Disponível em: [http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2917](http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2917). Acesso em 05.08.2014

\_\_\_\_\_. Et al. **“Imagem de nós”: relações de estabelecidos e *outsiders* entre a população urbana e os assentados de reforma agrária do sul do Espírito Santo.** Revista IDeAS, v. 5, n. 2, p. 66- 88, 2012. Disponível em: [http://r1.ufrj.br/cpda/ideas/revistas/v05/n02/03-IDeAS-v05\\_n02-Artigo\\_Moura-Ferreira\\_Neto-Doula-Lani.pdf](http://r1.ufrj.br/cpda/ideas/revistas/v05/n02/03-IDeAS-v05_n02-Artigo_Moura-Ferreira_Neto-Doula-Lani.pdf). Acesso em: 05.08.2014

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das lutas no campo.** São Paulo. Contexto, 1999.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono.** Rio de Janeiro, Codecri, 1988.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo, Ática, 1993.

RODRIGUES, Alberth Alves. **O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni: Uma Aproximação à Configuração Histórica da “questão Agrária” no Brasil.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis 2013.

SALGADO, Eduardo; PERES, Leandra. **O Beato Rainha.** Veja, Rio de Janeiro, ed. 1807, 24, p. 72-80, 18 jun. 2003.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século.** UNESP, 1 de jan de 1999.

SIGAUD, Lygia. **As condições de possibilidade das ocupações de terra.** pp. 255-280 Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a10.pdf>. Acesso em 10.10.2015.

\_\_\_\_\_. **A forma acampamento: Notas a partir da versão Pernambucana.** Novos Estudos CEBRAP N.º 58, novembro 2000 pp. 73-92. Disponível em: Acesso em: 25.02.2015

STÉDILE, João Pedro. (Org.) **História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. e FERNANDES, Bernardo Maçano. **Brava gente**. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2001.

\_\_\_\_\_. (org.) **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. **Transformações no Conceito de Território: Competição e Mobilidade na Cidade**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 15, p. 119 - 126, 2004. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp15/Artigo8.pdf>. Acesso em: 29.10.2014.

ZANGELMI, Arnaldo J. et al. **Da Sindicalização às Ocupações: luta pela terra em Minas Gerais (1940-1980)**. Revista de Ciências HUMANAS, v. 47, n. 2, p. 306-330, out. 2013, p. 306-330. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2013v47n2p306/27311>.

\_\_\_\_\_. **História, Identidade e Memória no Assentamento Aruega – Novo Cruzeiro/MG**. Viçosa, 156 ls. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br>. Acesso em 13/11/2015